

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

HERMANO LUÍS DOS SANTOS

**FAMÍLIAS ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO,
VALE e BHP BILLITON: no curso da lama,
histórias de luta e resistência.**

SÃO PAULO

2020

HERMANO LUIS DOS SANTOS

FAMILIAS ATINGIDAS PELO
ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA
SAMARCO, VALE e BHP BILLITON: no
curso da lama, histórias de luta e
resistência.

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas
Públicas da Faculdade Latino-Americana
de Ciências Sociais e Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Silva Malerba

SÃO PAULO

2020

Ficha Catalográfica

SANTOS, Hermano Luís.

FAMILIAS ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO, VALE e BHP BILLITON: no curso da lama, histórias de luta e resistência. Hermano Luís Santos. São Paulo: FLACSO/FPA, 2020.

Quantidade de folhas: 130.

Dissertação (Magister em Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestria Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Silva Malerba

HERMANO LUIS DOS SANTOS

FAMÍLIAS ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO, VALE e BHP BILLITON: no curso da lama, histórias de luta e resistência.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em: 29/01/2020

Prof. Dr. Paulo Eduardo Silva Malerba
FLACSO Brasil/FPA

Prof^a. Ma. Maíra Sertã Mansur
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof^a. Ma. Alessandra Almeida
FLACSO Brasil/FPA

Dedico este trabalho a todas as famílias que, direta ou indiretamente, são atingidas pelos empreendimentos de barragens que destroem sonhos e levam vidas.

Em especial, às famílias atingidas pelo crime ambiental da barragem de rejeitos, que criou seu curso de Bento Rodrigues, em Mariana/MG, até o Oceano. Também ao Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), que segue sua trincheira de resistência, fortalecendo as lutas contra toda e qualquer retirada de direitos, tão em alta no país nos últimos três anos.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, colaboraram neste desafio do curso de Mestrado, Estado, Governo e Políticas Públicas.

A Deus, por acreditar na existência de uma força superior.

Aos familiares e, de modo muito especial, aos meus pais, por me ajudarem a acreditar que as dificuldades podem ser superadas.

Aos professores e professoras que, em um grandioso gesto, dividiram conhecimentos e experiências, indo muitas vezes para além do conteúdo.

Ao meu orientador, Professor Paulo Eduardo Silva Malerba, pelo apoio e os questionamentos que muito contribuiu para a construção deste trabalho.

Por fim, agradeço a Fundação Perseu Abramo e a Flacso por oportunizar essa formação, propiciando grandes encontros e momentos inesquecíveis de debates e trocas de experiências.

RESUMO

No dia 5 novembro de 2015, a cidade mineira de Mariana foi palco de um dos mais trágicos acontecimentos dos últimos anos: o rompimento da Barragem do Fundão, no subdistrito de Bento Rodrigues. O acontecimento ganhou destaque nos noticiários do Brasil e em muitos outros países. O rejeito de lama, em seu curso, levou vidas, destruiu o meio ambiente, interferiu de forma brusca no cotidiano de muitas pessoas.

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar as consequências do rompimento da barragem de Fundão na perspectiva dessas famílias, abordando como elas se organizaram com o apoio do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e tratando ainda da atuação das empresas envolvidas, responsáveis pelo crime, e do papel do Estado.

Além de examinar os argumentos e discussões em torno das indenizações, a pesquisa foi a campo para entrevistar as vítimas do rompimento da barragem. Por meio de questionários, foram levantadas diversas informações, entre elas, as condições de moradia das famílias e a relação dos atingidos com o mundo do trabalho. O intuito foi de compreender as questões de sociabilidade envolvidas numa realidade posterior ao rompimento e as mudanças que promoveram profundas transformações nas comunidades atingidas.

Para elaboração e desenvolvimento desta pesquisa foram consultados documentos públicos, como decisões judiciais, reportagens feitas por jornais, revistas, leituras de referências acadêmicas que tratam diretamente do tema, bem como outros assuntos que se relacionam. Cabe destacar a aproximação junto ao MAB, a participação em atividades como conferências, seminários, audiências públicas, rodas de conversa, romarias, fóruns sociais e demais espaços que possibilitaram debater sobre o assunto, acompanhar os encaminhamentos e contribuir nas cobranças por ações mais efetivas.

Palavras-Chave: Famílias; Atingidos; Resistência; Vale, BHP Billiton; Mineração

ABSTRACT

On November 5, 2015, the city of Mariana, Minas Gerais, was the scene of one of the most tragic events of recent years, the rupture of the Fundão Dam in the subdistrict of Bento Rodrigues. The event gained prominence in the news in Brazil and in many other countries, the rejection of mud in its course took lives, destroyed the environment, interfered brusquely in the lives of many people who had my daily life a simple way of life, which for many was the ideal.

The purpose of this research is to analyze the consequences of the break-up of the Fundão dam from the perspective of the families affected. The study addresses how the affected people organized themselves with the support of the Movement of Dam-Affected People - MAB. It deals with the performance of the companies involved, responsible for the crime and the role of the State. To do so, besides examining the arguments and discussions around the compensations, the research went into the field to interview the people who were victims of the rupture. Through the use of questionnaires, information was collected such as the living conditions of the families, the relationship of those affected with the world of work. This work seeks to understand the sociability issues involved in a reality after the break-up, changes that promoted profound transformations in the reality of the affected communities.

For the elaboration and development of the research, public documents were consulted, such as judicial decisions, reports made by newspapers, magazines, readings of academic references that deal directly with the subject as well as other related issues. It is worth mentioning the approach with MAB, the participation in activities such as conferences, seminars, public hearings, round tables, pilgrimages, social forums, spaces that made it possible to discuss, debate on the subject, follow up the referrals and contribute to the collection for more effective actions.

Key words: Families. Hit. Resistance. Companies

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1	
1 UM BREVE HISTÓRICO DA MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS E NA REGIÃO DE MARIANA	16
1.1 HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA DA MINERAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS	17
1.2 DEPENDÊNCIA DA PRÁTICA DA MINERAÇÃO EM CIDADES DE MINAS GERAIS	21
1.3 A RESISTÊNCIA DO MAB JUNTO AOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA MINERAÇÃO: MARCO CONCEITUAL DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS	25
2 OS LUGARES MARCADOS PELA PASSAGEM DA LAMA	32
2.1 A CIDADE DE MARIANA	32
2.1.1 O município de Mariana, sua população e sua importância na mineração.....	33
2.2. BENTO RODRIGUES	35
2.2.1 Bento Rodrigues: um pouco da história do lugar onde a lama começou a devastação.....	35
2.3. A CIDADE DE BARRA LONGA.....	39
2.4. A COMUNIDADE DE GESTEIRA.....	42
3 O LUGAR ONDE SE VIVE E SE TRABALHA	47
3.1. A HISTÓRIA DAS EMPRESAS MINERADORAS NA REGIÃO DE MARIANA/MG.....	54
3.2. A CORRELAÇÃO DE FORÇAS	59
3.3 A FUNDAÇÃO RENOVA E O TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TTAC) QUE DEU SUA ORIGEM	64

3.4. ATINGIDOS OU IMPACTADOS	68
3.5. O TRABALHO DESENVOLVIDO PELAS ASSESSORIAS TÉCNICAS EM MARIANA E REGIÃO PÓS-ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, EM BENTO RODRIGUES	72
4 PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO MEDIADA: INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROGRAMA	75
4.1 CARTÃO BENEFÍCIO X CARTÃO OBRIGAÇÃO	75
4.2. A INDENIZAÇÃO POR DANOS GERAIS.....	76
4.3. COMPOSIÇÃO DE ÓRGÃOS NA DISTRIBUIÇÃO DE TAREFAS E ATRIBUIÇÕES.....	78
5 NO CAMPO: O RELATO E A MEMÓRIA DAS FAMÍLIAS.....	80
5.1 A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB	85
5.1.1. O MAB junto às famílias atingidas pela lama de Fundão.....	87
5.2. FAMÍLIAS ATINGIDAS PELOS REJEITOS DA SAMARCO EM MARIANA: NO CURSO DA LAMA HISTÓRIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIA!	88
5.3 A VIDA, A CASA E A IMAGEM DO LUGAR QUE FICOU	89
5.4. EXPECTATIVAS POR DIAS MELHORES	100
6 NOVO CRIME, AGORA EM BRUMADINHO	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
ANEXOS	120

INTRODUÇÃO

O rompimento da barragem de rejeitos de minério do Fundão, no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana/MG, em 05 de novembro de 2015, provocou danos nas áreas ambiental, social, econômica e cultural. A tragédia provocou 19 mortes, porém, para alguns, o número de vítimas chega a 20, considerando um aborto sofrido em decorrência dos fatos.

A cidade mineira de Mariana é conhecida internacionalmente pela sua localização geográfica, em uma região de abundância de recursos minerais que são explorados há décadas. Na cidade e na região do seu entorno, estão instaladas empresas cujo ramo de atuação é o da exploração de jazidas minerais. A atividade é uma das principais fontes de receita do município, sendo considerável a oferta de campo dos serviços.

Reconhecida como o “Primeiro Município de Minas”, Mariana carrega as tradições centenárias da Igreja Católica, religião predominante na cidade, o que contribui para a manutenção e a sustentação de sua história.

Entretanto, a tragédia da Barragem de Fundão, trouxe problemas socioambientais de grande amplitude, danos irreparáveis quando tratamos da vida humana. A represa foi construída para servir de depósito aos resíduos gerados do processo de mineração de ferro. Com suas atividades controladas pela Samarco S/A, tem como acionistas majoritários a Companhia Vale do Rio Doce e a anglo-australiana *BHP Billiton* que, juridicamente, respondem pelas ações que correm desde o acidente.

Em 05 de novembro de 2015, o dique de Fundão se rompeu, sendo o desastre ambiental, avaliado por muitos especialistas, como o maior na história do Brasil. “A empresa agiu como um motorista bêbado. Estava ciente dos riscos e seguiu em frente”, disse Klemens Laschefski, professor do Instituto de Geociências da UFMG e pesquisador do Grupo de Estudo em Temáticas Ambientais (Gesta).

A subprocuradora-geral da República, Sandra Cureau, em entrevista concedida à Agência Brasil, em 04 de dezembro de 2017, afirmava, à época, que “já era possível dizer que houve negligência e omissão da empresa no caso”. Como coordenadora da Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal naquele ano, disse que havia vários indícios de descuido, entre os

quais, “a falta de um plano de contingência e de controle técnico sobre o volume que a barragem de rejeitos suportava. A coisa foi tão negligenciada que nem a Samarco sabia exatamente o que estava acontecendo. Eles chegaram a falar em duas barragens rompidas, mas só se rompeu a de Fundão. Quer prova maior de negligência que isso? ”

Integrante da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em Minas Gerais, Thiago Alves comentou, em reportagem do Jornal Brasil de Fato, de 23 de janeiro de 2017, sobre um “surto” que apareceu nas imediações da Bacia do Rio Doce. “Antigamente, o ciclo da febre silvestre se fechava na floresta, entre mosquitos e macacos, mas o avanço da mineração e das construções de barragens e de outros grandes empreendimentos vem fazendo com que ela se aproxime do litoral nos últimos 15 anos”.

Thiago Alves esclareceu ainda que, o rompimento da barragem de Fundão, provocou a destruição de milhares de hectares de mata e poluiu rios, o que ainda vai gerar uma série de problemas de saúde.

Alguns estados brasileiros ainda convivem com os rastros deixados pela catástrofe, sendo que, em Minas Gerais e no Espírito Santo, os efeitos foram mais dramáticos. Das margens dos rios Gualaxo Norte e Doce, em Minas Gerais, até o encontro do mar, no Espírito Santo, há muitas histórias de descaso, direitos negados, compromissos não cumpridos e espera de uma justiça que tarda à face de tantas demandas.

O interesse do pesquisador pela história das famílias atingidas deve-se ao fato de ser morador próximo da tragédia e, principalmente, pelos seus ideais junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que possui importante papel no processo de organização e das formas de enfrentamento à situação posta.

O MAB se organizou e se estruturou em âmbito internacional, com o objetivo de reunir, discutir, esclarecer e organizar quanto movimento, famílias, indivíduos, grupos que, direta e indiretamente, sofrem as consequências dos problemas advindos das construções de empreendimentos de barragens e similares. O Movimento não está ligado a nenhuma religião e a nenhum tipo de vínculo político-partidário.

No final da década de 1970, o MAB inicia suas atividades no Brasil, que vivia os anos de chumbo, período do Regime da Ditadura Militar, em que ocorreu uma sequência de retiradas forçadas de direitos civis e políticos. Porém, enquanto a

ditadura negava os direitos, crescia, por parte da população, a indignação contra o regime. Surgiram, a partir de então, movimentos civis organizados que faziam frente contra os ditames ditatoriais. Frutos das lutas travadas desse período, assim como o MAB, nasceram também o Movimento Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

De acordo com o MAB, os anos de 1970 foram marcados por uma grave crise energética em nível mundial, o que culminou com a primeira grande crise do petróleo, fazendo com que os países centrais buscassem novos modelos de geração de energia e, o Brasil, apresentava essas possibilidades.

A pauta dos países “desenvolvidos” passa a chamar atenção daqueles que seriam as primeiras lideranças do MAB no Brasil. Os países que se identificavam como potenciais em outras fontes de produção de energia, começaram a ser alvos de estudos e de implementação de formas “renováveis” de geração de energia, no caso peculiar do Brasil, o considerável foi o volume de água.

Ainda segundo o MAB, um estudo desenvolvido no Brasil pela Eletrobrás, indicava que o país contava com um potencial hidrelétrico considerável para a implantação de barragens, conforme análise feita nos rios e bacias hidrográficas. O país destacava-se como rico em água doce, com rios volumosos e quedas. Indicações estas que seriam suficientes para gerar energia elétrica, portanto, em sua conclusão, o estudo apresentou um mapeamento detalhado de pontos do país que se apresentavam como possíveis para as construções de usinas hidrelétricas.

O MAB relata que, essa época, marca a chegada de grandes empresas eletrointensivas (alumínio, ferro-liga, etc.) que se instalavam no Brasil e já se impunham, faziam exigências e condições de infraestrutura para suas instalações. Traçando um paralelo com os dias atuais, a situação não é muito diferente, já que os incentivos continuam sendo oferecidos a empresas, como a Vale, responsável por danos ambientais e sociais nos últimos anos no país. Com as exigências e as contrapartidas oferecidas, o Estado Brasileiro foi o grande financiador da construção das hidrelétricas.

Dá início então a construção de grandes empreendimentos de usinas hidrelétricas em várias regiões do país. O ritmo acelerado das usinas ignorava a existência das comunidades ribeirinhas, que viviam ao longo dos rios, e que serviriam para encher as comportas dos reservatórios. Famílias inteiras foram despejadas de suas terras para dar lugar ao progresso, não havendo propostas de

reconhecimento das mesmas como atingidas. O MAB avalia as indenizações pagas à época como irrisória face à realidade das famílias que viviam à beira dos rios.

Há por parte do Movimento, o entendimento de que muitas dessas famílias, com seus respectivos membros, passaram a ocupar as favelas das cidades, fortalecendo a atuação dos movimentos que se formavam, como, por exemplo, engrossar as fileiras de sem-terra.

Nesse contexto, o MAB se consolida atuando junto às famílias atingidas pelas construções de empreendimentos que as expulsam de suas terras, retiram direitos e, muitas das vezes, com o apoio do Estado, que segue omisso em seu papel de, minimamente garantir, com a aplicação da lei, a inibição de tais práticas.

A atuação do MAB na região atingida pela lama da Samarco, Vale e BHP *Billiton* conta com uma secretaria regional em Ponte Nova/MG como ponto de apoio às cidades vizinhas, já tendo, inclusive, realizado diversos encontros com os atingidos pela lama.

O município de Ponte Nova também busca ser reconhecido como atingido. Porém, o fato de a comunidade de Simplício ter recebido os rejeitos ainda não concede a ele tal reconhecimento. Fato contraditório uma vez que, em contato com as famílias do lugar, algumas relataram que recebem o cartão benefício, chamado por elas de “cartão obrigação” e outras também afirmaram que são atendidas com a silagem para alimentação dos gados, considerando a área de pastagem devastada.

Os embates travados são de diversas ordens passando pelo campo jurídico, ambiental, social e pelo mundo do trabalho. Pouco se observa de avanços no que tange ao reconhecimento de direitos. As reivindicações se relacionam diretamente com as empresas proprietárias da Barragem que, nos atos, são representadas pela Fundação Renova atuando na mediação com os atingidos.

A Fundação Renova foi criada em março de 2016, ano seguinte ao da tragédia, por meio de um Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) entre a Samarco, Vale e BHP, os governos federal e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Com sua sede em Belo Horizonte, conta também com escritórios em Mariana e Governador Valadares (MG) e na cidade de Colatina, no Espírito Santo. A Fundação foi criada com a missão de implementar e gerir programas de reparação que inclui a restauração da área afetada e a reconstrução das regiões impactadas pelo rompimento da barragem.

Sendo assim, o presente trabalho se propõe a discutir as consequências dos transtornos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, junto à população atingida; a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que, com seu trabalho de organização das famílias, busca respostas para as demandas que se fazem urgentes, além de apresentar a relação estabelecida entre os atingidos, as empresas responsáveis pelo crime e os avanços no ponto de vista jurídico em curso.



Foto de acervo/MAB – Atividade em Bento Rodrigues - um ano após o rompimento

1 BREVE HISTÓRICO DA MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS E NA REGIÃO DE MARIANA

O ano de 1934 tornou-se um marco para a mineração no Brasil, data desse período, a criação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), por meio do Decreto de criação nº 23.979, de 08 de março daquele ano.

Com a Segunda Grande Guerra Mundial, entre 1939 a 1945, a mineração passou a ser vista com mais atenção. Na época, o transporte no Brasil era feito, sobretudo, por ferrovias e por meio de navegações que eram, basicamente, movidos a vapor (base de queima do carvão mineral e lenha).

A Guerra dificultou a manutenção do abastecimento do país, pois os combustíveis eram importados, porém, culminou com a exploração da mineração de carvão que era um modelo ainda muito aquém das demandas apresentadas face os desafios do país após a grande crise de 1929¹.

Para uma melhor compreensão da extração mineral no país, na contemporaneidade, faz-se necessário recorrermos ao período do Brasil Colônia, entre os anos de 1500 até 1822. Conforme apresentado por FERNANDES (2016), existia grande expectativa, na época, por parte de Portugal, de encontrar metais preciosos em terras brasileiras. Mas, a tendência de exploração naquele momento, tomou outro rumo. A atividade predominante desenvolvida passou a ser o extrativismo, exploração dos recursos da floresta como o pau-brasil, encontrado em grande abundância.

No setor agrícola, houve investimento do plantio de cana para a produção do açúcar, com grande demanda para exportação. FERNANDES (2016) aponta que somente 200 anos após o descobrimento, no século XVIII, é que se deu o Ciclo do Ouro. Razoavelmente curto, teve duração de apenas 70 anos, aproximadamente, no período de 1700 a 1770. A autora fala que, no período, o Brasil chegou a produzir o equivalente a 50% do total da produção mundial, cerca de mil toneladas somente de

¹Como a crise de 1929 afetou o Brasil e favoreceu a adoção de um modelo econômico centrado na substituição de importações e na intervenção estatal. José Fucs – Revista Época, janeiro de 2009.

ouro. E cerca de três milhões de quilates de outras pedras preciosas.

As descobertas das pedras preciosas, mais precisamente do ouro no Brasil, acabaram por atrair pessoas de diversas partes do mundo. O fenômeno conhecido como a “Corrida do Ouro” provocou efeitos desastrosos como mudanças que chegaram a afetar profundamente a economia na época e a interferência nos setores social e político, causando de forma acelerada uma integração territorial.

O reflexo no comércio foi imediato, o que levou a exigência do cumprimento de ações como ampliação de estradas, interferindo também em diversos serviços instalados.

1.1 HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA DA MINERAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Revista do Legislativo de Minas Gerais elaborou, em 2008, um estudo sobre a mineração no Estado, resultado de uma síntese das palestras ministradas no Seminário Minas de Minas, realizado naquele período, cujo objetivo era extrair os aspectos mais relevantes sobre o tema. Os levantamentos foram feitos pela equipe de Gerência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Socioeconômico da Gerência-Geral de Consultoria Temática da ALMG que buscou contextualizar crítica concernente ao assunto.

O estudo indica que o setor empresarial, na época, avaliou que a indústria da mineração trazia boas oportunidades e bons resultados econômicos para Minas e destacavam, principalmente, as suas vantagens competitivas. De acordo com o analista técnico da área de geologia da ALMG, André Neves Alves, o Governo Federal, atento ao momento econômico favorável, detalhou em 2008, o planejamento que direcionava a um formato das políticas de mineração para o setor.

A mineração está muito ligada à formação do Estado de Minas Gerais. No período colonial, a partir de 1690, já havia centenas de lavras de ouro aluvionar na Região Central do Estado que, de 1700 a 1780, produziu cerca de dois terços do ouro e boa parte das gemas e diamantes extraídos no país. Essa produção propiciou a abertura de estradas, a implantação de núcleos urbanos, a unificação do território, a criação de uma estrutura administrativa própria e a construção da Estrada Real.

Cidades como Ouro Preto, Congonhas, Sabará, São João del Rei, Tiradentes, Diamantina, Serro, entre outras, prosperaram em torno das minas que passavam a ser exploradas. Conforme descrito no documento da ALMG, essas informações tiveram, por base, a palestra do presidente do Sindicato da Indústria Mineral de Minas Gerais (Sindiextra²), Fernando Coura que, na época, foi um dos expositores do painel “Histórico e Importância Socioeconômica da Mineração no Estado”. No período entre 1700 a 1808, segundo Coura, a população do Estado de Minas Gerais aumentou de forma considerável, saindo de uma média de 30 mil habitantes para cerca de 433 mil habitantes.

No século XVIII, na antiga Vila Rica, atualmente a cidade de Ouro Preto, a população já alcançava aproximadamente 35 mil habitantes, em proporções muito maiores, por exemplo, que a cidade de São Paulo que, naquele período, tinha cerca de 5 mil habitantes. De 1820 a 1830, foram instaladas seis empresas inglesas de mineração na região. Era o início da exploração do ouro em Minas, com empresas estrangeiras. Coura cita que, entre as empresas inglesas, estavam a *St. John D’el Rey Mining Company*, que posteriormente foi transformada na Mineração Morro Velho, que manteve suas atividades até o final do século XX.

A exploração de minérios em Minas Gerais é uma das marcas do desenvolvimento do Estado, o que acabou por refletir também na economia do país. Com a exploração das minas de ouro, acabou-se por descobrir na região das minas, depósitos de minério de ferro, o que nas décadas seguintes propiciaram o surgimento da indústria de transformação desse bem mineral no Estado.

O estudo elaborado por Coura aponta que, em 1814, foram instalados os primeiros altos-fornos de ferro-gusa³ na fábrica de Morro do Pilar. Em 1825, o francês Jean Monlevade instalou uma fábrica na cidade de São Miguel do Piracicaba, hoje João Monlevade.

2SINDIEXTRA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Paracatu e Vazante com sua base territorial em Minas Gerais na região de Vazante e Paracatu. Ver em: <http://www.sindiextra.com.br/sindicato.htm>

3Alto-Forno: É uma construção que pode apresentar tamanhos distintos, interior de material refratário [Pode ser estudado em: 1) Mudança de fase - Temperatura de Fusão do material refratário; 2) Transferência de calor por condução.] e externamente por uma carcaça metálica. Dele se obtém o ferro gusa seu principal produto advindo do derretimento do minério de ferro. É um reator metalúrgico. [Pode ser estudado em: Conservação da energia-Princípio geral de conservação de energia; Como a palavra reator, faz lembrar o reator nuclear - Fazer uma comparação do reator metalúrgico com um reator nuclear]. A matéria prima do ferro-gusa entra pelo topo na temperatura ambiente. Ver: ENSINO DE FÍSICA TÉRMICA A PARTIR DO ESTUDO DO ALTO-FORNO, Nelson Martins Vimieiro. p 90-91, 2013.

Em 1876, foi criada a Escola de Minas de Ouro Preto, responsável pela formação dos primeiros metalurgistas brasileiros. Em 1894, começou a exploração de manganês no Morro da Mina, em Conselheiro Lafaiete e, no início do século XX, foi formada a *Itabira Iron Ore Corporation*, empresa inglesa que adquiriu os direitos das minas de ferro de Itabira e participação na estrada de ferro Vitória–Minas.

Na década de 1920, o presidente Artur Bernardes lançou incentivos para a indústria siderúrgica nacional, e a Companhia Siderúrgica Mineira transformou-se na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. No ano de 1940, os direitos das minas da cidade de Itabira, foram transferidos para o governo brasileiro. Dois anos depois, foi constituída a Companhia Vale do Rio Doce, na Era Vargas.

A abertura do setor mineral brasileiro ao capital estrangeiro se consolida a partir da década de 1960, intensificando a presença das multinacionais no ramo da mineração. Nesse período, empresas como a MBR, Samitri, Ferteco, Alcoa, CBMM e Usiminas se estabeleceram em território mineiro, sinalizando à época, no campo econômico, boas perspectivas para o Estado, segundo o presidente do Sindiextra, que argumentou ser a mineração uma atividade demandada pela sociedade.

Coura entende que a mineração é uma atividade temporária, pois as reservas de uma jazida são exauridas pela lavra e, com o tempo fica escassa. É uma atividade intermediária de uso e ocupação do solo, que permite a reabilitação do local para outros usos. Ele observa que há benefícios sociais, especialmente, para as comunidades diretamente envolvidas na prática da mineração. Coura ainda ressalta que os recursos minerais são patrimônio da Nação, sendo que seu aproveitamento deveria ser considerado uma oportunidade para a produção de riquezas.

O representante sindical acredita ainda que o setor mineral passa por uma fase de expansão do mercado internacional. Ele destaca alguns aspectos como: o grande consumo e valorização das matérias-primas minerais, a migração da produção para países em desenvolvimento com mesmo potencial mineral, fusões e aquisições de grandes empresas, tornando a mineração, cada vez mais, com formatos pautados com base na globalização, principalmente, quanto a minerais metálicos como ferro, níquel, cobre, alumínio e zinco.

O bom momento da mineração para Fernando Coura trouxe excelentes oportunidades para o País, seja pelo aumento das exportações de minérios, seja

pela atração de vultosos investimentos a serem aplicados na extração e na industrialização mineral.

Minas Gerais destaca-se entre os demais estados brasileiros por ser o principal Estado minerador. No ramo da atividade, chega a ser responsável por 44,1% do valor da produção mineral em todo território nacional. Informação de Couro, referente ao ano de 2007, anterior ao da realização dos estudos, Minas Gerais se firmava como o mais completo ciclo produtivo de base mineral do País.

Ao longo da leitura do texto, em busca de uma Política Minerária, encontramos a informação de que o Estado produz mais de 30 tipos de bens minerais, entre minérios metálicos e não-metálicos. Grande parte da produção é gerada tanto por pequenas como por megaempresas. A produção é utilizada para abastecer indústrias de transformação, como as de ferro-gusa, ferro-liga, aço, cimento, cal e fertilizantes.

No que se refere à exportação, a análise mostra que, aproximadamente, 55% do valor da pauta estadual provém do setor mineiro metalúrgico. Dados da época indicavam que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE/MG) previa uma projeção estimada de investimentos no valor de US\$120 bilhões, para um período entre 2003 a 2014, em Minas. Do montante, cerca de US\$47 bilhões seriam investimentos direcionados para a cadeia produtiva do setor mineral, mineração, siderurgia e metalurgia.

A partir de diagnósticos feitos em 2003 e 2006, o Governo Federal vem reestruturando seus órgãos e desenvolvendo ações para o setor mineral brasileiro, conforme afirmou, no mesmo painel, o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Cláudio Scliar.

Na época, concluiu-se que o Ministério e seus órgãos vinculados tinham pouca participação no fomento e na execução de ações que tornassem a geologia e a mineração capazes de contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável do País. Das 100 maiores empresas de mineração do Brasil, 33 atuam em Minas Gerais. Todas as cinco maiores, no Estado, segundo Fernando Coura.

A presença das mineradoras em Minas, neste caso, em especial, nas cidades do interior, do qual fazemos o recorte da situação específica da cidade de Mariana ganha novos significados e interpretações, principalmente, após o rompimento da barragem de Fundão. O imaginário de que, com as empresas, viriam possibilidades

de emprego, são colocados também questionamentos relacionados aos impactos provocados pela mineração e atuação do poder público junto às mineradoras.

Por outro lado, uma grande parcela da população de Mariana criou um imaginário diferente com relação à empresa Samarco por conta do discurso da geração de emprego e do dito “progresso” trazido com a mineração. Esse “processo” está comumente associado à falta de ações do poder público na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. (Coelho, Dias e Passos, 2017, p. 281)

As autoras do artigo “(Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana” apontam que os residentes de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo, subdistritos de Mariana, poderiam ter sido reconhecidos como atingidos, antes mesmo do rompimento da barragem, pelo fato do posicionamento geográfico do Complexo da Mina da Alegria estar acima dessas comunidades. As autoras acrescentam que a montante no curso do rio que corta a comunidade e tal situação já colocava a população em constante ameaça.

1.2 *DEPENDÊNCIA DA PRÁTICA DA MINERAÇÃO EM CIDADES DE MINAS GERAIS*

O rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, além de causar grandes danos ao meio ambiente e ceifar vidas humanas ficou marcado pela interferência brusca, principalmente, na economia do município, sede do fato.

A economia da cidade de Mariana, bem como outras ao seu redor e regiões do Estado de Minas Gerais, gira em torno da exploração de minérios, sendo, em muitos municípios, a responsável pelo maior percentual de receita de arrecadação. Importante ressaltar que a exploração de minério, no referido Estado, é uma prática antiga, que se relaciona diretamente desde os primórdios de sua formação ainda quando vilas.

Para melhor compreensão da formação do Estado de Minas Gerais e a exploração de minérios em seu território, recorreremos a Caio Prado Jr. que descreve o “Bandeirismo” para tratar do povoamento do Brasil, ou seja, a existência de prospectores que desbravaram o interior do País em busca de metais e pedras preciosas. A ação dos desbravadores culminou na exploração de minas em regiões onde começava o processo de ocupação.

Essas regiões que formavam seus núcleos de povoamento, segundo o autor, são atualmente áreas onde estão os estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Num período cronológico, compreendido no século XVII, consta o início do Ciclo do Ouro. Prado Jr. cita que, em 1720, Minas Gerais foi elevada à Capitania, passando a fluir, a partir de então, o desenvolvimento nos aspectos econômicos, social e cultural.

Celso Furtado, em sua obra, “Formação Econômica do Brasil”, retrata um País que buscava se consolidar e que tinha nas explorações das minas, mesmo que ainda de forma limitada, as indicações de que seriam a mola propulsora da economia naquele período.

Iniciava-se um processo de migração do litoral brasileiro para o interior da Colônia. Era a corrida do ouro para a exploração das minas na região montanhosa. O Ciclo do Ouro que contribuiria de forma significativa com a economia do Brasil. O fluxo populacional, segundo estimativas apontadas pelo autor, era de 500 mil imigrantes vindos de todas as partes do País, sendo a maioria de imigrantes de origem portuguesa. A economia mineira abriu um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia.

Dadas suas características, a economia mineira brasileira oferecia possibilidades a pessoas de recursos limitados, pois não se exploravam grandes minas - como ocorria com a prata no Peru e no México – e, sim, o metal de aluvião que se encontrava depositado no fundo dos rios. Não se conhecem dados precisos sobre o volume da corrente emigratória que, das ilhas do Atlântico e do território português, se formou com direção ao Brasil no correr do século XV. Sabe-se, porém, que houve alarme em Portugal, e que se chegou a tomar medidas concretas para dificultar o fluxo migratório. (FURTADO, 2006).

Ao longo dos anos, o Estado de Minas Gerais se desenvolveu como um dos pioneiros na exploração de minérios, devido à abundância da matéria em seu território. O município de Mariana seguiu o mesmo ritmo tornando-se um dos principais polos de mineração, colocando a cidade como uma das que se destacam no Quadrilátero Ferrífero mineiro. Juntamente com Mariana, as cidades de Caeté, Itabira, Itaúna, João Monlevade, Ouro Preto, Rio Piracicaba, Sabará e Santa Bárbara são responsáveis pela maior produção de minério de ferro do país atualmente.

As cidades se localizam na região centro-sul do Estado de Minas Gerais. De acordo com a Associação Nacional dos Municípios Mineradores, cerca de 60% da produção nacional, sai da região dos municípios mineiros. A Associação afirma ainda que, além do minério de ferro, também são extraídos do Quadrilátero Ferrífero, ouro e manganês.

Pelas informações da Associação, toda a produção realizada nos municípios é suficiente para o abastecimento das usinas siderúrgicas nacionais e, grande parte do que é produzido, ainda é fornecido a países no exterior. A exportação é feita por meio das empresas da Vale S.A., antiga CVRD (Companhia Vale do Rio Doce). A nota informa que o minério é escoado pela Estrada de Ferro Vitória a Minas e segue até os terminais do Porto de Tubarão, em Vitória (ES). Ressalta-se que, tanto a ferrovia Vitória-Minas quanto o Porto de Tubarão, são de propriedade da Vale S.A.

Porém, a economia produzida pela exploração das jazidas em Minas Gerais sofreu grande impacto com o rompimento da Barragem de Fundão, no subdistrito de Bento Rodrigues. A relação de dependência econômica do município da atuação das mineradoras, em sua sede, contrapõe aos desafios postos pós-rompimento, considerando os riscos que os empreendimentos representam para as pessoas que trabalham nas áreas das minas, para o meio ambiente e a população de modo geral.

Conforme dados de 2013, divulgados pelo IBGE, no estado de Minas Gerais, 7,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB) está relacionado à indústria extrativista mineral, o que reafirma significativo percentual entre as outras formas de movimentação da economia. A mineração em Minas se mistura com sua história, com sua paisagem e com as trágicas modificações deixadas pelas escavações.

Em uma de suas declarações sobre fatídico episódio, o prefeito de Mariana, Duarte Júnior, cinco dias após o rompimento da barragem da Samarco, disse que Mariana é altamente dependente da mineração. "Sou a favor da suspensão das atividades (da Samarco) por prazo determinado, mas não da paralisação definitiva da mina". A justificativa dada pelo prefeito, à época, poderia talvez se justificar, pelo ponto de vista econômico, pois naquele período, 80% da arrecadação do município vinham da atividade mineradora.

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) divulgou nota, em outubro de 2018, enfatizando que o cenário da época demonstrava uma queda brusca do preço do minério de ferro, porém, mesmo com a queda, as mineradoras ainda conseguiram investir cerca de US\$ 53,6 bilhões no país, no período de 2014 a 2018.

Os dados do Ibram apontavam um recuo de aproximadamente 15,7% comparado a um estudo anterior feito pelo próprio Instituto, mas o cenário ainda era de expectativas positivas, dado que se tratava de um montante expressivo. Ao Estado de Minas estava reservada a maior fatia da arrecadação atingindo, no referido período, 41,8% do lucro, o que em valores, chegava à casa dos R\$ 22,4 bilhões.

Informações do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) revelam que os números atuais apontam que 72 empresas têm concessões de lavra só de minério de ferro no estado de Minas Gerais. No grupo dos municípios está incluída a Vale, Samarco, Anglo American, CSN e Usiminas. Os registros do Departamento mostram ainda que Minas Gerais é o estado com maior número de requerimentos de pesquisa mineral e de pedidos de registros de licença para a prática de exploração mineral.

Para melhor compreensão da relação de dependência econômica que se estabelece entre os municípios e as empresas mineradoras, verifica-se certa tolerância por parte da população nos municípios. Para Coelho (2012), nessa relação há clareza da existência dos prejuízos causados pelas empresas que perpassam pelas questões ambientais e sociais.

O estudo indica ainda que existe a superexploração no mercado de trabalho oferecido pelas empresas mineradoras aos seus funcionários o que, na visão do autor, evidencia efeitos sociais da dependência para além de suas consequências econômicas.

Ainda de acordo com Coelho (2012), o discurso do desenvolvimento abre possibilidades ilusórias para a solução dos problemas sociais da região, atividade que se traduz, efetivamente, em um pequeno número de empregos e divisas criadas. Os prejuízos decorrentes da mineração são suportados em troca de pequenas concessões feitas pelas mineradoras.

O trabalho nas minas, por mais árduo que seja, é sinônimo para a população local de atendimento das necessidades humanas básicas e, essa consequência de curto prazo, é o principal trunfo para a manutenção da atividade mineira-exportadora.

Podemos ainda identificar como ônus minerador: a contaminação, destruição e assoreamento de rios e reservatórios de água; as renúncias fiscais na água, energia e no imposto de circulação de mercadorias; os

gastos com a criação e manutenção de infraestrutura de transportes (tanto em estradas como em minério-dutos e ferrovias); a construção e manutenção de represas de rejeitos; destruição de formas de produção tradicionais; a sobrecarga do sistema de saúde local; o aumento da violência urbana; os gastos com o crescimento populacional repentino; a instabilidade nos preços do minério de ferro no mercado internacional; a concentração de renda; a renúncia ao incentivo de outras atividades econômicas; os constantes “acidentes” de trabalho; a superexploração do trabalho (com efeitos drakonianos, como a silicose e mortes em ambiente de trabalho); a limitada oferta de postos. (COELHO, 2012, p. 140).

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), sistema de informação de dados do governo federal, mostra que, entre os meses de dezembro de 2016 e 2017, a indústria extrativa mineral chegou a gerar 499 empregos formais em Brumadinho/MG, número abaixo apenas da administração pública, que teve saldo de 553. No entanto, na média salarial dos dois setores, a mineração tinha salários mais altos, com uma média de R\$ 3.971,65, quase o dobro dos R\$ 2.155,85, que era a média dos servidores.

No Brasil, as atividades de exploração de mineração realizadas pelas empresas se dão sob o regime de concessão pública e fica aos cuidados do Ministério de Minas e Energia. A parte de operacionalização dos serviços é atribuição do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Ao Departamento fica vinculado o serviço de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM⁴). Apresentamos a seguir relação das cidades mineiras e seus respectivos valores, os dados são do CFEM/2018: Nova Lima: R\$ 172,944 milhões; Congonhas: R\$ 172,654 milhões; Itabira: R\$ 171,091 milhões; Itabirito: R\$ 129,709 milhões; São Gonçalo do Rio Abaixo: R\$ 112,399 milhões; Mariana: R\$ 106,094 milhões; Paracatu: R\$ 40,223 mil; Itatiaiuçu: R\$ 39,969 milhões; Ouro Preto: R\$ 37,595 milhões e Conceição do Mato Dentro: R\$ 32 milhões.

⁴(CFEM) é uma contraprestação paga à União pelo aproveitamento econômico desses recursos minerais. Foi criada com a Constituição Federal de 1988; instituída pelas Leis nº 7.990/1990 e 8.001/1990. Regulamentada pelo Decreto nº 01/1991 e, a partir de então, passou a ser exigida das empresas mineradoras em atividade no país.

1.3 A RESISTÊNCIA DO MAB JUNTO AOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA MINERAÇÃO: MARCO CONCEITUAL DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O início das atividades do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no Brasil, aconteceu no final da década de 1970, período em que o país vivia o regime da ditadura militar. A época foi marcada pela suspensão de direitos civis e políticos, censura, proibição da atividade de sindicatos, fechamento de partidos, perseguições políticas, torturas e assassinatos. Havia, por parte significativa da população, uma forte indignação e oposição à ditadura.

As manifestações tomaram conta do país. Surgiram forças importantes que se constituíram como o Movimento Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Uma grave crise energética internacional assolou o país, desencadeada, entre outros problemas, pela primeira grande crise do petróleo⁵. Isso fez com que os países centrais fossem em busca de novas formas de gerar energia já pensando em como substituir a falta de petróleo. A situação levou alguns países, que tinham potencial para exploração de outras fontes de combustível, a serem alvos de estudos e implementação de formas “renováveis” de geração de energia.

Em seu livro “Movimento dos Atingidos por Barragens”, publicado em 2015, Alves ressalta que a história de organização dos atingidos por barragens é narrada conforme uma sequência de lutas e conquistas. A mobilização desses atores se dá pela indignação de direitos, visando reunir sujeitos, esclarecer cenários e apresentar possibilidades.

O método de organização do MAB é estabelecido inicialmente por meio dos Grupos de Base, considerados alicerces do movimento. O Grupo reúne todas as famílias, ameaçadas ou atingidas direta e indiretamente por barragens, de uma comunidade ou bairro.

⁵No começo da década de 1970, as nações produtoras começaram a regular o escoamento da produção petrolífera por conta de sua natureza não renovável. Em 1973, o valor do barril mais que triplicou em um curto período de três meses. Outra crise de grandes proporções também aconteceu no ano de 1979, quando os iranianos organizaram a deposição do ditador Xá Reza Pahlevi. O destaque destas duas crises indica que a economia de nações poderosíssimas está intimamente ligada a essa fonte de energia. Sendo o petróleo um recurso natural não renovável, muitos países investem na exploração de outras fontes de energia que possam sustentar o quadro econômico futuro. Contudo, ainda é difícil imaginar as várias transformações que um mundo sem petróleo poderia exercer na economia, na sociedade e, até mesmo, no jogo político internacional SOUSA, Rainer Gonçalves. "Crise do Petróleo"

A organicidade do movimento prossegue baseada em instâncias de organização, multiplicação das informações e resistência ao modelo capitalista. Assim, existem as coordenações a nível local, estadual e nacional do movimento, de maneira que “no movimento, face à mesma carência, todos se tornam iguais. E, agindo em conjunto, esses iguais vivem a experiência de comunidade. (Alves, 2015, p 228)

Neste contexto, no final dos anos 70 e início da década de 1980, que surge o Movimento dos Atingidos por Barragem, o MAB. Inicialmente, formado por pequenos grupos de famílias atingidas, que foram, direta ou indiretamente, afetadas por projetos de empreendimentos de barragens e que, muitas vezes, tiveram que ser reassentadas em outras localidades. Importante ressaltar a influência e a atuação dos setores progressistas da Igreja, não só da Igreja Católica como também da Igreja Luterana, lembrado por Vainer (2003) citando GUEDES (2005).

O lema “Águas para a vida, não para a morte” da Romaria das Terras, em 1983, conseguiu reunir cerca de 20 mil pessoas. O Movimento assumiu literalmente o tema como lema em 1985, ano em que se mobilizou para coleta de assinaturas para o abaixo-assinado “Não às barragens”. Mais de um milhão de assinaturas foram entregues ao Ministério de Assuntos Fundiários.

Em 1987, o MAB passa a ser reconhecido e legitimado como representante interlocutor da população atingida ou ameaçada por barragens, sendo, a partir desta data, a conquista de os não proprietários, quando afetados, direta ou indiretamente pela construção de uma hidrelétrica, também incluídos no direito ao reassentamento.

Segundo Alves (2015), a articulação desse movimento se deu, primeiramente, a partir da experiência vivenciada pelo “Movimento Justiça e Terra”, em função da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em 1980.

Esse primeiro momento tem seu desenvolvimento através de comissões de luta, como exemplo, a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), na região sul; a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU), no norte e a Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu (CRABI), também na região sul. Tais conexões tiveram um papel importante no início da luta, as comissões tiveram suas conquistas, cada uma de forma particular de acordo com as singularidades e reivindicações de cada região. (Alves, 2015, p 222)

Em abril de 1989 é realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens com a participação de representantes de várias regiões do país. Foi realizado um levantamento das atividades desenvolvidas até então, de como se organizavam e se articulavam face as diferentes realidades. O Movimento

decide então constituir formas de organizações mais concretas que fizessem um contraponto frente aos planos de construção de grandes barragens. (MAB Edição Especial do Informativo do Movimento dos Atingidos por Barragens, 2004)



Foto de acervo/MAB – Atividade em Bento Rodrigues - um ano após o rompimento

Em março de 1991, com a realização do “I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil”, ficou decidido que o MAB deveria ser nacional, popular e autônomo, organizador e articulador das ações contra as barragens, a partir das realidades locais e à luz dos princípios deliberados pelo Congresso.

O dia 14 de março foi instituído como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, sendo celebrado desde então em todo o país. (MAB s/d p.17). Segundo Marlene Ribeiro em “O caráter pedagógico dos movimentos sociais”, o MAB pode ser inserido na categoria denominada de novos movimentos sociais. Movimentos estes que nasceram na década 70 e que colocaram em xeque os paradigmas teóricos tradicionalmente usados pela sociologia e pela história para interpretar a organização da sociedade e ou as mudanças sociais.

Os novos movimentos sociais, pelo contrário, pleiteiam a politização das instituições para além das formas representativo-burocráticas, de modo a conferir maior independência à sociedade civil, diminuindo o controle e a intervenção do Estado sobre esta. (Ribeiro, 1998: 7).

O MAB recebeu forte influência dos movimentos da Igreja, a exemplo das

Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se organizavam a partir de pequenos grupos com o objetivo de articulação com seguimentos diversos. Entretanto, vale ressaltar as referências que traz sobre as características de uma nova cultura de base presente nas CEBs, seguimentos como sindicatos, movimentos feministas e ecológicos, partidos políticos. Características essas que se identificam como reações ao caráter excludente do modelo econômico e às formas autoritárias do poder presente na figura do Estado, sendo visíveis as propostas de democracia e autonomia sobre novas experiências de vida comunitária.

Cabe destacar a atuação de outros movimentos sociais que também atuam com a organização de pequenos grupos, formando bases estruturantes na busca por implementação de direitos sociais. Numa lógica de organização desses novos movimentos, observa-se que cada qual apresenta uma proposta de trabalho muito específica, mas em determinados momentos, meio que numa unificação de lutas, unem-se com o propósito de fortalecimento. Assim como o MAB, já tem definidas suas pautas de enfrentamento aos problemas, dos quais muitos podem ser associados às diferenças sociais.

O Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) é um desses novos movimentos. Surgiu de uma acumulação da experiência de espoliação histórica da mineração no Brasil, alinhada às últimas lutas amazônicas em torno da expansão da mineração na região de Carajás e outros pontos da Amazônia.

É no Norte do Brasil, sobretudo, que camponeses, nas suas mais vertentes faces: quilombola, indígena, ribeirinha, cabocla, camponês de fronteira (que já migrou de outros espaços) acirram, desde o final dos anos de 1990, com maior intensidade contra os projetos de exploração e escoamento da mineração.

O movimento começou a ser organizado em 2012, no Pará, no enfrentamento ao Projeto Grande Carajás da empresa Vale. A expansão intensa da atividade mineradora na última década, no Brasil, causou, na mesma proporção, violações aos Direitos Humanos e conflitos nos territórios onde a mineração se estabelece.

Diante deste quadro, um conjunto de militantes ligados à Articulação da Via Campesina Brasil passou a se dedicar na construção do movimento que a pauta fosse exclusivamente o complexo da mineração no Brasil. De acordo com informações contidas na página do Movimento, ele se faz presente em nove estados brasileiros: Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Piauí, São Paulo, Tocantins, incluindo o Distrito Federal.

Outro importante movimento é a União Nacional por Moradia Popular e a Luta Pelo Direito à Habitação (UNMP). O marco inicial de suas articulações foi no final da década de 1980, mais precisamente em 1989, a partir da coleta de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular, realizado no Brasil que, em 2005, daria origem ao Sistema, Fundo e Conselho Nacional por Moradia Popular (Lei 11.124/05).

A partir desta ação conjunta, os movimentos de moradia dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais iniciaram um processo de articulação que resultou na consolidação da UNMP, em 1993, no primeiro Encontro Nacional por Moradia Popular. Desde então, a atuação da UNMP se dá nas áreas de favelas, cortiços, mutirões, ocupações e loteamentos com o objetivo de articular, mobilizar e lutar pelo direito à moradia, reforma urbana e autogestão, e assim resgatar a esperança do povo rumo a uma sociedade sem exclusão social.

Passados 30 anos, o movimento já está presente em 16 Estados brasileiros: Paraná (PR), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG), Bahia (BA), Sergipe (SE), Alagoas (AL), Pernambuco (PE), Paraíba (PB), Maranhão (MA), Goiás (GO), Amazonas (AM), Tocantins (TO), Pará (PA) e Rondônia (RO). Sua forma de organização tem forte influência da metodologia das Comunidades Eclesiais de Base, que contribuíram diretamente na formação de grande parte de suas lideranças. Trabalha-se com grupos de base nos bairros, ocupações e favelas, articulados em movimentos regionais e municipais que, por sua vez, unem-se em âmbito estadual. Os estados possuem representação em uma Coordenação Nacional, indicada nos Encontros Nacionais por Moradia Popular.

E por fim e não menos importante, mencionamos o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que se organiza junto aos trabalhadores urbanos do local em que vivem com a proposta de transformação a partir do meio que estão inseridos. O movimento defende que não é e nunca foi escolha dos trabalhadores morar nas áreas periféricas dos centros urbanos, ao contrário, o modelo instituído de cidade capitalista, de forma excludente, é que coloca os menos favorecidos socialmente nas regiões mais distantes.

A ocupação desses territórios criaram condições para que os trabalhadores se organizassem nas áreas periféricas e buscassem uma série de reivindicações comuns. Criaram-se identidades coletivas dos trabalhadores em torno destas reivindicações que, ao longo dos tempos, transformaram-se em bandeiras de lutas.

Há uma avaliação por parte do MTST que, ao mesmo tempo, observa-se a organização sindical fragilizada, com dificuldades em organizar um segmento crescente de trabalhadores, incluindo os desempregados, trabalhadores temporários e terceirizados, além dos trabalhadores que atuam por conta própria. O Movimento associa tais transformações sociais às medidas políticas adotadas nos últimos anos e que interferem diretamente no processo produtivo, tornando as relações trabalhistas mais complexas e diversificadas. Assim, o espaço em que milhões de trabalhadores no Brasil e em outros países têm se organizado e lutado é o território. É aí que o MTST se localiza: “como um movimento territorial dos trabalhadores”.

O MTST tem como seu maior objetivo a luta contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas. Acredita que, com a atual forma de organização social, não há espaço para a realização dos interesses da maioria. Tudo é transformado em mercadoria, incluindo os direitos dos trabalhadores, o que reforça o sentimento de insatisfação com o sistema, onde uma minoria tem acesso a condições dignas de vida, a bens e direitos essenciais para a sobrevivência humana.

Nesse sentido, o MSTS faz uma crítica ao Estado que, historicamente, coloca-se para atender os interesses da minoria, não importando com as medidas que se deve adotar para a classe trabalhadora que segue esmagada por quem deveria zelar pelos seus cuidados.

Para o MSTS, a luta é muito mais ampla do que a conquista de um pedaço de terra. Mas é preciso um intenso e longo acúmulo de forças para que os objetivos principais sejam contemplados. Todas as ações devem estar voltadas para o fortalecimento dos grupos, das bases e para concretização das metas. Isto significa ampliar as referências nas periferias urbanas, aumentar o número de militantes e as conquistas num formato coletivo das ações.

Dessa forma todas as questões a serem suscitadas nos movimentos sociais ou nos “novos movimentos sociais” não poderá ser visto como uma determinação do capital, para além disso, as relações estabelecidas mesmo sob a égide desse modelo vigente deverão apontar questões que elevem à definição de uma consciência necessária e não apenas contingente, sob pena de não se avançar além da aparência fetichista imposta pelo capitalismo na atualidade. (FILHO, 2013. P 7).

Assim, entendemos ser essencial a atuação dos Movimentos Sociais face à sequência de exclusões de direitos à população quase que, de modo geral, principalmente, pós-retirada da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, por meio de

um processo ilegítimo de *impeachment*.

Com suas formas de organização, os Movimentos conseguem, de certa forma, apresentar para a sociedade, pautas que, ao longo dos tempos, foram ignoradas pelos representantes políticos em suas esferas de atuação. Pautas que os poderes constituídos tratam com os rigores da lei, na grande maioria dos casos, atuando no sentido de desqualificar a legitimidade das reivindicações.

2 OS LUGARES MARCADOS PELA PASSAGEM DA LAMA

2.1 A CIDADE DE MARIANA

Mariana é reconhecida como a primeira cidade de Minas, lugar de forte expressão cultural, berço de tradições religiosas e é sede da Arquidiocese, da Igreja Católica, que leva seu nome. A cidade de Mariana está a 116 km da capital do estado, Belo Horizonte, e a 872 km da capital do país, Brasília. Integra o conjunto de cidades históricas mineiras juntamente com Ouro Preto, Congonhas, São João del Rei, Tiradentes e Catas Altas.

Estes municípios formam um importante patrimônio arquitetônico colonial-barroco do país. Segundo o IBGE (2018), sua população atualmente estimada é de 60.142 mil habitantes. Mariana foi fundada por bandeirantes vindos do estado de São Paulo, que chegaram à região em busca de ouro.

Inicialmente, ainda como um povoado, recebeu o nome de Arraial Nossa Senhora do Carmo. Em 1711 foi elevada à cidade, quando então passa a ser chamada Mariana, como determinação do rei português D. João V que queria prestar uma homenagem a sua esposa, a rainha Maria Ana D'Áustria. Por ser a primeira cidade mineira, é também conhecida como a "Primeira de Minas", sendo a "Primeira Vila", a "Primeira Cidade" e, por fim, a "Primeira Capital".

No governo do presidente Getúlio Vargas, em 1945, foi concedido ao município o título de Monumento Nacional, devido a sua importância e seu "significativo patrimônio histórico, religioso e cultural". Destaque também para sua contribuição com a vida cívica e política do País. Consagra-se com um dos municípios mais importantes do Circuito do Ouro, parte integrante da Trilha dos Inconfidentes e da Estrada Real. Mariana ainda tem a economia fundamentada na extração de minérios como o ouro e o ferro.

O turismo, apesar de não aparecer como um grande destaque, não pode ser ignorado como um dos potenciais econômicos da cidade. A região que contempla a cidade de Mariana possui a Estrada Real de Minas, formada por caminhos que, no passado, eram percorridos por tropeiros, que usavam do trajeto para escoar os produtos extraídos da mineração. Eram os tempos do Brasil Colônia que servia para fazer a ligação entre os povoados do interior de Minas Gerais, chegando até o litoral no Rio de Janeiro.

A Estrada, com extensão de 1.630 KM, atravessa os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Como antigos caminhos de povos indígenas, a trilha tornou-se oficial, em meados do século XVII, reconhecida pela Coroa Portuguesa. É uma estrada que conta um pouco da história do passado dos três estados, atraindo turistas de todas as partes do Brasil e do mundo. Ainda há trechos de terra batida, trilhas e calçamentos de pedra fincada e asfalto.

Em 1999, a Estrada Real passou a ser gerenciada pelo Instituto Estrada Real, que pertence à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Sua composição atual possui quatro caminhos: Caminho Velho, Caminho Novo, Caminho dos Diamantes e Caminho de Sabarabuçu.

Na parte de exploração de minérios, o município de Mariana compõe o Quadrilátero Ferrífero, localizado ao centro-sul do Estado de Minas Gerais com uma área de exploração de aproximadamente 7.000 quilômetros quadrados, tendo Sabará, Santa Bárbara, Itabirito e Nova Lima, os outros municípios do Quadrilátero. Congonhas e Ouro Preto respondem pela maior produção de ferro do país, o que comprova o potencial mineral da região e chama a atenção para o estabelecimento de empresas que praticam a exploração.

A região de Mariana é banhada pelos rios Do Carmo, Gualaxo do Norte e Gualaxo do Sul, recebendo também afluentes do Rio Doce. No conjunto dos municípios, está instalada a mineradora Samarco, cujas empresas são formadas pela Vale e *BHP Billiton*, responsáveis pela barragem que se rompeu em 05 de novembro de 2015.

Além de sua sede, o município de Mariana conta com nove distritos que desenvolvem atividades voltadas para as áreas de agropecuária e artesanato. E, entre os distritos está Bento Rodrigues, que foi tomado pela lama de rejeitos pós-rompimento da Barragem de Fundão.

2.2 O MUNICÍPIO DE MARIANA, SUA POPULAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NA MINERAÇÃO

De acordo com o Censo do IBGE, divulgado em 2010, a população do Município de Mariana era de 54.199 habitantes, sendo que o número de mulheres é 2,2% maior que o número de homens conforme observa-se em demonstração abaixo. O IBGE divulgou ainda a composição étnica da população, indicando que 49,05% declaram-se parda; 30,14% brancos; 18,21% pretos; 2,36% amarelos e, 0,25% indígenas.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado também pelo IBGE 2010, indica que, naquele período, era um índice consideravelmente alto, levando em conta os parâmetros adotados pelo Instituto. Destaque para os quesitos renda e educação que indicavam ser os principais responsáveis pela elevação. O IDH de 0.742 em 2010 classificava o município mineiro em 719º no *ranking* nacional e a posição de 52º em Minas Gerais.

O IBGE aponta que, no período de 1991 a 2010, o IDH do município de Mariana cresceu aproximadamente 50%, considerando o total acumulado das décadas anteriores, avaliado pelo Instituto como muito significativo. Os números apontam a composição de renda, longevidade e educação:

Tabela 1- Renda, longevidade e educação

IDH-M Renda (PNUD 2010)	0.705
IDH - M Longevidade (PNUD 2010)	0.874
IDH - M Educação (PNUD 2010)	0.664

Fonte: IBGE – Censo 2010.

No ano de 2012, três anos antes do rompimento da Barragem do Fundão, Mariana foi a 4ª cidade no país em arrecadação de *royalties* pela extração de minério, conforme aponta o levantamento realizado pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Ainda no que se refere à economia do município, o setor agropecuário representava, no ano de 2011, aproximadamente 0,3% do Produto Interno Bruto – PIB. Destaca-se que o estudo da UFOP indica que se trata de uma atividade praticamente de subsistência. O município apresentava de acordo o estudo, um

crescimento contínuo de sua economia, associado à expansão do setor de mineração. Em 2011, seu PIB foi de R\$ 5. 443. 576. 000,00 e o seu PIB *per capita* (Ppc) de R\$ 99. 342,59.

Em 2015, o rompimento da Barragem da Vale, no subdistrito de Bento Rodrigues, trouxe grande instabilidade ao setor, causando também problemas de ordem política, o que gerou uma crise que, até os dias atuais, a administração municipal busca contornar os problemas.

Em comparação com outros municípios do estado, Mariana ocupa uma posição de destaque no campo da economia, sendo o seu PIB um dos maiores entre os 853 municípios mineiros. O seu *Ppc* tem um destaque ainda maior no cenário estadual, sendo o quinto maior do estado de Minas Gerais. Em âmbito nacional, Mariana é o 25º maior *Ppc* do país, (dados de 2011). No ano anterior, Mariana era o 91º do Brasil em *Ppc* (R\$ 51. 832,18).

2.3 BENTO RODRIGUES, UM POUCO DA HISTÓRIA DO LUGAR ONDE A LAMA COMEÇOU A DEVASTAÇÃO

Bento Rodrigues é um subdistrito de Santa Rita Durão, do município de Mariana. De acordo com moradores, que viveram anos no pequeno lugarejo, a comunidade vivia de forma harmoniosa. Localizado a 27 km de distância do centro de Mariana, a prática da mineração de ouro teve início na região em 1702, conforme registros da Prefeitura Municipal. À época, foi construída a Igreja Matriz, erguida pelo sargento Mor Paulo Rodrigues Durão, pai do renomado poeta Santa Rita Durão.

Ainda conforme informações do arquivo da Prefeitura de Mariana, o subdistrito era habitado por cerca de 600 pessoas que ocupavam aproximadamente 200 casas até o dia 05 de novembro de 2015, data da ruptura da barragem de Fundão. A natureza se apresentava de forma exuberante no local com matas e cachoeiras que serviam de lazer para os moradores e visitantes que, frequentemente, passavam por lá. Tinha ainda as ruínas de uma igreja, uma construção histórica que, junto com as demais casas, e muitas histórias de Bento Rodrigues, acabou soterrada pela lama.

O subdistrito que fica localizado na parte baixa do município de Mariana servia, no passado, de parada para descanso dos tropeiros que chegavam em Minas Gerais em busca do ouro. Conta a história, que o nome do lugar foi dado em homenagem ao bandeirante português de passagem na região nos idos de 1798. Bento Rodrigues teve sua importância no auge da mineração do século XVIII, data da abertura dos caminhos que ligavam esses centros ao litoral, criando, a partir de então, a histórica Estrada Real.

O lugar era reconhecido por sua tranquilidade, habitado por pessoas que levavam um modo de vida simples, típico do interior mineiro. O potencial turístico sempre muito pouco explorado, mas hospitaleiro, contava com um hotel fazenda logo na entrada do lugarejo.

Com o rompimento da barragem, fica na lembrança dos moradores de Bento Rodrigues o espetáculo da Cachoeira do Ouro Fino, com uma queda d'água de cerca de 15 metros e que formava um lago no Rio Gualaxo do Norte, sendo estes um dos seus principais pontos turísticos. Contava também com a construção de duas igrejinhas, assim denominadas, a de Nossa Senhora das Mercês e a de São Bento, padroeiro da comunidade. As construções eram identificadas como do século XVIII e abrigavam importante acervo de arte sacra, também levados pela lama.



FOTO: Igreja de Bento Rodrigues e conjunto de casas – Arquivo/MAB

A festa do padroeiro São Bento era celebrada no último final de semana do mês de julho. Seguindo a tradição das festas religiosas, a comunidade celebrava também a festa de Nossa Senhora das Mercês. As festividades eram animadas com as apresentações do Coral do Bento, uma tradição que vinha se consolidando com o passar dos tempos.

O conjunto do casario de Bento Rodrigues eram de construções simples, mas, em sua grande maioria, casas grandes, amplas e caprichadas. A composição populacional era basicamente rural e o sustento se dava por meio dos produtos advindos da agricultura familiar. Os principais produtos cultivados eram feijão e milho. Havia pouca plantação de cana-de-açúcar e café, porém, existia fartura de vários tipos de frutas. Também era típica a criação de porcos, galinhas, patos, bem como outras aves, gado e cavalos.

O comércio local contava com os serviços de uma “venda”, espécie de mercearia e bar. Bento Rodrigues era atendido com serviços de iluminação pública, tratamento de água e já estava conectado à internet. Um fato curioso e até estranho para os dias atuais era o fato de muitas pessoas guardarem suas economias em dinheiro em casa. Apesar dos avanços tecnológicos e instalação de equipamentos públicos, o lugarejo não contava com uma agência ou posto de serviço bancário.

O local possuía a Escola Municipal Bento Rodrigues que ofertava o ensino fundamental. Ao concluírem o ensino fundamental, os jovens e adolescentes, seguiam para sede do município para dar continuidade aos estudos, sendo comum a maioria não voltar a fixar mais residência no distrito, devido ao mercado de trabalho.



FOTO: Tragédia em Bento Rodrigues – Site do MAB dias após o rompimento da barragem

Já outros mantinham vínculos e retornavam para o trabalho junto à família ou passavam a compor o quadro de trabalhadores da empresa Samarco, instalada em Bento Rodrigues. O que acabou por se tornar uma fonte de renda para um grupo composto basicamente por mulheres, em Bento Rodrigues, foi a produção de pimenta biquinho.

Do cultivo, passou-se a produzir o licor e a geleia à base da pimenta. A comercialização dos produtos na região, que vinha sendo feita desde 2002, culminou com a Em 2006, a Associação ganhou reforço da equipe de técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), o que colaborou para que os produtos fossem comercializados em várias regiões do país. Infelizmente, o sonho das “mulheres pimenteiras” também foi coberto pela lama que soterrou Bento Rodrigues.

Aos poucos, “ressurgidas da lama”, as bravas mulheres conseguiram recuperar parte dos equipamentos utilizados na fabricação dos produtos e se instalaram em um imóvel alugado em Mariana e retomaram a produção da geleia. O produto ganhou projeção nacional logo em janeiro do ano seguinte ao rompimento da barragem.

Tabela 2: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, em Mariana (MG):

Faixa Etária	(H) Quantidade	(H) Percentua l	(M) Quantidade	(M) Percentual
Mais de 100 anos	2	0,0%	2	0,0%
95 a 99 anos	10	0,0%	16	0,0%
90 a 94 anos	27	0,0%	51	0,1%
85 a 89 anos	59	0,1%	143	0,3%
80 a 84 anos	125	0,2%	236	0,4%
75 a 79 anos	226	0,4%	374	0,7%
70 a 74 anos	380	0,7%	511	0,9%
65 a 69 anos	509	0,9%	636	1,2%
60 a 64 anos	802	1,5%	884	1,6%
55 a 59 anos	1.122	2,1%	1.100	2,0%
50 a 54 anos	1.364	2,5%	1.477	2,7%
45 a 49 anos	1.685	3,1%	1.757	3,2%
40 a 44 anos	1.783	3,3%	1.881	3,5%
35 a 39 anos	1.888	3,5%	1.974	3,6%
30 a 34 anos	2.277	4,2%	2.419	4,5%
25 a 29 anos	2.625	4,8%	2.598	4,8%
20 a 24 anos	2.665	4,9%	2.681	4,9%
15 a 19 anos	2.605	4,9%	2.626	4,9%
10 a 14 anos	2.520	4,6%	2.443	4,5%

05 a 09 anos	2.024	3,7%	2.004	3,7%
0 a 4 anos	1.885	3,5%	1.823	3,4%
Total	26.583	48,9%	27.616	51,1%

Fonte: IBGE – Censo 2010.

2.4 A CIDADE DE BARRA LONGA

Outra cidade que também sofreu e ainda sofre com a tragédia do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão é Barra Longa, cujos problemas vivenciados pela população local serão objetos de discussão deste estudo.

O município de Barra Longa, conforme consta na Página da Prefeitura Municipal e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é conhecida por sua hospitalidade. A natureza se apresenta de forma bela com cachoeiras, riachos e o rio que corta a cidade. Outro potencial é sua culinária, a cozinha é o lugar de estar da casa. É conhecida também por suas festas religiosas e culturais que recebe o público da região e de outras partes do estado.



Foto Arquivo: Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG

Presentes em suas manifestações culturais estão a Festa do Marujo, Folia de Reis e as Cavalgadas que servem de roteiro de visitas em suas fazendas

centenárias. De acordo com informações do IBGE, Barra Longa fica a 172 km da capital Belo Horizonte e 912,3KM da capital nacional Brasília.

Sua origem está diretamente relacionada à vinda de um enviado do governador da época para um ataque aos índios botocudos e acaiabas. O enviado era o coronel Matias da Silva Barbosa que chegou na região, até então ocupada por indígenas, por volta de 1711. Como forma de um agrado do governador, Matias recebeu a vasta extensão de terras e ali edificou a Fazenda dos Fidalgos, formando o pequeno arraial que ganhou o nome de Matias Barbosa passando, anos mais tarde, a se chamar Barra Longa. A origem do nome da cidade deve-se à confluência dos rios Carmo e Gualaxo do Norte.

Assim como as demais cidades que se formaram na região, Barra Longa também tinha forte influência da exploração do ouro de aluvião⁶ que, à época, era encontrada de forma abundante nos rios que cortavam a cidade. Com a decadência do Ciclo do Ouro, a cidade passou a se desenvolver com base na agricultura, prática que trouxe bons resultados uma vez que a terra era fértil para o plantio.

Barra Longa também é reconhecida nacionalmente por seus bordados, feitos pelas mulheres do município. A arte acabou por se tornar uma importante fonte de renda e de promoção do nome da cidade. A tradição das bordadeiras é passada por gerações que aprenderam com as mães, avós e todos os ancestrais a história de Barra Longa por meio das linhas dos bordados.

Entre os tipos de bordados está o richellieu⁷, crivo, ponto-cruz, matriz, crochê e rococó. A economia gira em torno ainda da produção artesanal de cachaça e da fabricação de queijos.

⁶**Ouro de Aluvião** _ O ouro brasileiro era encontrado no barranco das margens dos rios ou em seu leito. Recebe essa denominação porque se misturava a outras substâncias _ argila, areia; acumuladas pela erosão. A exploração do **ouro de aluvião** dispensava o trabalho de prospecção _ sondagem; profunda. Ver em www.cienciashumanas.com.br/resumo_artigo_221/artigo_sobre_ouro_de_aluviao

⁷A origem do tradicional bordado Richelieu é atribuída ao Cardeal Richelieu, da corte do Rei Luis XIII da França. Diz-se que nessa época, o religioso criara oficinas para produzir vestes bordadas para os membros da monarquia. A técnica consiste em cobrir o desenho feito à mão sobre o tecido, com o bordado de uma máquina guiada pelas mãos das artesãs. Depois, dependendo do modelo a ser feito, vaza-se o desenho cortando certos espaços. Resultando em um rico trabalho de cheios e vazios. Essa técnica foi batizada pelos italianos como PuntoTagliato, já os franceses a denominaram Point Coupé, ou seja, ponto cortado.

O bordado da Ilha da Madeira tem traços semelhantes ao bordado Richelieu. Ambos utilizam tecidos nobres, como a cambraia, o linho e percal para desenvolver suas peças. Esse bordado é tradicionalmente branco no branco, mas aos poucos cores foram sendo introduzidas e hoje a beleza dessa arte já reflete todos os tons. No Brasil, como em Portugal, esse trabalho artesanal foi por muito tempo utilizado apenas pela corte e nos aparatos e vestes religiosas, mas a riqueza e a fama dos nobres pontos.



Foto: Arquivo Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG - pós o rompimento da barragem em novembro/2015

Segundo o IBGE (2018), a cidade possui 5.250 habitantes. Seu conjunto arquitetônico conta com edificações tombadas como a Igreja Matriz de São José, que fica no ponto central e, cuja conclusão de sua construção é do ano de 1774. A Matriz guarda as obras dos artistas José Pereira de Arouca e do conceituado entalhador Francisco Vieira Servas. Gentílico barra-longuense foi elevado à categoria de município com a denominação de Barra Longa, pela lei estadual nº 148, de 17/12/1938, sendo desmembrado, a partir de então, do território de Ponte Nova.

2.5 A COMUNIDADE DE GESTEIRA

A comunidade de Gesteira, na zona rural de Barra Longa, foi uma das comunidades devastadas pela lama da Samarco. De acordo com o Jornal “A Sirene”, foram nove casas destruídas, onze lotes produtivos, soterrados, na beira do rio Gualaxo do Norte, um campo de futebol devastado, a única escola desaparecida na lama, assim como o salão comunitário. A igreja Nossa Senhora da Conceição ficou com sua estrutura comprometida.

Cerca de 60 atingidos aguardam, há dois anos, o reassentamento como uma das formas de ressarcimento do crime ambiental prometido pela Samarco (Vale/BHP

Billiton). Até que sejam contemplados, os atingidos estão residindo em casas alugadas pela empresa “espalhadas”, termo usado na reportagem do jornal “A Sirene”, nos municípios de Barra Longa, Mariana e Acaiaca.

De uma hora para outra, as famílias se viram obrigadas a deixar o local que, há anos, escolheram para viver, dada a irresponsabilidade da empresa de manter, em condições péssimas de conservação, a forma de depósito de rejeitos. Uma opção mercantilista de produção de minério que preza pelo lucro exacerbado aos acionistas e chega a ignorar as condições mínimas de tratativas ao ser humano, longe de se preocupar e garantir a segurança dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como os danos que atingiram diretamente as comunidades.

A reportagem de “A Sirene”, fala da situação de distanciamento das pessoas das famílias que habitavam a antiga Gesteira, somada à indignação pelo descaso e falta de compromisso por parte da Fundação Renova juntamente com a Samarco que, até então, foram incapazes de apresentar um projeto de reassentamento das famílias.

A reportagem cita que os moradores da antiga comunidade se encontram organizados e se fortalecem junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Como forma de resistir aos desmandos e a lentidão na condução das perdas das famílias, juntas com o MAB, organizaram o Dia de Gesteira como instrumento de luta e de enfrentamento que ganhou o lema “Separados pela lama, unidos pela luta”.

A iniciativa de mobilização das famílias com o apoio do MAB ganhou a adesão dos militantes conforme depoimento da atingida e moradora do local, Gracinha, para o Jornal A Sirene: *“É um momento de reunir todo mundo que está separado desde a tragédia, conversar com eles, confraternizar, discutir os problemas e, pensar juntos, as soluções que envolvem a construção das casas”, disse ela.*

O encontro foi comentado também por dirigentes do MAB que destacaram a importância da mobilização das famílias, face à necessidade de resistirem: *“O Dia de Gesteira foi um momento muito importante. Dia de reafirmar que a organização é o único caminho para garantir o reassentamento. Como que a Samarco já fez 4 barragens abaixo de Fundão, gastou 280 milhões na barragem de Candonga e outros 44 milhões nos 3 reassentamentos e ainda nenhuma casa foi feita? ”,*

questionamento e alerta deixado por Thiago Alves, membro da coordenação estadual do MAB, em Minas Gerais.

A comunidade de Gesteira passou a receber atenção de diversos órgãos e entidades, entre eles, estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV), integrantes do Grupo de Pesquisas Socioambientais (GEPISA) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e do Organon, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O Jornal “A Sirene” registrou também a presença dos técnicos da Cáritas Brasileira, assessoria técnica dos atingidos em Mariana.

Conforme divulgado pela Fundação Renova, o distrito de Gesteira, está localizado a cerca de 18 km da sede do município de Barra Longa. A comunidade que se situava às margens do rio Gualaxo do Norte teve sua rotina, modos e costumes de vida tragicamente modificados. Dados da Fundação Renova apontam que, ao todo, vinte famílias, oito residências, um comércio, onze lotes, uma Igreja Católica, um campo de futebol e uma escola foram atingidos pelos rejeitos da lama.

Retratam ainda outra tragédia vivenciada pela comunidade de Gesteira, quando, em 1979, o lugarejo sofreu as consequências da inundação das cheias do rio Gualaxo do Norte. Os moradores se refugiaram em um terreno vizinho localizado em uma parte alta da região. De acordo com relatos de moradores do lugar e divulgação da Fundação Renova, a área para reconstrução de Gesteira foi doada por um produtor rural local para que as famílias pudessem reconstruir suas vidas.

Aos poucos as novas casas foram surgindo e os moradores iam se adaptando. As famílias seguiram os cultivos e os plantios em seus quintais com árvores frutíferas, hortaliças e mantiveram as tradições de seus antepassados, além das pequenas criações de gado, porcos e aves.

Diz a história que Gesteira foi dividida em duas: a Velha, que se referia à parte de baixo e a Nova, em referência à parte de cima, que ficou denominada de Mutirão, devido à construção das casas em regime de colaboração entre os moradores. Esta parte também veio a ser atingida pelo rompimento da barragem de Fundão.

A Renova informa que, desde o rompimento, foram adotadas ações e atendimentos emergenciais junto às famílias atingidas, entre os quais, o auxílio financeiro, o aluguel temporário nas cidades de Mariana, Barra Longa e Acaiaca e os atendimentos nas áreas de saúde e psicossocial. Dos equipamentos utilizados

pela comunidade, a Fundação fala da reconstrução já concluída da Escola Municipal Gustavo Capanema, das reformas da praça e da quadra de esportes do povoado.

É de reconhecimento da Renova as graves consequências da ruptura da barragem e o empenho para garantir o reassentamento das famílias atendendo a uma perspectiva coletiva. Os trabalhos tomam rumo com foco nas ações que culminarão com a construção das novas casas. Reafirma que tais necessidades como a de construção do povoado e do restabelecimento de suas condições e modos de vida são fatores centrais da atuação. De acordo com divulgação da Renova, no caso de Gesteira, a escolha do terreno foi feita pela comunidade junto à assessoria técnica.

Tabela 3: Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, em Barra Longa(MG):

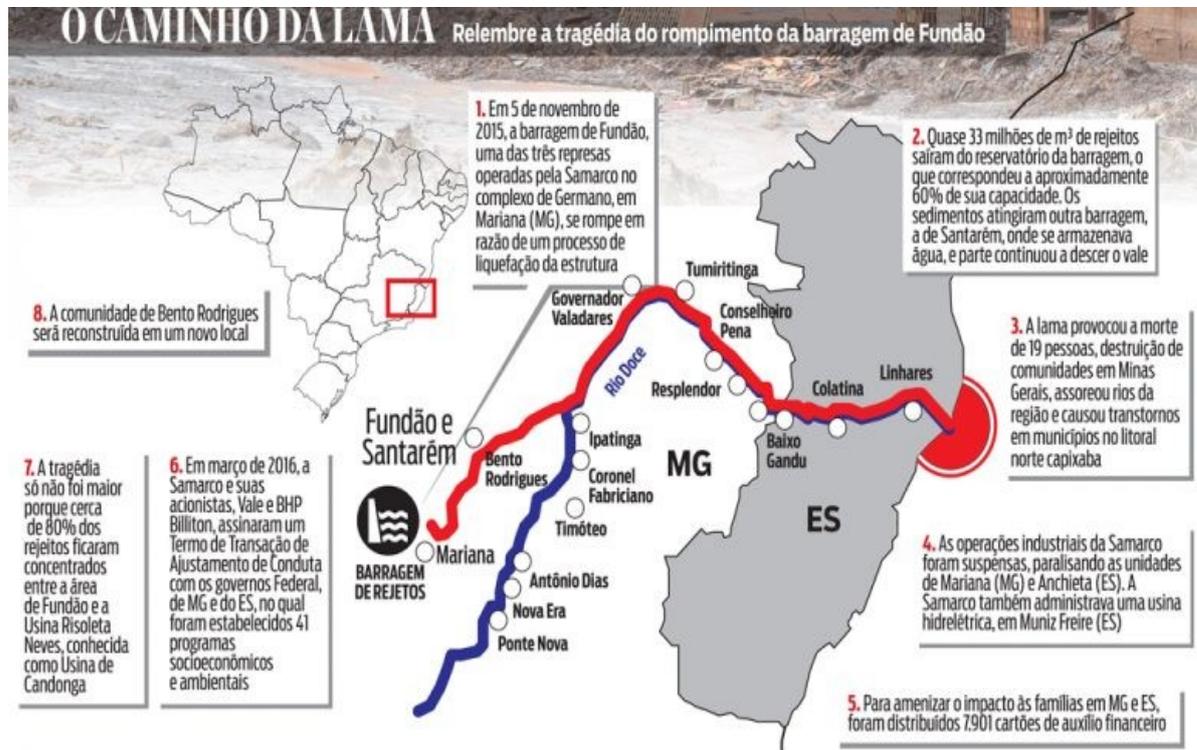
Faixa Etária	(H) Quantidade	(H) Percentua l	(M) Quantidade	(M) Percentual
+ de 100 anos	2	0,0%	0	0,0%
95 a 99 anos	5	0,1%	11	0,2%
90 a 94 anos	9	0,1%	20	0,3%
85 a 89 anos	23	0,4%	49	0,8%
80 a 84 anos	42	0,7%	75	1,2%
75 a 79 anos	72	1,2%	114	1,9%
70 a 74 anos	101	1,6%	118	1,9%
65 a 69 anos	123	2,0%	117	1,9%
60 a 64 anos	161	2,6%	143	2,3%
55 a 59 anos	176	2,9%	209	3,4%
50 a 54 anos	222	3,6%	213	3,5%

45 a 49 anos	228	3,7%	212	3,5%
40 a 44 anos	202	3,3%	211	3,4%
35 a 39 anos	198	3,2%	196	3,2%
30 a 34 anos	198	3,2%	182	3,0%
25 a 29 anos	183	3,0%	191	3,1%
20 a 24 anos	216	3,5%	183	3,0%
15 a 19 anos	249	4,1%	260	4,2%
10 a 14 anos	252	4,1%	263	4,3%
05 a 09 anos	200	3,3%	181	2,9%
0 a 4 anos	160	2,6%	173	2,8%
Total	3.022	49,2%	3.121	50,8%

Fonte: IBGE – Censo 2010



Fonte: Folha UOL – Cotidiano – O caminho da lama/imagens/mapas – 25/11/2015



Fonte: Revista Isto É Dinheiro, Hugo Cilo, enviado à Mariana (MG) 03/07/17

3 O LUGAR ONDE SE VIVE E SE TRABALHA

A história da cidade de Mariana se consolida em um período de descobertas, lugar de forte expressão religiosa, uma mistura de projeção artística e da corrida de busca pelo ouro. Com tradições que se consolidaram ao longo de três séculos, a cidade, que nos remete aos tempos do Brasil Colônia, convive desde sua criação quanto Vila, com a exploração de minérios.

Atualmente, significativa parcela da população de Mariana e da região possui vínculo empregatício direto com empresas que praticam a exploração mineral na área. Um contingente de trabalhadores e trabalhadoras depende economicamente das empresas.

De acordo com o Sindicato Metabase⁸ de Mariana, ao qual estão vinculados os trabalhadores da mineração, a Samarco contava com cerca de 1.800 funcionários diretos até a data da tragédia, em 05 de novembro de 2015. Este número, porém, vem diminuindo drasticamente e, hoje, chega à média de 600 postos de trabalhos.

A Samarco teve suas operações suspensas no final de 2015 e, a partir daí a empresa vem se organizando para a retomada das atividades de produção. Em julho de 2018, durante teleconferência com analistas sobre os resultados financeiros da companhia no primeiro semestre, membros executivos da empresa sinalizaram a previsão de retomada das operações da mineradora, que é uma *joint venture*⁹ entre a Vale e a empresa BHP Billiton.

O presidente da mineradora Vale, Fabio Schvartsman, por meio da teleconferência, disse que a Samarco poderia voltar a operar, provavelmente no início de 2020, após mais de quatro anos do rompimento da barragem de Fundão, em Bento Rodrigues. O executivo tratou de algumas condicionantes para a retomada das atividades como a liberação de licenças de operação. O pronunciamento foi realizado em um evento, organizado pelo “*Financial Times*”, sobre *commodities*, no Rio de Janeiro, em julho de 2018, de acordo com a matéria do Portal G1 em sua página de Economia.

Ainda segundo Schvartsman, a pretensão era de que a retomada das operações, por parte da Samarco, acontecesse em proporções menores. “Quando ela retomar as atividades, vai voltar a 1/3 da sua capacidade e vai crescer lentamente”, assegurou o representante da Samarco.

Face aos acontecimentos, Mariana e os municípios vizinhos cujas principais fontes de receita estão diretamente ligadas à exploração mineral que acabava por aquecer a economia local, sentiram os recursos orçamentários diminuírem. Além da baixa das receitas, os municípios passaram a conviver com altos índices de

⁸Construído de forma colegiada e participativa, proporcionando a criação do sistema de gestão da qualidade no Sindicato Metabase Mariana. **Missão:** Promover o desenvolvimento da categoria, primando pela ética e transparência. Lutar pela defesa dos direitos dos nossos representados. **Visão:** Ser uma referência sindical no território nacional, como entidade de grande representatividade, consciente do papel mediador da classe regulamentada, politicamente articulada e formadora de opinião nas questões socioeconômica, trabalhistas e ambiental, consolidando a entidade como protetora dos direitos dos trabalhadores da ativa e aposentados.

<http://www.metabasemariana.com.br/index.php/sindicato/missao-visao-e-valores>

⁹**Joint venture** é uma expressão de origem inglesa, que significa a **união de duas ou mais empresas** já existentes com o objetivo de iniciar ou realizar uma **atividade econômica comum**, por um determinado período de tempo e visando, dentre outras motivações, o lucro. As empresas que se juntam são independentes juridicamente e no processo de criação da *joint venture* podem definir se criam uma nova empresa ou se fazem uma associação (consórcios de empresas). Ver: <https://www.significados.com.br/joint-venture/>

desemprego, o que acabou por desencadear tantos outros problemas. As opiniões se dividiram entre os que defendiam que a empresa deveria ser responsabilizada pelos danos causados, porém, voltando a produzir; e os que defendiam que ela deveria seguir, sem produzir, como forma de sanção. De um lado, o impacto humano e ambiental e, de outro, a necessidade econômica da população.

Para Wanderley et al. (2016, p. 31) o modelo de mineração implantado atualmente é identificado como de inserção global megaciclo, no qual a Samarco se enquadra. Os autores apontam que, no modelo adotado, a empresa tem, como principal função, abastecer o mercado global com bens naturais semitransformados e extraídos do território nacional, sendo a mineração, em Mariana, um dos principais pontos de exploração mineral. Associam a prática empresarial dos últimos anos como uma explicação de caráter estrutural diretamente relacionado ao rompimento da barragem de Fundão dentro da dinâmica cíclica do setor mineral.

No relatório produzido pelos pesquisadores do PoEMAS¹⁰, os resultados apontam que, com o rompimento da barragem do Fundão, ocorreu o fim do megaciclo das *commodities* no Brasil. Afirmam ainda que a fragilidade da forma de exploração mineral no país se dá desde a primeira década dos anos 2000.

Conforme os pesquisadores, o episódio em Mariana expõe indícios de que há uma relação estrutural entre eventos de rompimento de barragens de rejeitos e os ciclos econômicos da mineração. A pesquisa indica ainda que, com o resultado no ciclo pós-*boom*, o preço dos minérios tende a impor riscos maiores de rompimento das barragens. O setor mineral, durante o megaciclo das *commodities*¹¹, de modo particular a exploração do minério de ferro, aumentou ainda mais a dependência do município de Mariana em relação à extração dos recursos minerais.

100 Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) surge a partir da necessidade de compreender o papel social, econômico e ambiental da extração mineral em escala local, regional e nacional. O grupo é composto por pesquisadores e alunos com formações diversas e utiliza conhecimentos da economia, da geografia, da sociologia e das políticas públicas para analisar e avaliar os impactos que as redes de produção associadas à indústria extrativa mineral geram para a sociedade e para o meio ambiente. Além de pesquisas acadêmicas, o grupo também realiza atividades de extensão. Para tanto, desenvolve parcerias com organizações não-governamentais, movimentos sociais, sindicatos e comunidades que debatem ou sofrem efeitos das atividades extrativas minerais. Tais parcerias buscam contribuir para um entendimento crítico sobre o desenvolvimento econômico baseado nos recursos minerais. Ver em: <https://www.ufjf.br/poemas/>

110 rompimento da barragem do Fundão marca, no Brasil, o fim do megaciclo das *commodities* que ocorreu durante a primeira década dos anos 2000. Este megaciclo pode ser associado ao período entre 2003 e 2013, quando as importações globais de minérios saltaram de US\$ 38 bilhões para US\$ 277 bilhões (um aumento de 630%). O atendimento a essa demanda por minérios recaiu, porém, sobre poucos. Em 2013, apenas cinco países foram responsáveis por dois terços das exportações globais de minérios, tendo o Brasil se destacado com um 'orgulhoso' segundo lugar, e respondendo por 14,3% das exportações de minério no mundo. Ver em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2016/11/Livro-Completo-com-capa.pdf>

Na busca por possíveis esclarecimentos a episódios como o de Mariana, com o rompimento da barragem do Fundão (MANSUR 2016), recorre-se a análises de estudiosos que indicam que tais problemas podem ser observados desde as primeiras décadas do século passado. Conforme os autores, a situação é muito grave e que, somente na última década do referido período, somaram-se mais de 30 registros de rompimento de barragens. O problema se torna ainda mais contundente se considerarmos a análise de Bowker e Chambers (5) que, ao avaliarem rompimentos de barragens ocorridos entre 1910 e 2010, notaram o crescimento de rompimentos graves e muito graves, identificando mais de 30 após a década de 1990 no mundo.

Os autores argumentam que tal tendência é reflexo das tecnologias modernas de mineração, que permitem a implantação de megaminas, construídas para extrair minérios a partir de reservas caracterizadas por concentrações minerais cada vez menores.

À medida que a qualidade dos minérios diminui, aumenta a quantidade de rejeitos e, conseqüentemente, o tamanho das barragens. Os autores previram, ainda, para o período 2010-2019, custos totais de US\$6 bilhões devido ao rompimento de grandes barragens, e alertaram para a necessidade de mudanças nos sistemas regulatórios para se adequar a essa projeção, conforme Mansur et al. (2016, p. 31)

O lugar onde se vivia e também se trabalhava foi devastado pelos rejeitos da lama, ainda conforme descrito no texto “Desastre da Samarco/Vale/ BHP no Vale do Rio Doce: Aspectos Econômicos”. É fundamental reconhecermos que a ruptura da barragem de Fundão já era uma tragédia anunciada. Os autores chamam a atenção para situações procedimentais correspondentes ao licenciamento e ao monitoramento da barragem do Fundão que se encontravam precárias e que, provavelmente, remetem às explicações para os casos de Brumadinho, em janeiro de 2019, e de outras barragens.

A negligência por parte da Samarco no episódio do rompimento em Fundão é notória na opinião dos autores do texto referenciado acima. Eles destacam a ineficiência e o despreparo da empresa no que tange desde o sistema de alarme sonoro até a composição de equipes treinadas para atuação em situações emergenciais.

Moradores da antiga Bento Rodrigues tiveram que se organizar e evacuar a área por conta própria, sem nenhum auxílio ou orientação da empresa, ou seja, a empresa, por não ter executado nenhum plano envolvendo a comunidade, não tomou providências para o caso de rompimento.

Outros lugares foram atingidos pela lama de rejeitos que, em seu curso, contaminou as águas do rio Doce, levando a interromper o abastecimento de água em diversos municípios. Os autores criticam a postura da empresa que, segundo os mesmos, seguiu omissa ao que seria de sua responsabilidade. Conforme o artigo, sete dias após o rompimento, a empresa ainda não havia executado um plano de fornecimento de água potável para a população dos municípios atingidos pelos rejeitos.

As primeiras ações da Samarco demonstram, além da ausência de um plano de emergência estruturado, uma inoperância acompanhada de total desconhecimento ou compreensão das possíveis proporções e magnitudes do rompimento de uma barragem daquele porte.

O EIA-RIMA que seria o documento responsável por projetar os cenários e eventuais efeitos de um evento extremo não o fez, deixando, portanto, lacunas fundamentais e perigosas, que, de algum modo, se reflete na inexistência de ações emergenciais efetivas. Mansur et al. (2016, p. 33)

Toda a correlação de forças que se estabelecem no cotidiano dos atingidos e as empresas responsáveis pelo crime do rompimento da barragem, em Mariana, bem como a relação que se dá com outros órgãos ou instituições que atuam em explicitamente esclarecido no texto “O desastre na Bacia do Rio Doce: Desafios para a universidade e para instituições estatais”.

As organizadoras do texto retratam o poder constituído às mineradoras no país, fazendo referências a autores que discorrem sobre a didática e as dimensões de um poder corporativista denominado de “porta giratória” que indica a formação de uma estrutura de poder envolvendo agentes políticos. É uma forma de atuação de poder associada à economia capitalista. Os autores analisam sob o ponto de vista econômico as interferências da citada modalidade e como se dá o *lobby* da “porta giratória”.

Segundo Fuchs (2013), como resultado dessa estrutura, alguns políticos tenderiam a ver de forma positiva as parcerias com as corporações, tornando-se associados a qualquer incremento na economia que elas viessem a gerar. Ainda

menciona uma dimensão ideacional, que seria baseada na criação de símbolos e narrativas.

Existe uma interpretação instrumentalista deste poder, que adota uma perspectiva relacional e foca na influência direta das corporações sobre o governo. Manifestações dessa natureza podem ser identificadas no financiamento de campanhas políticas, no lobby e no uso da “porta giratória”. (LOSEKANN; MAYORGA, 2018, p. 131)

Outro importante tema abordado pelas autoras é a postura que as empresas mineradoras assumem ao sofrerem algum tipo de crítica dada à condução morosa dos encaminhamentos dos assuntos de interesse coletivo dos atingidos. Conforme apresentado no texto, chega a representar uma ameaça, uma postura que, segundo as autoras, as empresas nunca deveriam tomar. Elas seguem analisando que se trata de uma postura defensiva, uma forma de defender a prática da mineração, atribuindo que as tais críticas têm sua origem na ignorância do público que as fazem.

A dificuldade de relacionamento entre as empresas responsáveis pelo crime na cidade de Mariana e a sua representante a Fundação Renova junto às famílias atingidas fica evidente a partir dos relatos coletados, que compõem parte do trabalho de campo para a elaboração desse estudo.

De acordo com alguns entrevistados, é grande a dificuldade de aproximação e diálogo na maioria das vezes em que desejam apresentar alguma reivindicação ou ter informações sobre questões já em curso. Para as estudiosas do assunto, tratando os casos nos termos sociais, as pessoas responsáveis por manter os constantes contatos com os atingidos, parecem não ter capacidade para percepção dos danos que a mineração causou e continua causando na vida deles, isso estendido à sociedade num todo e ao meio ambiente.

O conturbado convívio entre empresas e atingidos também é marcado por contradições. As análises do estudo apontam que não é incomum a existência do reconhecimento de que a prática da mineração não está desvinculada das consequências resultantes dos impactos ambientais. A contradição é observada quando os representantes das empresas defendem a ideia de que a mineração é sustentável.

Segundo as autoras, numa citação de Thomas Pynchon (2009), trata-se de uma “dissonância cognitiva” que se confirma tal contradição, tomando algo

perfeitamente possível, nesse caso, causar significativo impacto ambiental e, ao mesmo tempo, sustentável, a partir do entendimento dos defensores da ideia, nesse contexto os representantes das mineradoras.

Nestes mais de quatro anos, trabalhadores, moradores e lideranças políticas reconhecem que a situação se agrava a cada dia. As economias locais e as finanças públicas afundam em problemas. Em uma reportagem do Jornal Estado de Minas, de 31 de janeiro de 2018, o prefeito da cidade de Mariana, Duarte Júnior (Cidadania/PPS), trata da dependência econômica do município com a empresa, “A Samarco está em Mariana há quase meio século. Período em que criou no município uma relação de dependência com os recursos gerados pela empresa”. Citou ainda a necessidade da retomada das atividades da empresa como condição essencial para a manutenção dos serviços municipais. “A volta das operações da Samarco não é uma questão de concordar ou discordar dela, é uma questão de sustentabilidade financeira dos municípios”.

A discussão sobre a volta da extração do minério nas dependências do município de Mariana gerou muita expectativa por parte da população que engrossa o número de desempregados. O que se espera é uma retomada de forma responsável. Além dos prejuízos de ordem econômica e social, há também os prejuízos socioambientais que prejudicam a arrecadação de receitas dos municípios. Agentes políticos das cidades afetadas pela lama, tomando como exemplo o chefe do Poder Executivo de Mariana, falam da morosidade na condução das ações e também da aparente falta de vontade por parte das empresas Vale e BHP.

O rompimento da barragem de Fundão não afetou somente pessoas que tinham empregos formais, com vínculos empregatícios; atingiu outras categorias que se inserem no processo do mundo do trabalho como informais. São pescadores, garimpeiros, faiscadores, pessoas que viviam da retirada de areia do leito do rio, das dragas de areia em pontos que formavam nos cursos dos rios.

Como forma de compensação mediante as perdas, a Samarco criou o auxílio emergencial que, atualmente, é pago a cerca de oito mil pessoas. Alguns beneficiários do auxílio tratam o repasse de “cartão obrigação” que a empresa minimamente repara com o prejuízo causado.

Para ter acesso ao benefício, a Fundação Renova estabeleceu critérios com base na realidade socioeconômica das famílias. Representantes da Fundação relatam ser difícil estimar todas as atividades econômicas que eram desempenhadas

pelos moradores das sedes dos municípios atingidos ou de ribeirinhos entre tantas outras atividades que possivelmente ainda serão identificadas.

Dessa relação com o lugar, dos meios que as famílias se valem para a manutenção do básico e do essencial numa sociedade de modelo capitalista, lamamoto (2008) aponta que o formato mercantilista se torna uma via necessária e aplica-se, de modo geral, aos produtos do trabalho e suas condições com os meios de vida.

Chama a atenção para a maneira como a força de trabalho é desenvolvida na sociedade capitalista, o que leva a uma espécie de alienação dos trabalhadores que se concretizam por meio das condições impostas, na forma como se desenvolve o processo de produção.

A sociedade capitalista provoca alienação do proletariado, no tema em pauta. A figura do mesmo se apresenta de diversas formas e profissões típicas do lugar. A classe trabalhadora alienada fortalece a dominação da burguesia, aqui representada pelas empresas de exploração de minério.

O modelo de organização da sociedade capitalista, com sua base estruturada sobre a produção da exploração da força de trabalho e a divisão dos meios de trabalho, tende a agravar ainda mais essa exploração. De tudo isso, forma-se a alienação da classe trabalhadora, por meio da apropriação dos meios de produção.

Aplicando-se a discussão da autora à realidade de Mariana, esse cenário pode ser ainda mais complexo considerando o que a própria Fundação Renova já reconhece quanto à dificuldade de identificação do que de fato se desenvolvia quanto atividade por trabalhadores na área atingida.

De acordo com lamamoto, na sociedade burguesa, “quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam”. Essa inversão de sujeito e objeto é expressão de uma história do auto alienação humana e resulta na progressiva retificação das categorias econômicas, cujas origens se encontram na produção mercantil.

O pensamento fetichista transforma as relações sociais, baseadas nos elementos materiais da riqueza, em atributos de coisas sociais (mercadorias) e converte a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro). Esse caráter mistificador que envolve o trabalho e a sociabilidade na era do capital é potencializado na mundialização financeira e conduz à potenciação da exploração do trabalho a sua invisibilidade e à radicalização do séquito de suas desigualdades e lutas contra as elas consubstanciadas

na questão social, aprofundando as fraturas que se encontram na base da crise do capital. (Iamamoto, 2008: 48).

As marcas deixadas por onde a lama passou são as piores possíveis além da dor da perda de uma história que ficou para trás, guardadas na memória ou no que restou dos álbuns de fotografia que não foram levados. O que agora permanece são imagens de casas submersas no “mar de lama” que se formou. Vive-se um lamento coletivo, a dor, o choro de quem ainda se mostra inconsolável e convive em meio a tantas perdas, sem nenhum tipo de previsão de reparo dos danos.

É perceptível as consequências para quem assistiu a vida ser involuntariamente transformada a partir daquele dia 05 novembro de 2015. Para inúmeras pessoas, famílias atingidas, a data representou a perda da atividade. Foi-se a identidade de um povo que se esforça para se reinventar.

3.1. A HISTÓRIA DAS EMPRESAS MINERADORAS NA REGIÃO DE MARIANA/MG

Passamos a relatar um pouco da história das empresas mineradoras que atuam na região de Mariana. Trataremos de forma específica sobre as empresas responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão. Um pouco da trajetória dessas empresas, que se inseriram no cotidiano das cidades do interior de Minas Gerais, tinha a pretensão de iniciar um ciclo produtivo no Estado, ganhando apoio e investimentos no período ditatorial no Brasil.

Em 1942, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) modificou substancialmente a indústria mineral brasileira, e esta última se tornou uma das maiores empresas do mundo em fornecimento de minério de ferro na década de 1960, período em que foi criado o Ministério de Minas e Energia. (Coelho, Dias e Passos, 2017, pp. 272-273).

A partir daí, a atividade mineradora passou a ser potencializada pelo governo militar, que publicou o Código da Mineração em 1967, atualizando o Código de Minas, em 1934. O Estado passou a aplicar vultosos recursos no setor, e as empresas estrangeiras foram atraídas pelo crescimento econômico que caracterizou o início do período militar.

Os autores ainda apresentam dados referentes à produção mineral de Minas Gerais apontando que, em 1975, a produção do Estado correspondia a 60% da

produção nacional enquanto, em 1986, durante a crise, essa participação declinou para 35,5%, mantendo-se acima de 30% ao longo de toda a década de 1990, conforme informações do BDMG, em 1989. Importante notar que, mesmo nos períodos de crise, a exploração do minério nunca deixou de apontar para altíssimos índices de produção e lucro.

A Companhia Vale do Rio Doce foi criada em 1º de junho de 1942, no governo presidente Getúlio Vargas, por meio de decreto-lei. A empresa remonta à extração de minérios na região, mais precisamente, na época, na cidade de Itabira/MG. Antes da Companhia Vale do Rio Doce ser criada, a exploração dos minérios em Itabira estava sob os cuidados da Empresa Itabira *Iron Ore Company* que atuava na cidade desde 1911 e tinha sob o comando o empresário norte-americano, Percival Farquhar.

A exploração de minério de ferro em larga escala ficou protelada, de fato, até a criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, numa outra conjuntura, onde, inclusive, o regime de exploração mineral fora novamente alterado, voltando a ser o de concessão (Código de Minas, Decreto n.º 24.642 de 10 de julho de 1934) e que teve seu caráter nacionalista fortemente acentuado pelo novo Código de outorgado a brasileiros, pessoas naturais ou jurídicas, representadas estas por sócios ou acionistas brasileiros. (Acervo Fundação Getúlio Vargas, 2016)

Nos anos seguintes, a nova empresa teve uma expansão lenta e gradual. Em seus primórdios, a principal função da Vale era fornecer matéria-prima para as empresas siderúrgicas brasileiras. A partir dos anos 60, a empresa se modernizou e conquistou novos mercados, como o japonês. Após a criação da empresa de navegação Doce Nave, em 1962, e a inauguração do Porto de Tubarão, em 1966, o crescimento da empresa foi estrondoso. Em 1976, a Vale atingiu a liderança mundial na exportação de minério de ferro.

Além das atividades de mineração, a Vale deveria também explorar o tráfego da Estrada de Ferro Vitória a Minas e promover o desenvolvimento da região do Vale do Rio Doce com recursos advindos de um fundo originário de uma parcela dos lucros líquidos obtidos pela empresa.

A criação da CVRD representava, também, um esforço do governo brasileiro, aproveitando a conjuntura da Segunda Guerra Mundial, para aumentar a produção mineral do país, até então bastante incipiente e integralmente a cargo da iniciativa privada. (Acervo Fundação Getúlio Vargas, 2016)

A Companhia Vale do Rio Doce se firmava com uma grande estatal, até que, em 1997, a empresa foi privatizada no governo de Fernando Henrique Cardoso, mesmo com o clamor popular e manifestação de lideranças políticas, artistas, líderes religiosos, etc. Em 2007, a companhia passou a se chamar Vale S.A. e, atualmente, é uma empresa privada, de capital aberto. Está presente em 13 estados brasileiros e em países dos cinco continentes. Além disso, possui mais de dez mil quilômetros de malha ferroviária e nove terminais portuários próprios.

A campanha contra a privatização ganhou alento, obtendo ressonância crescente junto à opinião pública. Em 11 de novembro, foi lançado o manifesto denominado “A Vale e o interesse nacional”, subscrito por José Sarney, Itamar Franco, que exercia na época o cargo de embaixador brasileiro junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), parlamentares e dirigentes de diversos partidos, além de intelectuais, artistas e até mesmo representantes da Igreja Católica, como o ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida. (Acervo Fundação Getúlio Vargas, 2016).

Em janeiro de 1997, enquanto o BNDES lançava cartilha sobre a privatização da Vale, a Companhia publicou matéria paga em jornais de grande circulação, refutando informações sobre sua baixa rentabilidade.

No mesmo mês, o cronograma de privatização da Vale foi alterado, após reportagem sobre o enorme valor das jazidas descobertas em Carajás, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Por recomendação do ministro Kandir, o BNDES solicitou nova avaliação da Companhia à Mineral Resources Development Inc (MRDI), empresa integrante do consórcio coordenado pela Merrill Lynch.

Em 22 de janeiro, foi anunciado o leilão de venda do controle acionário. A imprensa destacou o interesse do governo em evitar uma luta simultânea em duas frentes polêmicas, deixando a definição da venda da Vale para depois da votação da emenda da reeleição no Congresso.

Em 6 de março de 1997, o BNDES divulgou o edital de privatização da CVRD, fixando o preço mínimo para as ações objeto da oferta em leilão. A empresa foi cotada em R\$ 10,36 bilhões, calculados com base no valor médio das ações negociadas nos noventa dias anteriores à publicação do edital. Esse preço equivalia a US\$ 9,84 bilhões pelo câmbio do dia anterior. Foi estabelecido assim o preço mínimo de R\$ 26,67 por ação no leilão marcado para 29 de abril. (Acervo Fundação Getúlio Vargas, 2016)

Quatro anos depois do rompimento da barragem do Fundão, a mineradora Vale está com obras em curso para retomada da produção em Mariana. A autorização chegou em outubro de 2019, por decisão do Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais (Copam/CMI).

Outra empresa que também atua com a exploração mineral, em Minas

Gerais, é a Samarco. Fundada em 1977, é uma empresa de capital fechado cuja principal produção são as pelotas de minério de ferro comercializadas para a indústria siderúrgica. A produção tem como destino países das Américas, do Oriente Médio, da Ásia e da Europa.

Com mais de 40 anos no mercado da mineração, a Samarco trilha sua história no setor brasileiro com a produção concentrada em duas unidades operacionais: a de Germano, instalada nos municípios de Mariana e Ouro Preto/MG e a de Ubu, em Anchieta/ES. Na primeira, são realizadas a extração e o beneficiamento de minério de ferro em três concentradores. Já na de Ubu estão as quatro usinas de pelotização. De acordo com a empresa, as unidades são interligadas por três minerodutos de 400 quilômetros de extensão, que atravessam 25 municípios dos dois estados.

A Samarco afirma que, ao longo da sua trajetória, sempre prezou por honrar seus compromissos com a sociedade e com o meio ambiente e que a conduta em sua atuação permanece ao longo dos anos. Com o fato do rompimento da barragem, em Bento Rodrigues, a empresa afirma a sua consternação abordando os danos causados ao meio ambiente e os impactos junto às famílias atingidas. “Sabemos que todas as ações não irão devolver as vidas perdidas”, diz uma parte do depoimento na página da empresa.

Naquele mesmo ano de 2015, a Samarco registrou que foram produzidas 24,9 milhões de toneladas, sendo 97% em pelotas e 3% em fios de minério de ferro. Outra informação da empresa também relativa ao ano de 2015 é que a companhia foi a 12ª maior exportadora do Brasil, faturando R\$ 6,5 bilhões e gerando cerca de 6 mil empregos diretos e indiretos.

Entre os grandes investimentos de capital, se sobressaem as empresas de mineração e, entre elas, a Samarco Mineração S.A se destaca por ser a primeira que substituiu o transporte ferroviário do minério de ferro, entre a mina e o porto, pelo primeiro transporte tubular.

A criação da empresa, em 1977, fez parte dos "grandes projetos industriais" da ditadura militar no Brasil, implementados entre 1970 e 1980.

Em 2014 a Samarco operava três minerodutos e se encontrava classificada na 10ª posição, entre os maiores exportadores do Brasil. Nesse ano, sua capacidade nominal produtiva foi de 30,5 milhões de toneladas na mina de Germano (Mariana – MG), ligada pelos minerodutos ao complexo de quatro usinas de pelotização e o porto em Anchieta/Ponta de Ubu-ES. (Espíndola e Guerra, 2017, p..223)

A empresa que pertence a Vale e a BHP Billiton teve sua licença de operação corretiva, em outubro de 2019, referente ao seu complexo de produção na cidade de Mariana, como fase final para ter de volta o direito de operar.

Por fim, trataremos da *BHP Billiton*, empresa do ramo de mineração e petrolífera. Criada em 2001, a anglo-australiana multinacional surgiu da fusão da empresa australiana *Broken Hill Proprietary Company Limited* (BHP) e da anglo-holandesa Billiton. De acordo com informações em 2013, ela se consolidava como a maior empresa de mineração do mundo no quesito receitas.

A *BHP Billiton* também é alvo de crítica de movimentos e sociais e das famílias atingidas pela lama de rejeitos da barragem de Fundão, em novembro de 2015. A mineradora anglo-australiana *BHP Billiton* é a controladora da Samarco junto com a Vale, responsáveis pela barragem. A empresa chegou a divulgar na época que, devido ao episódio, registrou a maior perda financeira da história. Sinalizou que os prejuízos estavam associados à queda dos preços das matérias-primas e à repercussão da ruptura da barragem.

A presença das mineradoras no território inundado pela lama da Samarco relaciona-se diretamente com uma estrutura de poder que perpassa por situações um tanto contraditórias. Desde a oportunidade de oferta de trabalho para a população local e adjacente à triste realidade de retiradas de direitos, procedimentos típicos estabelecidos na relação capital x trabalho.

Outra realidade foi a remoção de famílias que moravam em áreas onde as empresas tenham o interesse de se instalar. Na maioria das vezes, predominam-se os interesses das empresas e, muitas famílias, iniciam uma verdadeira corrida em busca dos seus direitos que se arrastam seguindo os trâmites burocráticos, principalmente, nas esferas judiciais.

De acordo com Coelho, Dias e Passos (2017), a dominação do capital na gestão e no planejamento territorial reflete-se na relação de poder da atividade minerária, assim como, na perda de direitos da população que habita as áreas de interesse das empresas mineradoras.

Famílias que habitam as áreas de interesse das empresas mineradoras são, muitas vezes, removidas e forçadas a aceitarem indenizações irrisórias ou outras formas de moradia que desconsideram os vínculos afetivos e de pertencimento com o lugar, as identidades territoriais construídas coletivamente e, não raro, também o real conceito de moradia digna. (Coelho, Dias e Passos, 2017, p. 281)

3.2. A CORRELAÇÃO DE FORÇAS

No episódio da Samarco, em Mariana, fica explícita a situação de correlação de forças criada pela necessidade das relações de convívio que envolve famílias atingidas, grupos e movimentos que se organizam a partir das demandas coletivas. Relações essas que envolvem diretamente órgãos públicos, em suas diversas instâncias de governo, o poder e as empresas representadas, na maioria das vezes, nos momentos de interlocução da Fundação Renova com os atingidos.

A dependência criada pelo sistema capitalista expressa concentração de riquezas e de poder o que, alguns autores tratam como uma “superexploração”. Contradições se avolumam de diversas formas e aspectos e, no caso do Brasil, ao fazermos alguns recortes como região, raça, gênero, faixa etária, entre outras, chegamos a dados alarmantes que indicam a necessidade urgente de transformação.

No caso dos atingidos pela lama, a correlação de forças imposta dificulta o acesso para informações básicas. Estratégias vêm sendo adotadas no sentido de pautar os interesses coletivos dos atingidos. São reconhecidas a importante atuação e a colaboração dos movimentos sociais engajados neste contexto, que ganhou centralidade no processo de organização, mobilizando grupos, famílias, trabalhadores e trabalhadoras que, se não resistirem, continuarão excluídos das decisões que tratam de seus interesses.

A organização popular, aqui destacada, é tratada por GUIMARÃES (2015) como “problematização dos desafios postos para aos movimentos sociais”. Tais ações adotadas estão inseridas num processo de organização e mobilização, deixando em evidência dilemas e contradições que perpassam suas lutas na contemporaneidade.

Não sem razão, uma análise da ação política dos movimentos sociais em face do atual contexto pressupõe identificar os mecanismos engendrados pela atuação da direita brasileira na atualidade. Esta, além de permanecer atuante e com uma agenda própria em defesa dos privilégios e interesses das elites, tem não apenas operado na contramão da defesa de direitos sociais historicamente conquistados, como também investido, pesadamente, na criminalização dos movimentos sociais. (Guimarães, 2015: 739).

Um dos instrumentos utilizados pelo Poder Público, como forma de responsabilizar a Samarco pelos danos causados após o rompimento da Barragem de Fundão, em Bento Rodrigues, foi a assinatura, pelas empresas responsáveis e os governos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O Governo Federal também foi parte envolvida considerando que, muitos órgãos de instâncias de fiscalização e controle, estão vinculados a ele. Deste ajustamento, surge a Fundação Renova, entidade privada, que pás, ficando à frente também da recuperação da área afetada e da análise dos danos e compensação dos impactos, tanto socioeconômicos como os da área socioambientais.

Conforme notícia veiculada pelo jornal Brasil de Fato, do dia 09 de agosto de 2018, tratou-se de sessão solene de conciliação em Belo Horizonte/MG, quando da homologação do chamado TAC de Governança. O ato é visto como manobra política, surpreendendo atingidos e movimentos organizados que esperavam outros tipos de desdobramentos, considerando as discussões conjuntas feitas até então com os atingidos.

Segundo a matéria, o juiz titular da 12ª Vara Federal, Mário de Paula Franco Júnior, apresentou ressalvas e modificações no Termo Aditivo do Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) de não cumprimento do objetivo das indicações apresentadas pelo coletivo em busca de encaminhamentos para minimizar os problemas causados pela lama. As alterações acabaram por gerar um desconforto, não sendo reconhecidas pelos atingidos e pelas entidades que realizam trabalhos considerados benéficos na Bacia do Rio Doce.

Um dos pontos que é reconhecido como conquista foi a compreensão de “insuficiência para a condução do processo”. O noticiário aponta como positivo a modificação feita na ação judicial quanto à decisão da contratação da Assessoria Técnica de apoio aos atingidos ao longo da Bacia.

Ainda de acordo com o Jornal, o TAP faz menções expressas de pontos que tratam de possíveis aproximações vinculadas a atuações com viés político partidário. Em sua cláusula 7.3 do Termo Aditivo determina que “fica expressamente vedada a vinculação político-partidária, a movimentos sociais, ONGs e entidades religiosas no processo de escolha das entidades que devem prestar o serviço”.

Da referida parte da decisão judicial, houve manifestação de pensamento contrário, por entender que o juiz, com sua decisão, assumiu postura de beneficiar

as empresas e não as lutas de enfrentamento dos atingidos. Como destacou o líder do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em seu depoimento ao Jornal, “o juiz está beneficiando claramente as empresas criminosas. Ele teve uma ação ideológica, violadora de direitos humanos, direito civis e políticos. Coloca uma regra de que o pessoal a ser contratado nas equipes técnicas não pode ser filiado a partido, não pode nem mesmo votar. Isso é uma decisão política e não técnica de um magistrado, uma vergonha”, indigna-se Joceli Andrioli, do MAB.

Pessoas e entidades que discordaram da decisão seguiram com manifestações como, no caso, da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, organismo de assistência social vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que também presta assessoria técnica aos atingidos, e se estabeleceu, com atendimento no município de Mariana, em outubro de 2016.

Conforme parte do depoimento no jornal do Brasil de Fato, feito por Rodrigo Pires Vieira, coordenador da Cáritas em Minas Gerais, “assessoria é de confiança dos atingidos e deve ser escolhida por eles. Os movimentos sociais e a Igreja estão, historicamente, defendendo os direitos dos atingidos no Brasil, construindo metodologias. Eles têm experiências, todo um saber acumulado e poderiam fazer o enfrentamento técnico, com justiça e defesa de direitos. Quando se tira isso dos atingidos e coloca entidades que, de alguma forma, dialogam com as empresas criminosas, sabe-se lá o que vem, para qual lado vai a negociação”.

O Jornal publicou ainda que, em Nota de Esclarecimento, assinada pelo Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MP/MG), o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP/ES), a Defensoria Pública da União (DPU), a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DP/MG) e a Defensoria Pública do Espírito Santo (DP/ES), os órgãos públicos estavam em desacordo com a decisão proferida pelo juiz que conduziu o caso.

O noticiário apresentou ainda a indignação de Joceli, do MAB, de que “o juiz deixa transparecer seu vínculo com as empresas, porque se esses critérios fossem usados contra elas não ia sobrar um. Essas mudanças são uma violação escancarada dos direitos humanos e políticos. Não estamos em uma ditadura”.

Cabe esclarecer que a matéria jornalística, veiculada pelo Jornal Brasil de Fato, não se pode afirmar que foi o único meio de comunicação a abordar o tema. Porém, foi utilizada no trabalho em questão com o objetivo de entender os pontos de divergência em que lideranças ligadas aos movimentos de apoio e às famílias

atingidas apontam como essenciais no reconhecimento das perdas de direitos.

Cabe-nos aqui também recorrermos às análises que nos são apresentadas quanto à questão de criminalização do rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, em 05 de novembro de 2015. As famílias atingidas pela lama de rejeitos buscam afirmar, constantemente, que o único nome que se pode dar ao fato é “crime”. Elas insistem em não aceitar definições como tragédia, desastre ou falha técnica. As famílias que contribuíram com elaboração deste estudo, são unânimes em afirmar que as empresas são responsáveis pelo triste fato.

Com base na reportagem do Jornal Brasil de Fato de 17 de dezembro de 2019, o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), como o primeiro crime ambiental brasileiro, caracterizado como “crime de violação de direitos humanos de excepcional gravidade”.

A matéria destaca que essa classificação pode ser usada contra o Brasil em tribunais internacionais por representações e até desembocar sanções econômicas ou diplomáticas. Cita como exemplo o Tribunal Penal Internacional de Haia, na Holanda, que tem por costume tratar questões bem semelhantes como graves violações de direitos humanos.

No Conselho, o caso tem como relator Leandro Scalabrin, que enfatiza que o órgão “já havia feito relatórios sobre os casos de Mariana, Brumadinho, Barcarena e havia reconhecido seus impactos como violação a direitos humanos específicos, mas não desse modo, em que o fato criminoso foi reconhecido como grave violação”. Na atuação do CNDH, vale lembrar que esta é a primeira vez que se delibera uma resolução reconhecendo um crime como grave violação de direitos humanos, prossegue a matéria.

O Conselho teve ainda, como iniciativa, enviar o reconhecimento à Justiça Federal, com sede no município de Ponte Nova/MG, ao Tribunal Regional Federal - 1 e ao Superior Tribunal de Justiça, instâncias onde tramitam os processos e recursos sobre o crime ocorrido em Mariana.

Entre as decisões no campo jurídico, tivemos em setembro de 2019, o posicionamento da Justiça Federal que rejeitou uma denúncia do Ministério Público Federal contra seis executivos das empresas Vale do Rio Doce e dois da *BHP Billiton*, responsáveis pelo rompimento da barragem. Com a manutenção da decisão, ninguém responderá legalmente pelas mortes causadas em novembro de 2015, os

danos materiais, as perdas, seguem ainda como reivindicações das famílias, vítimas do crime, que aguardam por decisões judiciais, a reparação de danos, assim como o questionamento: “é possível alguém ser condenado pelo que ocorreu, passando-se a ter o entendimento de que foi crime?”

De acordo com a Lei Federal 9.605/98 que trata das sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, entre outras providências, a responsabilização como um ato criminal é mais difícil de ser comprovada. A Lei define que é preciso demonstrar a conduta de um responsável ou de um órgão gestor, que tenha levado a ocasionar os fatos e que eles tinham o poder de agir para evitá-lo.

Do ponto de vista dos atingidos, as empresas poderiam ter evitado o rompimento da Barragem do Fundão. Providências essas que, na opinião do MAB e de tantos outros movimentos, já deveriam ter sido tomadas quanto às barragens em municípios como Congonhas, Barão de Cocais, entre outras, construídas em Minas Gerais.

Apresentamos a seguir um trecho da Lei 9.605/98, em sua Seção III, no qual se destacam as sanções quando ocorre a poluição em diversas formas e quando é observada a existência de outros crimes ambientais:

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

Art. 55. Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem deixa de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente. (BRASIL, 1998)

3.3 A FUNDAÇÃO RENOVA E O TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TTAC) QUE DEU SUA ORIGEM

A Fundação Renova é uma instituição autônoma e independente constituída para reparar os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, no dia 05 de novembro de 2015. Sem fins lucrativos, garante transparência, legitimidade e senso de urgência a um processo complexo e de longo prazo.

A Fundação teve sua origem estabelecida por meio de um Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado entre Samarco, Vale e BHP, os governos federal e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, além de uma série de autarquias, fundações e institutos (como Ibama, Instituto Chico Mendes, Agência Nacional de Águas, Instituto Estadual de Florestas, Funai, Secretarias de Meio Ambiente, entre outros), em março de 2016.

A assinatura do TTAC foi muito criticada por entidades como o Ministério Público Estadual e Federal, conforme nota emitida em 02/03/2016, pela Defensoria Pública Estadual. Houve manifestação contrária também por parte de movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce. Houve posicionamento contrário também de organizações não governamentais, como exemplo, a Justiça Global.

Tais posicionamentos são citados pelo *Greenpeace*, em seu relatório final do estudo intitulado “Depois da lama: os atingidos e os impactos na foz do Rio Doce”. O acordo que foi homologado no dia 05 de maio de 2016, quando se completavam exatos seis meses do rompimento da barragem. O relatório indica que cinco dias após a homologação do Termo, a empresa Samarco realizou uma reunião com os moradores, na Associação de Moradores de Regência, no Espírito Santo, para apresentar o acordo firmado entre as mineradoras e o Governo Federal “e todas as entidades representativas”, conforme destaca o relatório.

Para os atingidos, Fundação Renova, que deveria fazer a “reparação” é braço das mineradoras e atua sem transparência nem diálogo. Quase quatro anos depois, moradores continuam sem suas casas.

Ao Blog Outras Palavras, moradores deram depoimentos, em agosto de 2019. “Nós não reconhecemos a Fundação Renova como representante ou reparadora dos danos dos atingidos”, disse a representante da Comissão dos Atingidos de Barra Longa (MG), Simone Maria da Silva.

“A Renova fica tentando passar uma imagem de que ela está amparando o ser humano, e o que está mais abandonado dentro desse processo todo aí é o ser humano. Ela não está nem aí pra gente”, comenta o agricultor Marino D’Ângelo Júnior, membro da Comissão de Atingidos de Paracatu de Cima (MG).

“A gente fala aqui que não existe Renova, é tudo Samarco”, conta o motorista Cristiano José Sales, que integra a Comissão de Atingidos de Bento Rodrigues (MG).

“Por mais que eles queiram dizer que a Fundação Renova é independente, ela não é. No fundo, ela não é”, enfatiza o promotor de justiça da Comarca de Mariana, Guilherme de Sá Meneghin.

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo, responsável pela elaboração do relatório junto ao Greenpeace, alega que, a realização da reunião em território capixaba, foi uma das poucas a acontecer “de portas abertas” e que, dado o interesse pelos encaminhamentos e decisões, contou com ampla participação da comunidade local atingida pelos rejeitos da barragem. O encontro, na opinião dos representantes do grupo da pesquisa, chegava a ser um misto de desinformação por parte dos representantes das empresas, o que gerou descrédito em relação aos atingidos e representantes dos movimentos sociais.

O estudo mostra que, por parte dos moradores, foi questionada a representatividade do Comitê Interfederativo, sua composição e demora na execução de ações de reparação, assim como a falta de esclarecimentos sobre as reais condições da água que era distribuída na vila e da terra que teve contato com a lama durante a cheia do verão daquele ano. As informações compõem relatos do Diário de Campo, anotações da data de 10/05/2016, conforme explicita o relatório final do estudo.

Com sede em Belo Horizonte e escritórios em Mariana e Governador Valadares/MG, e em Colatina (ES), a Fundação Renova opera desde 02 de agosto de 2016. De acordo com informações da própria Fundação, a instituição tem a missão de implementar e gerir os programas de reparação, restauração e

reconstrução das regiões impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, em Mariana, Minas Gerais.

A Fundação Renova é constituída por Conselho de Curadores, que conta com a participação de um membro do Ministério Público Estadual, uma Diretoria Executiva, um Conselho Fiscal e um Conselho Consultivo. Há também presença de especialistas técnicos formando uma equipe multidisciplinar e auditorias independentes.

Outra instância formada e de grande importância é o Comitê Interfederativo. Trata-se de uma entidade externa responsável por opinar sobre os planos, programas e projetos, além de sugerir propostas de solução dos impactos causados pelo rompimento. Cabe ao Comitê, por meio de deliberações, fazer o reconhecimento de áreas, cidades ou regiões atingidas pela lama e que ainda não tem o reconhecimento.

No compromisso firmado pelo TTAC, ficou decidido que a Samarco faria o repasse para a Fundação Renova de R\$ 4,4 bilhões até 2018, a ser revertido em reparação de danos. O Termo tinha como definição também que, de 2019 a 2021, tais contribuições deveriam ser definidas conforme a execução prevista, contidas nos projetos remanescentes de remediação e compensação. No acordo, consta ainda, a disponibilização de R\$ 500 milhões para investimentos em obras de saneamento básico. A previsão era que o repasse fosse feito até o final de 2018.

A Fundação Renova em seu Relatório Anual de Atividades, divulgado em janeiro de 2019, relativo ao ano de 2018, informa que estaria em curso o cumprimento da medida.

Esgoto e resíduos sólidos: Segundo o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, 80% de todo o esgoto gerado pelos municípios atingidos pelo rompimento de Fundão são lançados sem tratamento nos cursos d'água. Por isso, uma iniciativa compensatória prevista no TTAC conduzirá a mudanças nessa situação desoladora da área impactada pelo rejeito. O Programa 31 (Coleta e tratamento de esgotos e destinação de resíduos sólidos) aportará R\$ 500 milhões em melhoria de saneamento básico nos 39 municípios listados no TTAC. Eles se beneficiam diretamente no que diz respeito ao esgotamento sanitário. No caso da deposição de resíduos sólidos, os municípios consorciados a eles também serão contemplados pela construção de soluções. O programa estabeleceu consórcio com os bancos de desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e do Espírito Santo (Bandes), responsáveis pelo repasse das verbas aportadas. A parcela que cabe a cada município vai de R\$ 2,8 milhões a R\$ 76,3 milhões e varia conforme número de habitantes, posição no Fundo de Participação dos

Municípios e impactos sofridos. Em paralelo, uma equipe de apoio técnico realizou 180 visitas aos municípios, tanto para explicar o programa quanto para orientar as prefeituras sobre o desenvolvimento de projetos adequados, com implementação e medição de serviços. (Fundação Renova, RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES, jan. 2019, p 17)

Na busca por dar continuidade em seus trabalhos junto às famílias atingidas, a Fundação Renova informou, por meio do seu site, que as obras de reassentamento das comunidades de Bento Rodrigues, Gesteira e Paracatu de Baixo seguiam um calendário de atividades.

Informou que, desde o rompimento da barragem do Fundão, foram implementadas ações de cunho emergenciais, assim como auxílio financeiro e moradias temporárias em Mariana, Barra Longa e Gesteira, onde as famílias residem atualmente. A Fundação Renova alega ainda que oferece atendimento nas áreas de saúde e psicossocial, porém, há divergências na fala das famílias que apontam não serem atendidas com suas demandas, principalmente, no que tange aos atendimentos de saúde.

A Fundação afirma que reforça a centralidade dos reassentamentos como uma das prioridades. Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo já tiveram suas áreas definidas, já a comunidade de Gesteira aguarda por desdobramentos que envolvem a comunidade. Na Gesteira, a escolha do terreno foi feita pela comunidade, junto à assessoria técnica, que assim como as outras deliberações, também seguiu as etapas de: estudos e diagnósticos, escolha do terreno, levantamento de expectativas, projeto urbanístico.

A última fase, a de monitoramento, conforme consta na página da Fundação Renova, na aba de “Nossos Programas”, trata-se de um dos passos mais importantes do projeto que é de acompanhar a adaptação das famílias por, pelo menos, dois anos após a nova ocupação. O programa propõe ainda a realização de uma espécie de comparação com a vida que a pessoa levava no antigo local de moradia e auditar se houve melhoria. A Fundação Renova aponta que caso ocorra algum problema, será necessário a adoção de medidas corretivas imediatas.

Dessas afirmativas da Fundação, as famílias apresentam o contraponto, entre os atingidos entrevistados. Todos são unânimes em expressar que não confiam nas promessas da representante das empresas.

3.4. ATINGIDOS OU IMPACTADOS

Aconteceu entre os dias 09 a 11 de fevereiro de 2019, em Ponte Nova/MG, a Oficina de Formação em Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, realizado pelo Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A oficina foi coordenada pelo Professor Dr. Aderval Costa Filho e sua equipe do Programa “Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais: Visibilização e Inclusão Sociopolítica”¹².

A atividade contou com participantes dos municípios de Ponte Nova, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Barra Longa, técnicos da UFMG a serviço do Ministério Público Estadual e Federal, famílias, trabalhadores e trabalhadoras que, de forma direta ou indireta, sofreram com as consequências do rompimento da Barragem de Fundão. Os municípios estão situados na Zona da Mata Mineira e são reconhecidamente atingidos pela lama, com a exceção de Ponte Nova, que enfrenta ação judicial para o reconhecimento da tragédia provocada pela Samarco.

A comunidade rural de Simplício, composta por cerca de seis famílias que se instalaram no leito do rio, no encontro dos rios Gualaxo e Doce, teve propriedades devastadas pela lama, danificando plantações, pastagens, criação de gados e de outros animais. Os participantes, em suas apresentações, informavam que exerciam atividades como pescadores, faiscadores, garimpeiros e agricultores. Nas dinâmicas da oficina reafirmavam a relação, o vínculo com o lugar, a situação de dependência com o rio, o quanto o cotidiano se transformou após a passagem da lama.

A questão bem peculiar de Ponte Nova pelo reconhecimento quanto município atingido, dada a Comunidade de Simplício ter sido afetada, apresenta controvérsias. A equipe de profissionais da Fundação Renova reconhece que os danos atingiram cerca de seis famílias da comunidade e algumas recebem o benefício pago pela empresa, o “cartão obrigação”, cujo valor repassado varia de uma família para outra, conforme sua composição. Uma das falas recorrentes dos participantes da oficina era o termo utilizado pela empresa, que os trata como

120 Projeto “Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais: visibilização e inclusão sociopolítica” se iniciou no ano de 2012 e tem como objetivo mapear povos e comunidades tradicionais no Estado de Minas Gerais, valorizando seus modos próprios de ser e viver, possibilitando conhecer a sociodiversidade constitutiva do estado, podendo reverberar em processos de autoafirmação identitária, reconhecimento formal e inclusão sociopolítica, além de contribuir para o seu fortalecimento e respeito. O Projeto também visa promover direitos individuais e coletivos, com a construção de base de dados que poderá subsidiar a proposição, adequação e/ou implementação de políticas públicas, sobretudo para diminuir a distância que existe entre membros desses povos e comunidades e demais cidadãos brasileiros. <https://www.ufmg.br/polojequitinhonha/projeto/mapeamento-de-povos-e-comunidades-tradicionais-em-minas-gerais-visibilizacao-e-inclusao-sociopolitica>.

“impactados”, termo abominado pelos moradores das localidades afetadas que se identificam como “atingidos”.

No Relatório Final da Comissão de Barragens, elaborado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)¹³, que faz menção especificamente ao rompimento da Barragem de Fundão aponta que há uma disputa pela definição de um conceito para o sofrimento das pessoas. Do ponto de entendimento do MAB, todos os que perderam rendas, tiveram suas vidas modificadas após o rompimento, suas propriedades afetadas, sendo casas ou terras e que perderam seus empregos, perderam também suas identidades comunitárias e foram diretamente atingidos.

De acordo com representantes da Samarco em audiência pública desta Comissão realizada em 21/12/2015, a empresa utiliza dois conceitos internacionais para definir atingidos: a) o deslocamento físico, referente às pessoas que foram fisicamente afetadas, ficando, por exemplo, desabrigadas; e b) o deslocamento econômico, referente às pessoas que tiveram sua renda afetada parcial ou integralmente afetada pelo evento. De acordo com a empresa, esses conceitos têm sido utilizados como referência para enfrentar as situações emergenciais decorrentes do rompimento da Barragem do Fundão. (ALMG, 2016).

O MAB segue com sua posição assegurando que a disputa pela definição do conceito de atingidos torna-se essencial para o reconhecimento dos impactos e, a partir de então, propõe medidas de reparação e de compensação adequadas.

13 Após o rompimento da Barragem em Mariana a ALMG criou a Comissão Extraordinária com a finalidade de realizar estudos, promover debates junto a sociedade civil e propor medidas de acompanhamento das consequências sociais, ambientais e econômicas da atividade mineradora no Estado, notadamente no que tange ao rompimento das barragens ocorrido em Mariana, seus desdobramentos e ações de recuperação dos danos causados, bem como discutir a situação de outras barragens existentes no Estado. O Relatório final teve sua versão apresentada pelos relatores em 30/6/2016. (ALMG – 2016).



Foto: acervo do MAB – Atividade de 1 ano após rompimento da Barragem de Fundão

O estudo realizado pela ALMG, em sua apresentação, reafirma o quanto as comunidades que fixaram moradia ao longo do curso do Rio Doce desenvolvem há tempos atividades em que as quais os colocam na condição de dependentes do rio. Identificam que é uma área onde habitam pescadores, ribeirinhos e há também presença de comunidades indígenas bem como de outras tradicionais que mantinham com o rio não apenas uma relação de fonte de renda, como também de referência de vida.

Em sua conclusão os estudos apontam a percepção de que o termo “atingido” deva sim ser adotado, considerando no caso específico do rompimento em Mariana, pela amplitude dos danos causados. Os impactos que resultaram do rompimento da Barragem do Fundão provocaram mudanças significativas no cotidiano das pessoas.

No levantamento realizado pelo estudo, houve ainda menção a outro grupo que deve ser inserido, principalmente, porque foi lembrado em uma das atividades da Comissão, que são os trabalhadores da empresa, que tinham vínculos trabalhistas e/ou, prestavam serviços como terceirizados.

Essa classe de trabalhadores, na avaliação das lideranças comunitárias e dos idealizadores do estudo, também foi atingida. Muitos argumentam inclusive que o tema deveria ser tratado como acidente de trabalho. Em Audiência Pública, o

Ministério do Trabalho, por meio de relatórios que elaborou a esse respeito, atentou para essa mesma linha de pensamento.

Cabe ressaltar que tal preocupação com a situação dos trabalhadores não consta no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta firmado entre o Governo Federal, o Governo do Estado de Minas Gerais, o Governo do Espírito Santo e as empresas Samarco, Vale e *BHP Billiton* Brasil Ltda.

O relatório da ALMG denuncia que não há nenhum tipo de programa ou de projeto destinados a um acompanhamento específico dos prestadores de serviço, do mesmo modo que não se observa nenhum canal de participação. Em uma das Audiências Públicas, representantes da Advocacia Geral do Estado (AGE), quando questionados sobre a situação dos trabalhadores, alegaram que os mesmos seriam assegurados e que receberiam o mesmo tratamento dos demais atingidos.

Ainda quanto ao termo “impactados”, ressalta-se que o Termo de Ajustamento de Conduta, muitas vezes interpretado como um “acordo”, utiliza essa definição, o que pode ser observado de acordo com o estudo no inciso II da Cláusula 01, sem distinção se pessoa física ou jurídica, o que se estende para as comunidades afetadas pelo rompimento.

O documento se apresenta ainda com uma discriminação de como se dará a compensação que se subdivide, de acordo com a Fundação representante da empresa, nos seguintes termos:

“a) perda de cônjuge, companheiro, familiares até o segundo grau, por óbito ou por desaparecimento; b) perda, por óbito ou por desaparecimento, de familiares com graus de parentesco diversos ou de pessoas com as quais coabitavam e/ou mantinham relação de dependência econômica; c) perda comprovada pelo proprietário de bens móveis ou imóveis ou perda da posse de bem imóvel; d) perda da capacidade produtiva ou da viabilidade de uso de bem imóvel ou de parcela dele; e) perda comprovada de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros e extrativos, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva; f) perda de fontes de renda, de trabalho ou de autossustentância das quais dependam economicamente, em virtude da ruptura do vínculo com áreas atingidas; g) prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento ou das atividades econômicas; h) inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda e a subsistência e o modo de vida de populações; i)

danos à saúde física ou mental; e j) destruição ou interferência em modos de vida comunitários ou nas condições de reprodução dos processos sócio-culturais e cosmológicos de populações ribeirinhas, estuarinas, tradicionais e povos indígenas.”

3.5. O TRABALHO DESENVOLVIDO PELAS ASSESSORIAS TÉCNICAS EM MARIANA E REGIÃO PÓS-ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, EM BENTO RODRIGUES

Os trabalhos das assessorias técnicas giram em torno do acompanhamento das comunidades atingidas, orientações, esclarecimentos e encaminhamentos às necessidades e demandas apresentadas pelas famílias ou indivíduos. As escolhas das assessorias são realizadas num processo coletivo, que envolve diretamente o público atingido.

Definida a assessoria, os profissionais passam a realizar o monitoramento no território ações de mobilização e constroem junto ao grupo de referência, estratégias de trabalho e definição de prioridades. Esse trabalho é feito por equipe multidisciplinar e se dá a partir de encontros com formação dos grupos de base. Os mesmos se organizam, na maioria das vezes, por eixos temáticos e se distribuem por áreas técnicas como a agrária, arquitetura e patrimônio, mobilização e comunicação, jurídico e os atendimentos psicossociais.

Nos termos previstos neste ACORDO, as formas e os mecanismos de participação das pessoas atingidas na governança do processo de reparação integral deverão ser, com elas, debatidos e decididos por elas após a efetiva implementação das comissões locais de pessoas atingidas e das ASSESSORIAS TÉCNICAS (Ministério Público Federal et al., 2018, p. 6).

As famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão conseguiram, na justiça, o direito de um acompanhamento realizado sistematicamente por meio de assessoria técnica. Trata-se do TAC, chamado informalmente de TAC de Governança (TACG)¹⁴, que traçava os objetivos de operacionalização das ações de

14 O TACG foi assinado pelo Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), União e seus diversos órgãos e autarquias, governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e seus diversos órgãos e autarquias, a Samarco Mineração S.A., a Vale S.A., a BHP Billiton Brasil S.A. e a Fundação Renova

mitigação, compensação, reparação e indenização dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG).

Os municípios mineiros, que são base do objeto de estudo para este trabalho, ficaram assim contemplados com as assessorias: na cidade de Mariana, a Cáritas; a cidade de Barra Longa, incluindo o distrito atingido de Gesteira, Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas); e os municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e a comunidade do Simplício, pertencente ao município de Ponte Nova, com a assessoria da Rosa Fortini.

O detalhamento das regras do “custeio atingidos” pode ser encontrado nas cláusulas sexagésima segunda a sexagésima sétima do TAC-Governança. No entanto, cumpre ressaltar o papel atribuído às Assessorias Técnicas na sistemática adotada pelo acordo, que é de apoiar as Comissões Locais na definição do regulamento próprio para disciplinar os limites, a prestação de contas e os critérios das despesas de suas reuniões e de seus membros, assegurada a isonomia de tratamento e atendidas as peculiaridades locais. (Losekann e Milanez, 2018, p. 58)

Desenvolvemos neste tópico, um breve relato das assessorias que, juntamente com seus profissionais, buscam oferecer trabalho cujo objetivo passa pelas questões de emancipação da população atingida. Também se colocam no enfrentamento às empresas e à morosidade nas instâncias de tomada de decisões.

Começamos pela Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas), criada em 2000, por iniciativa dos moradores da comunidade rural de Casa Nova, município de Guaraciaba/MG. Isso devido à possibilidade, na época, da execução do Projeto Hidrelétrico de Pilar que atingiria o rio Piranga, afluente do rio Doce. Com a previsão da construção do empreendimento hidrelétrico, a assessoria surgia com o principal objetivo de defender os direitos da comunidade local frente aos interesses econômicos da empresa responsável pela execução do projeto.

De acordo com informação da Aedas, a obra previa a construção de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), porém, ao contrário do que o nome indicava, os danos sociais e ambientais à comunidade ribeirinha seriam imensos. Um levantamento da assessoria, no início dos anos 2000, indicava que milhares de famílias teriam suas casas e terras alagadas. Caso o projeto se concretizasse, destruiria também a memória das famílias da localidade e atingiria as atividades

econômicas; no caso particular do rio Piranga e matas ciliares, elas seriam devastadas.

Por fim, a Assessoria destaca que, na ocasião, na luta travada entre as famílias e com o apoio do MAB, os atingidos saíram vitoriosos. O projeto da PCH em Casa Nova foi suspenso, não sendo retomado até o presente momento.

Já a Cáritas Brasileira foi fundada em 12 de novembro de 1956 e é um organismo ligado à estrutura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Está organizada num formato de rede composta por 187 entidades-membro, distribuídas em 12 regionais, e cinco articulações regionais, presentes nos estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Ainda de acordo com a Cáritas, a atuação da assessoria se divide em áreas que representam a diversidade de suas atividades. Elas são divididas em cinco áreas, as quais tratam como sendo prioritárias e se apresentam da seguinte forma: Economia Popular Solidária (EPS); Convivência com Biomas; Programa de Infância, Adolescência e Juventude (PIAJ); Meio Ambiente, Gestão de Riscos e Emergências (MAGRE) e Migração e Refúgio.

A Cáritas afirma que, com uma equipe com 14 profissionais, que os assessores são distribuídos entre os três territórios de atuação: Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Comunidades da Zona Rural de Mariana (Borba, Campinas, Paracatu de Cima, Pedras e Ponte do Gama). Os assessores acompanham todas as discussões relacionadas ao tema no seu território e precisam manter permanentes diálogos com a base onde estão inseridos. O papel da Cáritas é justamente o de assessorar os atingidos nas tomadas de decisões, para que sejam devidamente informados de suas possibilidades, bem como, das deliberações que configurem como sendo seus direitos.

Para concluirmos sobre as assessorias técnicas presentes na área inundada pela lama de rejeitos da Samarco, apresentamos o Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini.

O referido Centro, conforme divulgado em sua página, foi constituído no ano de 1996, vindo a ser reconhecido oficialmente somente em 13 de dezembro de 2006. Sua fundação foi organizada por pessoas de várias comunidades, sendo de áreas urbanas e rurais, que se dedicavam ao trabalho realizado pela Saúde

Alternativa e formação e assessoria político-pedagógica, no campo da Educação Popular e na defesa dos Direitos Humanos.

A escolha do nome do Centro trata-se, de acordo com informações do órgão, de uma homenagem a Rosa Maria Fortini, filósofa e educadora popular, que atuou na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Muriaé/MG. Rosa era uma agente da Comissão Pastoral da Terra que sempre buscou pela implementação da saúde alternativa por meio da homeopatia e foi uma grande incentivadora da educação popular, vindo a falecer em 2001.

Em sua atuação quanto prestadora de serviços com assessoria técnica, o Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini escolheu para sua atuação, duas linhas com seus temas centrais: a questão relacionada aos conflitos de terra e as situações que envolvem as famílias tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, sobretudo no estado de Minas Gerais.

A Assessoria entende que a questão agrária vem se agravando no Brasil nos últimos anos e que, certamente, os movimentos sociais que atuam na defesa das pessoas do campo são importantes na resistência à avalanche neoliberal e à apatia política que caracterizam a conjuntura nacional, principalmente, dados os rumos políticos nos últimos anos no Brasil.

4 PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO MEDIADA: INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROGRAMA

4.1 CARTÃO BENEFÍCIO X CARTÃO OBRIGAÇÃO

De acordo com informações divulgadas pela Fundação Renova em sua página, o Programa de Indenização Mediada (PIM) tem como objetivo principal ressarcir as famílias atingidas adotando critérios e formas simples, garantindo agilidade na condução do processo. É garantida à pessoa atingida a adesão ao referido programa por iniciativa própria, ou se caso preferir, poderá ser acompanhado por um advogado ou ainda acionar a Defensoria Pública e solicitar o acompanhamento pelo órgão.

A Fundação Renova segue afirmando que o PIM é um programa direcionado a pessoas e a micros e pequenas empresas que tiveram danos materiais ou morais ou perdas em suas atividades econômicas, com o rompimento da barragem de

Fundão em Mariana. De acordo com a representante das empresas responsáveis pelos danos, deve ser devidamente comprovada a situação de atingido por meios de documentos pela parte interessada, no caso em questão, dos membros das famílias atingidas.

Segundo os critérios estabelecidos pela Fundação Renova, a indenização é destinada a todas as pessoas que moravam nas cidades e nos distritos em que a distribuição de água potável ficou suspensa por mais de 24 horas seguidas, na data de 05 de novembro de 2015. A lama de rejeitos que seguiu o curso do Rio Doce comprometeu o abastecimento de água em diversas localidades, o que culminou com a impossibilidade do tratamento da água que era captada neste rio.

Com isso, considerável número de famílias ficou sem acesso à água potável para necessidades básicas como o consumo e o preparo da alimentação. A empresa informa que a adesão ao programa que propunha ressarcir as famílias com os gastos nesse sentido, já foi encerrada.

4.2. A INDENIZAÇÃO POR DANOS GERAIS

A indenização por danos gerais caracteriza-se pela situação de pessoas que, pós-rompimento da barragem de rejeitos, perdeu sua principal fonte de renda ou comprove que, com a devassidão da lama, chegou a perder bens materiais. Entre estes bens, estão veículos, imóveis residenciais e comerciais, propriedades rurais, além de outros que se consigam atestar como perda a partir de 05 de novembro de 2015.

Entre os trâmites para se pleitear a indenização, os atingidos necessitam passar obrigatoriamente pelo cadastro integrado. Há o entendimento por parte da empresa que, basicamente, todos com possibilidade de serem atendidos já passaram pelo cadastro que, de acordo com a Fundação, foi disponibilizado nas regiões em que a empresa reconhece como “impactadas”.

Foi elaborado, por parte da Fundação Renova, um passo a passo para orientar as famílias sobre como participarem e aderirem aos programas indenizatórios. Desse ponto em diante, a equipe do PIM passa a fazer contato com as famílias para que elas compareçam a um dos escritórios dos Centros de Indenização Mediada. Ainda conforme a Renova, os processos entram em fase de avaliação caso a caso e definidos por meio de sessões de mediação.

Outra definição é que as reuniões de indenização, que tratam das perdas por danos gerais, devem contar com a presença da pessoa atingida, um representante da Fundação Renova e um mediador imparcial e independente. Cabendo, mais uma vez destacar que, na reunião de mediação, a pessoa atingida poderá ser acompanhada por um advogado ou pessoa de sua confiança. Nos casos em que necessitar de contato junto à Defensoria Pública, ressalta-se que a iniciativa tem que ser da pessoa solicitante. A empresa informa ainda que todo o processo, envolvendo a ação entre atingidos e seus representantes, correrá de forma restrita e sigilosa.

Apresentamos a seguir o passo a passo da proposta para adesão das famílias atingidas, conforme disponibilizado pela empresa. Importante ressaltar que, a partir do agendamento, são realizadas, no mínimo, três reuniões: a Reunião de Preparação: apresentação de documentos que comprovem o dano e preenchimento de formulário; a Reunião da Proposta: apresentação da proposta, caso o solicitante seja considerado elegível e a Reunião de Aceite: formalização do acordo, se a proposta for acolhida.

Fica estabelecido por parte da empresa que o intervalo entre a Reunião da Proposta e a Reunião de Aceite para assinatura do acordo acontecerá, mais ou menos, em 15 dias após a entrega da proposta. Esse período é importante para que as pessoas possam avaliar e refletir sobre a proposta apresentada.

Após a família formalizar o acordo é esclarecido se dará o pagamento. Esse será realizado via depósito ou cartão-benefício em até 90 dias, a partir da celebração do Termo de Acordo, extinção das ações judiciais (caso existam) e homologação judicial (caso necessário). As condições de extinção das ações que correm em juízo fazem parte do acordo e são esclarecidas aos atingidos.

Para se chegar numa base de cálculo de indenização para os casos de danos gerais, a Renova informa que, a participação de representantes de órgãos do poder público no processo de elaboração, não cita nem fica evidente qual ou quais seriam tais órgãos.

Citam, porém, a contribuição de entidades técnicas, das quais alegam terem seguido valores padrões como técnica de referência, entre elas: o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper-ES), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais

(Sinduscon/MG) e o Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de Minas Gerais (Ibape/MG).

A Renova assegura ainda que, adotando como modelo as práticas das entidades, conseguirão garantir o devido ressarcimento. No caso de veículos, quanto ao valor a ser indenizado ao proprietário, a empresa utiliza a descrição da tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), reconhecida como referência mais utilizada no mercado de automóveis.

4.3. COMPOSIÇÃO DE ÓRGÃOS NA DISTRIBUIÇÃO DE TAREFAS E ATRIBUIÇÕES

A Fundação Renova, entre suas funções de mediadora junto às famílias atingidas, é responsável por solicitar e analisar as informações necessárias para determinar a legitimidade dos interessados em ingressar no Programa de Indenização Mediada (PIM) e por calcular e propor o valor das indenizações, conforme os parâmetros referenciais do Programa.

Entretanto, famílias atingidas, assessorias técnicas e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) questionam tal ação por não entenderem porque se concentra nas mãos da Fundação, legitimar se uma pessoa ou família deverá ingressar a um programa de indenização ou não. Ficando também sob a responsabilidade da Fundação todos os custos do Programa, instalações físicas e contratação e manutenção de pessoal (Coordenador da Mediação e membros da Divisão de Assistência).

Outra instância importante na busca pelo reconhecimento quanto “atingidos pela lama de rejeitos” é o Comitê Interfederativo, responsável por acompanhar todo o funcionamento e os desdobramentos do Programa de Indenização Mediada (PIM). Parte desse acompanhamento se dá por meio de recebimento de relatórios os quais devem emitir informações periódicas. É o Comitê responsável por validar os critérios de elegibilidade para participação no PIM.

O Comitê fica sujeito também a algumas limitações como, por exemplo, não poder determinar ou influenciar de qualquer modo a inclusão ou a exclusão individual de interessados do Programa. Para ocupar o cargo de Coordenador de Mediação, é indicado especialista com formação jurídica, exigida experiência em gestão de processos similares. Entre as atribuições do cargo está a função de

coordenar e supervisionar as atividades inerentes do Programa e, quando necessário, ser responsável por conduzir pessoalmente a mediação das negociações mais complexas.

A divisão da assistência na distribuição dos serviços fica sob os comandos do Coordenador de Mediação. A equipe, em sua composição, conta ainda com um secretário executivo, avaliadores e ainda a figura dos mediadores. Na descrição da empresa são todos isentos e independentes e precisam comprovar que não foram impactados, direta ou indiretamente, pelo rompimento da barragem.

Os solicitantes apresentam suas demandas e são atendidos pelos membros da Divisão de Assistência individualmente, sendo-lhes repassadas informações sobre os procedimentos que devem seguir para o ingresso no Programa.

São apresentadas a seguir as atribuições do secretário-executivo e dos avaliadores neutros, conforme informações da Fundação Renova:

- **Secretário Executivo:** faz visitas em todas as unidades do Programa para levar informações ao público local e esclarecer dúvidas sobre o funcionamento do PIM, bem como é o responsável por fiscalizar o cumprimento do Regimento Interno. Pode ainda comunicar ao Coordenador de Mediação sobre a ocorrência de casos de omissão, situações que gerem dúvidas, além de atender a casos mais complexos;
- **Avaliadores neutros:** auxiliam os solicitantes no preenchimento de todos os formulários e na organização dos documentos a serem apresentados.

Confirmado o ingresso no Programa, após Termo assinado pelo solicitante, o mediador assume a função de participar das reuniões em conjunto com a Fundação. O objetivo é o de viabilizar as negociações entre as partes, prezando pelo auxílio às famílias e buscando soluções que atendam aos interesses dos envolvidos. A assistência consiste em promover a interlocução das informações entre as partes.

Por fim, tratamos aqui do Conselho Consultivo do PIM que é composto por quatro membros que não podem ter vínculos prévios diretos com a Fundação Renova. A atuação do Conselho deverá seguir critérios de neutralidade na fase condução do Programa. Entre as suas prerrogativas, está a função de esclarecer dúvidas do Coordenador de Mediação sobre determinadas circunstâncias jurídicas e alternativas consideradas para o cálculo da indenização.

O Conselho Consultivo assume a função de elaborar pareceres não vinculantes às consultas formuladas pelo Coordenador de Mediação, que não pode culminar com obrigações aos impactados ou à Fundação. Fica restrito aos

impactados formular consultas diretamente ao Conselho Consultivo, o que pode ser requisitado somente via Divisão de Assistência.



Foto: Arquivo da AEDAS – Evento Conferência de Saúde das Famílias Atingidas 2019.

5 NO CAMPO, O RELATO E A MEMÓRIA DAS FAMÍLIAS

Para a aplicação da presente pesquisa, utilizou-se a prática da abordagem qualitativa, que segundo Minayo (1994), contribui para compreensão de questões cujo formato utilizado se preocupa em estabelecer parâmetros que se aproximam de um nível de realidade que não pode ser quantificado. Modelo de pesquisa esse, que trabalha com a busca de informações num universo de significados, prevalecendo as motivações, aspirações, crenças e valores.

Minayo (2004), em seu estudo sobre os desafios da aplicação da pesquisa qualitativa, voltado especificamente para área da saúde, afirma que a entrevista tem

por finalidade recolher informações por meio das falas dos atores sociais que se disponibilizarem a contribuir com o processo.

Nesse caso, o entrevistador deve estar atento para um significado que o silêncio pode representar, afinal, o silêncio pode ser necessário para que o entrevistado ordene seus pensamentos e ideias. Além do silêncio, o pesquisador deve estar atento à expressão corporal do entrevistado, manifestações como a tonalidade de voz e/ou, às vezes, a ênfase em algumas palavras ou expressões.

Para a coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada que, de acordo Gil (1999), trata-se de um instrumento desenvolvido de forma mais espontânea, podendo passar por modificações ao longo da execução dos trabalhos que também está diretamente relacionado à coleta de dados.

Algumas entrevistas foram gravadas, outras não tiveram permissão dos entrevistados. As consentidas foram transcritas de modo a retratar fielmente a fala do entrevistado. Além disso, utilizou-se de observações direta e de registros fotográficos com intuito de descrever o lugar e seus moradores, bem como aspectos ligados a região e participação em atividades que concentravam o coletivo de atingidos como conferência, seminário, reuniões e atos de manifestação contra as empresas.

As entrevistas com as famílias atingidas pela lama de rejeitos da barragem de Fundão em Mariana possibilitaram a participação do autor desta obra em alguns espaços coletivos e a vivência de experiências do cotidiano dos entrevistados quanto sujeitos do estudo, usando técnicas da mediação de observação e de linguagem.

Cabe aqui um lembrete, a entrevista semiestruturada é uma das formas para coletar dados. Ela se insere em um espectro conceitual maior que é a interação propriamente dita que se dá no momento da coleta. Nesse sentido, para nós, a entrevista pode ser concebida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado que, supostamente, possui a informação que possibilita estudar o fenômeno em pauta, e cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem. Essa definição encampa diferentes tipos de entrevista, como a semiestruturada, estruturada ou não estruturada. (Manzini, p 9, 2017)

A inserção do pesquisador no campo junto às famílias atingidas pela lama da Samarco da cidade de Mariana aconteceu por meio de contato com os membros do

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Regional Zona da Mata, com sede em Ponte Nova/MG. Contribuíram também nesse processo de contato com os atingidos, a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (assessoria escolhida para acompanhar as famílias no município de Barra Longa).

No período da realização das entrevistas para aplicação dos questionários, o pesquisador deslocou-se de sua cidade de origem, Ponte Nova, para os municípios de Mariana e de Barra Longa. Destaca-se que a maior parte das famílias atingidas nesta última cidade são oriundas da comunidade de Gesteira, na zona rural, uma das mais atingidas pela lama de rejeitos.

Inicialmente, o objetivo era o de entrevistar as famílias localização da Barragem do Fundão. Seguindo sugestões do MAB, passou-se também a realizar o estudo de campo junto aos moradores de Gesteira. Foram aplicados questionários com sete famílias nesta comunidade.

O primeiro contato com as famílias foi em fevereiro de 2019. Mesmo com a recomendação do MAB e da AEDAS, no início, alguns atingidos tiveram receio de participar das entrevistas. Alguns relataram que já estavam “cansados de tanta gente que chegava para saber do ocorrido e muito pouco se fazia”. Os moradores apresentavam suas indignações com os trâmites burocráticos.

O contato com o grupo de atingidos foi aos poucos sendo facilitado devido as oportunidades que tivemos de participar de momentos com o grande coletivo como reuniões, seminários e conferências.

A observação também é considerada uma coleta de dados para conseguir informações sob determinados aspectos da realidade. Ela ajuda o pesquisador a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (LAKATOS, 1996:79).

A observação também obriga o pesquisador a ter um contato mais direto com a realidade. Denominada observação assistemática, o pesquisador busca recolher e registrar os fatos da realidade sem a utilização de meios técnicos especiais, isto é, sem planejamento ou controle. Geralmente este tipo de observação é empregado em estudos exploratórios sobre o campo a ser pesquisado.

Outra forma de coletar dados por meio da observação, conforme Boni e Quaresma (2005), ocorre quando o pesquisador utiliza a observação participante que se distingue da observação informal, ou melhor, da comum. Essa distinção

ocorre na medida em que o pesquisador deixa de ser um observador externo dos acontecimentos e passa a fazer parte ativa deles. Contudo, a observação participante, como técnica de trabalho de campo, é desaconselhada por alguns cientistas que acham que o pesquisador deve manter uma certa distância entre ele e o seu objeto de pesquisa em nome do resguardo da objetividade científica. (Boni e Quaresma, 2005, p. 71).

As entrevistas foram realizadas com sete famílias atingidas, sendo que essas, antes do rompimento, viviam no subdistrito de Bento Rodrigues, em Mariana, e na comunidade rural de Gesteira, em Barra Longa. Após o “crime”, esse é o termo usado por todos os entrevistados, foram levados para sedes das cidades de Barra Longa, Mariana e Acaiaca, na divisa.

Com a mudança repentina, passaram a viver realidades bem diferentes das que viviam no lugar onde nasceram e constituíram família. As expressões desses sentimentos serão demonstrados ao longo desse trabalho, quando retrataremos de forma mais fidedigna possível os relatos colhidos. As entrevistas tiveram uma duração média de 80 a 120 minutos.

A primeira entrevista foi Simone Silva, moradora de Barra Longa. Ela mora com o marido e os dois filhos em uma casa alugada. Já havia se mudado de Gesteira antes do fatídico acontecimento. Ao vir para cidade deixou, na pequena propriedade a sua avó e os seus tios que vieram a falecer depois do crime. Para Simone, eles também foram vítimas da lama.

Para a líder que acabou por se tornar uma das porta-vozes dos atingidos do episódio provocado pela Vale, Samarco e *PH Biliton* não foram somente 19 mortos, ela aponta outros óbitos e os associa também ao rompimento da barragem.

Outro entrevistado foi Éder Felipe da Silva, também com residência em Barra Longa, no bairro do Rosário, que teve sua propriedade rural atingida pela lama. Éder exerceu, durante anos, atividades agrícolas e também possuía algumas cabeças de gado e criava cabras. Relatou que boa parte de seu rebanho foi levado pela lama e, desde então, sua vida mudou radicalmente. Hoje, dedica-se a fazer “bicos” e a cuidar dentro da cidade das poucas cabeças do rebanho de cabras.

História muito parecida com a da Sr^a Édina da Consolação, moradora de Gesteira, que se viu obrigada junto com o marido e os filhos a deixarem a comunidade e se mudarem para Vila Samarco, em Ouro Preto/MG. A entrevistada relata, com os olhos marejados, que assistiu a casa sede do pequeno sítio ser

levada pela lama; uma construção, segundo ela, modesta, mas que a família levou cerca de dez anos para concluir.

A saga das famílias atingidas pela lama segue sendo contada pelo Sr. Joel José de Castro, também morador do sítio Sidreira, em Gesteira. Em seu relato, lamenta a perda da propriedade da família de forma brutal, assim como as suas criações e a horta onde passava boa parte do tempo depois que se aposentou e de onde tirava o complemento para renda da família.

Gema Marisa Batista, outra atingida, disse morar em Mariana, “dentro da cidade”, há mais de 19 anos, mas mantinha relação com seu lugar de origem, Gesteira. Quando do ocorrido, seu irmão ainda morava no lugar e mantinham uma pequena propriedade onde era cultivado café, hortaliças e cana-de-açúcar. Mediante os fatos, seu irmão passou a morar em sua companhia e ficou a “saúde abalada”.

Ainda no município de Mariana, tivemos contato com a Sr^a Vera Lúcia Aleixo Silva, servidora pública municipal aposentada, que também deixou seu lugar e a casa recém-reformada na comunidade de Gesteira. “Foi um crime”, ressaltou a entrevistada, “o que fizeram com as famílias de Bento (Rodrigues), da Gesteira, do Brasil inteiro”. Com a fala carregada de tristeza e o saudosismo da Gesteira antiga, Vera Lúcia detalha como era a casa e a Escola Municipal Gustavo Capanema onde trabalhou por quase 30 anos. Recorda os planos da família. A filha caçula tinha ingressado recentemente no curso de Direito, em Belo Horizonte. A família intensificou, naquele final de 2015, a produção de “quitandas” para ajudar a manter a filha na capital.

Hermínio Amaro do Nascimento, atualmente morador de Acaiaca, declara-se atingido como garimpeiro. Ele vive da prática do garimpo desde 1986 e, somente na região atingida pela lama, entre os municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Acaiaca, está há mais de 21 anos. A dependência das águas do rio está diretamente relacionada a sua sobrevivência, à manutenção dos provimentos básicos, essenciais para sua família.

Concluindo a série de entrevistas, foi realizada visita à comunidade de Simplício, município de Ponte Nova que faz divisa com a cidade de Barra Longa, localizada próximo ao encontro dos rios Gualaxo do Norte e o Doce. No lugarejo, moram seis famílias conhecidos como os “Doniguites”, que retratam a tragédia como um dos piores acontecimentos que já presenciaram, disseram que “sentiam a terra

abalar” enquanto a lama passava por seus quintais e levava o que encontrava pela frente.

Cabeças gados, porcos, galinhas foram levados, assim como os espaços onde as famílias plantavam suas verduras e legumes e tinham pequenos pomares. Tudo tornou-se improdutivo, nada mais nasce onde a lama passou. Plantações de café que cultivavam há anos, bem como a cana, o capim para o gado, restaram somente uma vegetação seca, pés de fruta como jabuticabas, jacas, mangas, laranjas, mexericas caíram com o passar do tempo, muitas dessas espécies plantadas pelos “antigos” da família, era uma “herança” que eles não têm mais.

Reclamam que a Renova “dá” o “cartão obrigação¹⁵” para uns e para outros não. Que a empresa repassa a silagem de capim para não ter que “alugar pasto”, porém, nem todos são contemplados. As famílias também têm participado das diversas manifestações na busca pelo reconhecimento como famílias atingidas e serem incluídas em todos os benefícios, dos quais “acham” que estão sendo lesadas, excluídas.

5.1 A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB

Após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana, as famílias atingidas não tinham conhecimento da dimensão do problema que estava por vir. Além dos danos ambientais que os afetariam diretamente, tinham que lidar também com as perdas dos entes, bens materiais e de um modo de vida simples do cotidiano do interior de Minas Gerais.

Naquele momento, as famílias eram tomadas por um único sentimento: o da perda. Sentiam que lhes havia retirado o chão. Era tudo lama. Uma atingida definia aqueles dias que seguiram à tarde triste de 05 de novembro de 2015, como se “a vida não tinha mais sentido”.

15“Cartão Obrigação”. O morador refere-se ao pagamento do auxílio financeiro emergencial à população impactada que tenha tido comprometimento de sua renda em razão de interrupção de suas atividades produtivas ou econômicas em decorrência do rompimento, até o restabelecimento das condições para retomada das atividades produtivas ou econômicas. De acordo com a Renova Atualmente são pagos 14.679 auxílios, pessoas titulares ou dependentes assistidas pelo Programa Auxílio Financeiro. E que no mês de janeiro de 2020 tinham sido incluídas mais 293 pessoas. <https://www.fundacaorenova.org/programa/auxilio-financeiro-emergencial/>

A notícia do rompimento correu por todo o país exterior. Com o advento das mídias sociais, em um curto espaço de tempo, o Brasil e o mundo lamentava junto com os atingidos e atingidas as fatalidades decorrentes daquele crime que seguiu seu curso até as águas do Rio Doce e dali ganhou o oceano Atlântico. Em meio a esse mar de lama, chegou o Movimento dos Atingidos por Barragens, ou simplesmente o MAB, para prestar apoio a estas famílias.

Para a maioria dos entrevistados foi de suma importância a atuação do MAB junto à comunidade atingida. Algumas famílias destacam as várias intervenções do Movimento nos momentos de grandes entraves. Sua atuação vem sendo realizada de várias formas como atividades de acampamento com as famílias, participação nas audiências públicas, atividades de formação, articulação de agendas junto a órgãos públicos e mandatos de parlamentares, manifestações em rodovias e em espaços como Câmaras Municipais, Senado, Câmara Federal e Assembleia Legislativa.

Relataram que o MAB trabalhou, inicialmente, com a organização e o modelo de articulação da comunidade, buscando orientá-los quanto à situação que se instavala, alertando para os danos ambientais e os danos sociais, econômicos e culturais. No processo de organização dos trabalhos, as reuniões eram mais frequentes. De acordo com depoimentos, essa é uma das principais preocupações do MAB: a formação e engajamentos de seus membros junto ao Movimento.

Os moradores recordam como se davam esses momentos. As falas a seguir demonstram a relação e o vínculo que se criou entre o Movimento e as famílias:

“...o MAB está com a gente desde o dia 06 de novembro, dia seguinte do rompimento, depois de Deus vem o MAB. Quem tem o cartão (obrigação) é luta do MAB. O empoderamento das famílias se deve ao MAB. Eu saio fazendo palestra a convite do MAB. O MAB ensinou que nós somos sujeitos e protagonistas da nossa própria história...” (Simone)

“...era nas reuniões, nos encontros com a comunidade, momentos de formação, a mobilização com as famílias.” (Eder)

“...estava sempre em reunião com o povo, dava jeito do povo ir para as audiência, (organização das excursões), fomo pra Belo Horizonte, até Brasília, participamos muito.” (Hermínio)

“...funcionava nas reuniões, o pessoal discutia o que precisava, eles têm acompanhado tudo...” (Gema)

A prática se concretiza por meio dos grupos de base formados pelo MAB. O objetivo é fazer com que as famílias atingidas tenham minimamente o entendimento do que se trata de direitos retirados. Na pauta construída coletivamente pelo Movimento e as famílias atingidas, as discussões sobre as construções das casas, vêm ganhando destaque e a falta de respostas, por parte da Fundação Renova, representante das empresas, tem feito com que a organização se concentre mais nesse sentido.

Os entrevistados reafirmam que a Renova, em nada representa os atingidos, citam a Fundação como uma manobra criada para dificultar o acesso das famílias pois, de uma sala com ar condicionado, não dá para entender os anseios de quem perdeu tudo. De acordo com parte dos entrevistados, a Renova não aceita a participação, o envolvimento do MAB quanto movimento que acompanha e apoia as famílias na busca por seus direitos.

No avanço das discussões, avaliam como imprescindível o acompanhamento do Movimento. Além do acompanhamento sistemático, foi o MAB que atentou para a real situação. Parte das famílias entrevistadas alega que não tinham a noção e nem sabiam mensurar os danos causados pelo crime.

5.1.1. O MAB junto às famílias atingidas pela lama de fundão

Desde o dia 05 de novembro de 2015, o MAB tem dedicado grande esforço no trabalho de organização junto das famílias atingidas. Lideranças do Movimento se instalaram por toda região e, desde o rompimento da barragem, atuam junto dos atingidos e outras parcerias como, por exemplo, a Arquidiocese de Mariana.

Um problema apontado pelo MAB é o nível de desinformação que a população se encontra. Na opinião do Movimento, configura mais uma sequência de violação de direitos. Segundo o Movimento, a Samarco tinha, em 2015, cerca de 400 agentes trabalhando na extensão da região do Rio Doce. A atuação dos profissionais da empresa era o de cumprir principalmente o papel de impedir que a população se organizasse de forma autônoma. Em meio a todo um cenário se

apresentava de forma conturbada, o MAB destaca que os governos tinham uma atuação desarticulada.

Face as dificuldades postas, o MAB ainda enfrenta o desafio de implementar um trabalho permanente, de manter organização com as famílias atingidas, de modo que todos se unam em busca de enfrentamento para as soluções. Entende que o fracionamento enfraquece as reivindicações apresentadas para atender ao coletivo. Para isso o MAB busca denunciar as situações e informar a população atingida, sobre os andamentos das decisões. Permanece com o modelo de reunião das lideranças, organiza e garante a plena participação dos atingidos em todos os espaços de discussão e deliberação dos processos.

Dos obstáculos vivenciados pelo MAB, Guedes (2008), observa que as atividades tendem a ser de um modo padronizado e que ainda ficam restritas a uma instância privilegiada que preza pela articulação de estratégias.

A despeito de sua existência formal como organização responsável pela luta dos atingidos em todo o país, as dificuldades do MAB no sentido de viabilizar a unificação das lutas são bastante significativas. Nesse sentido, lançamos aqui uma hipótese que exigirá o desenvolvimento de investigações ulteriores: os cursos de formação parecem ser, assim, uma instância privilegiada para a promoção de estratégias que estimulem essa unificação, através de uma padronização das formas de luta e organização coletiva. (GUEDES, 2008 p. 17).

O MAB acredita que ainda terá dias difíceis pela frente e que, certamente, será um longo período de trabalho, de organização e de luta coletiva. Dirigentes do Movimento afirmam que é preciso agir com cautela, sabedoria e solidariedade, como forma de apoio aos atingidos e a todas às pessoas e organizações aliadas.

5.2. FAMÍLIAS ATINGIDAS PELOS REJEITOS DA SAMARCO EM MARIANA: NO CURSO DA LAMA HISTÓRIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIA!

Passamos a narrar histórias contadas pelas famílias atingidas pela lama de rejeitos. São falas de revolta dada a lentidão com as tomadas de providências. Recordam da vida que levavam, do convívio comunitário e das relações que mantinham. Lembranças do lugar onde construíram suas vidas e até então, tinham planos que, de acordo com alguns, a “lama os levou”.

Da vida que levavam em Mariana, Barra Longa ou Gesteira, há quase uma unanimidade dos atingidos em afirmar que era tranquila, simples, com hábitos e costumes típicos do interior mineiro. Palavras como “lugar tranquilo”, “lugar de paz” e de “gente conhecida” foram recorrentes nos depoimentos. Os atingidos foram levados para os centros urbanos e a referência de origem se perdeu, a partir do momento em que o vínculo social/comunitário foi rompido.

5.3 A VIDA, A CASA E A IMAGEM DO LUGAR QUE FICOU

“...a gente era praticamente uma família, jogava bola junto. A gente via que era um povo feliz... depois do crime não temos mais a mesma felicidade... o povo está contaminado pela lama da empresa” Eder Felipe da Silva – Morador de Barra Longa)



Imagem da Igreja de N. Srª da Conceição em Gesteira, comunidade rural do município de Barra Longa/MG. Foto tirada dias após o rompimento da Barragem de Fundão em novembro de 2015. Crédito Ong Justiça Global

As famílias falam com saudades do lugar onde escolheram para morar, do tempo que levaram para edificar o que almejavam. Ao lembrar da casa que levaria mais de dez anos para construir, Dona Edna da Consolação, chora. No mar de lama, foram as criações que a família tinha, como por exemplo, vacas que forneciam o leite para o consumo e que também era vendido para um laticínio, a plantação de mandioca, a horta, enfim, o fruto de todo um trabalho.

Nas lembranças de Dona Gema Marisa Batista, estão guardados os momentos das festas tradicionais da antiga Gesteira, a sua infância e os estudos do primário na Escola Municipal Gustavo Capanema, a boa vizinhança, os amigos e de quando, na adolescência, passou a cuidar das roupas da capela de Nossa Senhora da Conceição, construída de acordo com os relatos nos idos de 1700. Dona Gema, muda o semblante quando recorda que o pai era um dos zeladores da antiga igreja.

Declaração não muito diferente de dona Vera Lúcia Aleixo Silva, que viveu até os 60 anos com a família na comunidade e que, segundo ela, era animada, aconchegante e festiva. Fala de Gesteira com saudades, do adro da Igreja onde foram realizadas festas, da parte de cima da comunidade que era calçada com pedras tipo pé-de-moleque e as demais ruas de terra batida e ainda de uma parte gramada que era muito bem cuidada pelas famílias. *“... morei lá mais de 60 anos. A lama me fez o favor de me tirar de lá num piscar de olhos... vi a lama levando minha casa, levando tudo...”*, disse Vera Lúcia.

As lembranças são as mais diversas. Relatam que depois da passagem da lama, a economia foi atingida drasticamente, principalmente, a de subsistência e dos meeiros, que trabalhavam com contratos firmados com pequenos proprietários.

O conjunto de casas que compunham os locais atingidos, objeto de estudo desse trabalho, era formado por imóveis com grande número de cômodos. Gema Marisa Batista detalha que sua antiga casa, com sete cômodos, era de seus pais que criaram dez filhos. Nos fundos, tinham pés de laranja, manga, pitanga e caqui. A casa da infância de Vera também era consideravelmente grande. Ela morava com os pais, os oito filhos e agregados. *“...o terreno, a casa era grande ...no quintal tinha caqui, laranja, manga...”*, lembra.

No que se refere ao complemento da renda da família, anterior ao rompimento, observa-se, a partir dos relatos, que as famílias, além do cultivo da terra e da criação de pequenos animais, pescarias e garimpo, dedicavam-se a práticas de venda de mercadorias e prestação de pequenos serviços.

Simone Silva, disse que sua avó, já falecida, revendia produtos como panos de prato, colchas e roupas de cama. Dona Vera, nas horas vagas, como servente escolar, complementava a renda da família fazendo doces e quitandas, trabalhando também como cabeleireira, o que ajudava nos estudos da filha, na época cursando Direito, em Belo Horizonte. Mas o que de fato evidencia é a relação com a terra e com o rio.

Nos trechos dos relatos a seguir há um consenso de que a vida antes era bem melhor do que a atual.

“A vida era melhor, a terra era boa, era fértil, tinha o garimpo. Aqui nós perdemos muitas oportunidades, o que nós recebemos aqui são migalhas, esmola.” (Vera)

“Lá era muito bom, lá a gente tinha mais serviço pra poder trabalhar, a gente podia tira ouro no rio, o garimpo era muito bom, ainda tinha as plantações, o roçado, coisa boa mesmo, são as lembrança que tenho de lá.” (Herminio)

“A vida nossa era o seguinte: trabalhar na roça. Lá trabalhava mais perto de casa, aqui mais longe. Engordava o capado (criação de suínos), já cheguei a engordar até doze capados, que dava até pra vender. Tirava pedra (pedra para construção), tirava areia do rio, pescava bastante, lenha tinha muito também, tinha tudo à vontade.” (Joel)

Quando questionados sobre as possíveis mudanças que tiveram relação direta na economia das famílias, os depoimentos traduzem os dilemas e os conflitos pós-rompimento. Simone diz que mudou tudo. “Antes tinha produção de pimenta, peixe, biscoito, broa, verduras e legumes, pra comer e pra vender, hoje tudo isso é comprado, e sem saber a procedência”, diz ela, ressaltando que não compra de qualquer um, pois tem o medo de o produto estar contaminado.

A moradora de Barra Longa sinaliza para o aumento do número de pessoas da cidade que passaram a buscar atendimento com benefícios eventuais como cesta básica junto ao poder público e entidades. Os relatos salientam que comércios fecharam as portas, que houve queda na venda dos produtos das hortas, além das falas repetidas do receio das procedências dos produtos.

O leite, que era produzido na pequena propriedade não existe mais. A pastagem ficou devastada pela lama. Edna reclama que agora precisa comprar o leite e que, esse tipo de perda, de acordo com parte dos entrevistados, a empresa não reconhece. Sem ter como cultivar, a renda das famílias diminuiu e aumentou o número de pessoas doentes, devido à ociosidade que antes não existia.

Há casos que, além da perda, os atingidos tiveram que vender cabeças de gado, entre outros animais, porque não tinham local para pastagem. Também

houve a possibilidade de aluguel de espaços pagos pela empresa ou o repasse da silagem, mas dada algumas especificidades do local, os benefícios não atendiam.

As águas dos rios tomadas pela lama também, de forma significativa, interferiram na economia, mesmo daquelas pessoas que não tiveram suas propriedades atingidas ou levadas, mas que dependiam dos rios para sobrevivência.

Por mais que não se reconheçam atividades como o garimpo e a pesca, famílias inteiras, há anos, tiraram seu sustento das águas dos rios que banham a região atingida. De acordo com Hermínio, garimpeiro há mais de 30 anos, os casos são tratados como de polícia pela Renova.

A partir dos relatos, podemos avaliar que as demandas a serem providas pelo poder público tiveram mudanças, considerando que passaram a atender solicitações antes supridas pelo trabalho das famílias ou pessoas atingidas.

“... a gente vê que aumentou muito o número de pessoas que passou a pedir cesta básica aqui depois do crime..” (Simone)

“...tirou muita atividade aqui, comércio fechado, diminuiu a venda de verduras, diz que pode tá contaminada, atingiu em geral toda população... (Éder)

“.. a gente produzia o leite para o consumo e o resto a gente vendia, a gente hoje compra o super litro (pet de plástico, embalagem para transportar o leite) por R\$ 6,00 (seis reais), muito caro, e a gente não sabe se é um leite bom, prefiro usar leite de caixinha mesmo, envenenado...” (Edna)

“...a Renova, a Samarco chamam a polícia do meio ambiente quando encontram uma base de trabalho dos garimpeiros, dizem que é ilegal”... (Hermínio)

Após o rompimento da Barragem de Fundão, os moradores foram obrigados a mudarem suas rotinas. Registra-se o aumento do número de pessoas desempregadas. São retireiros (que trabalham tirando leite), caseiros, profissionais que, na maioria dos casos, tornaram-se invisíveis e desconhecidos e que não tiveram mais oportunidades de emprego. Na rotina, passou a ser incluída idas em atendimentos psicológicos e muitos passaram a viver de “bicos” que não garantem vínculo empregatício.

Os atingidos perderam sua condição de sujeitos portadores de direitos e acabaram expostos à própria sorte, orfãos de uma cidadania que lhes são negada, o

que se comprova a partir das falas que relatam que, além de terem sido retirados, perderam muito ou tudo do que possuíam e não tiveram seus direitos reconhecidos e suas perdas restituídas.

Das perdas, nem tudo pode ser mensurado, nem tudo passa necessariamente pelo campo do direito, agora faz parte do campo das lembranças, das histórias que não têm mais como serem contadas sem falar das cicatrizes deixadas pela lama.

São lembranças como as do Sr. Joel, que se recorda do terreno da família banhado aos fundos pelas águas do Rio Gualaxo do Norte ou do imaginário de Dona Gema, do grupo escolar onde estudou e da construção nova que deu lugar a antiga casa de madeira ou ainda das recrdações de Dona Vera que disse que, às vezes, acha que nada disso aconteceu, que saiu para uma viagem e que, quando voltar, tudo vai estar como sempre esteve.

Poderia resumir ainda numa passagem pela casa dos avós de Simone que disse que além dos bens, a lama levou história, registros dos momentos da família como o álbum de fotografias que guardava fotos de sua infância e o registro da festa de 78 anos da avó, última festa que reuniu toda a família.

O sentimento de expulsão do lugar onde moravam é comum nas falas dos atingidos, o lugar é dado como extinto para muitos dos entrevistados, em seu relato Simone afirma que depois do crime, a Gesteira de Baixo e a Gesteira de Cima, acabaram. O fato de as famílias terem sido remanejadas para Mariana e outras cidades, colocou fim a uma vida de comunidade, um convívio estabelecido há anos com vínculos que se fortaleciam entre as famílias que passaram por várias gerações.

Na comunidade de Morro Vermelho, adjacente a Gesteira, a entrevistada lembra que, após 05 de novembro de 2015, cinco pessoas já morreram, dessas, três eram membros de uma mesma família, a avó, dois tios e dois sobrinhos.

Quando tratados os casos mais específicos dos impactos causados pela lama, Hermínio retrata, no caso dos garimpeiros, que muitos estão até hoje sem fonte de renda, sem oportunidades de trabalho. Ele fala da forma como continuam sendo ignorados pela empresa e órgãos públicos.

“... a grande maioria dos garimpeiros atingidos estão parados, sem fazer praticamente nada. Alguns não recebem o cartão

(benefício pago pela empresa). Só dois que eu conheço, que receberam os equipamentos que perderam, levados pela lama no dia (materiais usados no garimpo). Motor, balssa. Est numa comissão que foi formada há pouco tempo, uma comissão de atingidos pra ir nas reuniões com o Ministério Público, com a Renova, sou representante de Acaiaca e Barra Longa nessa comissão.” (Hermínio)

“... o crime acabou com Gesteira de Baixo e Gesteira de Cima. Na comunidade de Morro Vermelho já morreram cinco pessoas da mesma família depois do crime, é avó com tios e sobrinhos, muita tristeza” (Simone)

A relação dos moradores com o antigo lugar, seja Bento Rodrigues ou Gesteira, são expressões carregadas de sentimentos de perda que não entram nas relações dos bens que podem ser ressarcidos. As lembranças são desde a casa que construíram ou que moraram por muitos anos, passando pela escola que frequentaram ou que trabalharam e as tradicionais festas religiosas que aconteciam todos os anos, durante décadas.

Em Gesteira, o cemitério não foi atingido, ao contrário da Igreja de Nossa Senhora da Conceição que, de acordo com relatos dos antigos moradores, era uma construção dos anos de 1.700. O templo acolhia a imagem de Nossa Senhora da Conceição que, segundo alguns entrevistados, é toda talhada em madeira e, possivelmente, mais antiga que a própria Igreja. Simone disse achar que a imagem foi mandada, não sabendo o destino, para ser restaurada. A Igreja foi invadida pela lama que não chegou a destruí-la, mas sua estrutura pode estar comprometida.

Das falas dos moradores da antiga Gesteira, fica evidente o quanto a comunidade valoriza a imagem da Santa. Muitas histórias são contadas, porém, a que mais se repete, é a de que a imagem foi adquirida por um fazendeiro que, à época, não queria que seus escravos frequentassem a capela da família e mandou construir uma outra (não a existente hoje) para acomodar a Santa.

A maioria dos entrevistados afirmou professar a fé católica, somente uma das entrevistadas disse ser da Igreja Presbiteriana Renovada. Nesse aspecto, as recordações sobre as manifestações religiosas ligadas à Igreja Católica, ganham destaques nas falas. Atividades essas que podem ser entendidas também como expressões da cultura local, como encontros de cavaleiros, de gupos de congadas e de bandas das cidades vizinhas. Muitos retrataram a “Festa da Santa”, Festa da Padroeira de Gesteira e de Nossa Senhora da Conceição como as maiores atrações do lugar.

Lembram com carinho das festas juninas e das quadrilhas que eram organizadas pelos moradores mais antigos. Recordam da Folia de Reis que vinha de Barretos, uma comunidade próxima. Dona Gema recorda que nas festas do mês de Maria, mês de maio, eram escolhidas sempre três famílias, eram “os festeiros”, pessoas que ficavam responsáveis por preparar a novena e pedir as prendas que iriam para as barraquinhas.

Era o período de coroações, no mês de maio, as meninas coroavam Nossa Senhora e, em junho, os meninos coroavam a imagem de Jesus, mês dedicado ao Sagrado Coração de Jesus. Vera lembra das festividades da cavalgada da lua cheia que já não existia mais até o rompimento da barragem, porém, ainda se mantém viva em suas recordações.

“... a festa era feita por três festeiros, famílias que tomavam conta das prendas, das barraquinhas, olhava as coroações das meninas e dos meninos no mês de junho...” (Gema)

“...os grupos de oração, tudo que atividade religiosa foi afetada depois do crime da lama...” (Éder)

“... a festa da Santa (Festa de Nossa Senhora da Conceição), a quadrilha que os moradores antigos faziam, tinha as coroações, vinha até Folia de Reis lá de Barretos (comunidade próxima).....(Simone)

Muitos dos espaços usados para as práticas religiosas e/ou culturais foram levados pela lama, a exemplo do campo de futebol, do salão paroquial que compunha a Igreja e a parte de baixo do povoado de Gesteira. Acreditam que, se for dada continuidade nas festividades, elas não terão o mesmo sentido, o mesmo brilho como antigamente.

O que ainda de certa forma prossegue, conforme alguns dos entrevistados, é a Festa da Padroeira, realizada por algumas famílias que permanecem em Gesteira. O que foi, durante muitos anos, palco de encontros dos antigos moradores, agora é uma festividade esvaziada.

“... a festa de Nossa Senhora da Conceição, que é a Padroeira tá dando continuidade, pouquinho gente mas está, nem cavalgada tem mais...” (Vera)

“...tem ainda, mas perdeu muito, não é do mesmo jeito, a igreja tá tancrada, onde era a festa, ela tá comprometida...” (Gema)

“...muitas coisas não vai voltar mais como era antes não...” (Edna)

Ao buscar compreender como as famílias avaliam a demora nos encaminhamentos às demandas que seguem desde 05 de novembro de 2015, observa-se o quanto elas sentem a necessidade de serem ouvidas. Nota-se o quanto estão desacreditadas dos órgãos públicos, com raras exceções.

Em seu depoimento, que mais parece um desabafo, Hermínio aponta o desrespeito da Renova, “das conversas, das enrolações, não cumpre o que promete”. Reclama que não há, por parte da representante das empresas, a iniciativa de procurar pelos atingidos e que isso só se manifesta quando é provocada.

Repetidos casos de omissões são relacionados pelos atingidos, principalmente, a falta de agilidade nas pautas que, no entedimento dos mesmos, mereciam mais atenção por parte da representante. Destacam uma certa frieza nos atendimentos feitos pelos técnicos prestadores de serviço. Para D. Vera é uma forma de desrespeito. Ela acredita que querem tirar da comunidade, das famílias, o direito de buscar o reconhecimento dos danos causados.

Em meio à relação conflituosa estabelecida, num cenário onde se encontram atingidos e representantes das empresas responsáveis pelo crime, há pessoas que tratam a situação como falta de amor que, do pouco que foi feito, ainda tem muito para ser reconhecido. Há quem fala que não se resume somente no ressarcimento monetário ou na reposição de bens. Há uma grande falta de consideração às questões inerentes ao ser humano, às pessoas quanto sujeitos de uma história que foi levada pela lama e que, daqui pra frente, só será conhecida por meio de histórias ou das poucas fotografias que restaram.

“Demora em cumprir os prazos, são quase quatro anos”, reclama o Sr. Joel que, igual a tantos outros, mora em uma casa alugada pela Renova em Mariana e aguarda o reassentamento. Muitas famílias atingidas ainda precisam comprovar em alguns aspectos que eram moradores das localidades atingidas, que dependiam, direta ou indiretamente, das águas dos rios contaminados pelos rejeitos da lama.

Algumas famílias entrevistadas informaram que os aluguéis das casas que ocupam são pagos pela empresa. Todas as famílias que contribuíram com esta pesquisa e que tiveram que deixar o lugar onde moravam, contaram sobre o pagamento dos aluguéis, cujos valores variam de R\$ 800,00 a R\$ 1.300,00.

Algumas famílias passaram a contar com o repasse do benefício do cartão que é uma espécie de compensação das perdas que tiveram em suas rendas. No grupo de entrevistados há os que se solidarizam com os que não foram contemplados com o benefício. O caso do atingido Éder, que ressalta que foi reconhecido como produtor, sua atividade como garimpeiro não foi aceita pela Renova e os R\$ 20 mil pagos como “antecipação”, não cobre o custo de tudo que perdeu.

No entendimento de Simone, há uma inversão dos valores quanto aos critérios adotados pela empresa para reconhecer os direitos dos atingidos e atingidas. A vítima é tratada como bandido. “O bandido é que é o bom”, dispara a líder que se orgulha de ter se juntado ao MAB na luta pelo reconhecimento de direitos.

Elenca os órgãos e pessoas que entende também serem responsáveis pela lentidão da condução do processo de reconhecimento e de reassentamento das famílias. Chama atenção do poder público e não vê com “bons olhos” a postura do chefe do Executivo Municipal e a atuação da maioria dos representantes do Poder Legislativo. “Estão todos do lado da empresa”, diz Simone que apontando que, neste sentido, sente-se mais amparada pela equipe de assessores da Aedas.

“... desrespeito da Renova, não cumpre os prometidos, não repara os danos, não paga ninguém. Ela não contrata ninguém da cidade pra trabalhar pra ela, só toma atitude quando é provocada...” (Hermínio)

“... o desrespeito é muito grande, tudo muito devagar, não toma uma atitude pra atender a gente com mais rapidez, é uma frieza pra tratar a gente, a comunidade é desrespeitada, quando apresenta pra empresa uma lista de atingidos e a empresa não considera, diz que tem que ser levada para uma lista de ponto de estudo...” (Vera)

“...pra mim além de desrespeito tem falta de amor, não é só pagar e pronto, é muita falta de consideração com o ser humano, o que o dinheiro puder pagar eles pagam, é muita ganância...” (Gema)

“...demora pra cumprir o que foi prometido, quatro anos não é quatro meses, já deu tempo suficiente, não só para assentar quem precisa mas pra idenizar também...” (Edna)

“...eles reconhecem uns outros não, se reconhece como proprietário de terra ou o que for, não reconhece a gente como pescador, nem como garimpeiro, a gente fica sem entender qual que é a regra deles...” (Eder)

“...eu vim pro MAB, me tornei militante, a vítima é tratada como bandido e o bandido é tratado como vítima...” (Simone)

Todos(as) os(as) entrevistados(as) são unânimes em descreverem o episódio de 05 de novembro de 2015 como “crime” e culpabilizam também a Renova quanto assessoria responsável na interlocução junto aos atingidos. Criticam ainda as instâncias do Poder Judiciário que, no entendimento de alguns, não está dando devida atenção aos problemas com os quais as famílias passaram a conviver a partir do rompimento da barragem. Falam de morosidade, da dificuldade de acesso, de um diálogo junto aos representantes do Poder que parece estar além das possibilidades já que as informações nem sempre chegam aos atingidos de forma esclarecedora.

Após ter sido diretamente atingida, Simone diz que acompanha os andamentos dos trâmites judiciais que correm na 12ª Vara Criminal, em Belo Horizonte, e outros temas são tratados na Justiça Federal, em Ponte Nova. Ela diz ser árdua a busca por reconhecimentos e a condenação dos culpados pelo crime e comentou sobre uma agenda, em Brasília, na Procuradoria Geral da República, com a Procuradora Raquel Dodge, na pauta em 28 de janeiro de 2019. Na ocasião, tratou da demora dos encaminhamentos jurídicos e, no momento mais que oportuno, abordou também o crime que estava recém-ocorrido, em Brumadinho/MG.

A entrevistada destaca que a agenda foi uma articulação do MAB e de deputados federais que acompanham, desde o início, o drama das famílias e sensibilizam com a causa. Na oportunidade, foi possível o encontro com a juíza Ivana Farina Navarrete Pena da Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva da PGR. A ida a Brasília, na avaliação da militante, foi para além das expectativas. Rendeu ainda uma ida ao Senado e uma fala na Tribuna da Casa, “lavei minha alma, falei tudo o que eu queria e o que eu achava que eles precisavam ouvir”.

Da espera postergada pela justiça, as famílias atingidas fazem diversas avaliações. É quase consenso afirmar da lentidão da condução dos casos. Frases

como “ninguém preso” e “os criminosos não estão na cadeia” são repetidas por muitos dos entrevistados. Há quem questione se há “lei” para empresa responsável pelos danos. Retomam os casos de pessoas que morreram e não tiveram o direito de retornarem para uma casa que fosse deles. “Dona Maria Geralda morreu esperando isso”, recorda Eder.

Já Gema Marisa “acha” que adiantou um pouco, mas destaca que, em outros aspectos, como o do reassentamento, por exemplo, poderia ter avançado mais. Retoma também os casos de que alguns são contemplados com certos benefícios ou reconhecimentos enquanto outros não. Ela coloca em cheque os critérios adotados pela Renova de identificação dos direitos das famílias atingidas.

Vera Lúcia aponta o empenho do Promotor de Justiça, Dr. Helder (Magno da Silva), para garantir os direitos dos atingidos. Segundo ela, da antiga Gesteira, o promotor “tem brigado muito pelos atingidos, ele é um leão, vejo a atuação dele”. O garimpeiro Hermínio, fala que justiça não está sendo feita e entende que deveria ter “alguém” para obrigar a Samarco a cumprir o que é dever dela. Disse que tem acompanhado as reuniões quando é com a participação do Ministério Público e que a Renova “é pressionada”, mas não cumpre o que é definido. Enquanto isso “a lata de muitas famílias segue vazia, preocupação com os filhos na escola..., lamentou ele”.

Na tentativa de compreensão das dificuldades vividas pelas famílias atingidas pela lama de rejeitos, são muitos pontos elencados, entre eles, o aumento do desemprego, a mudança para outros locais, a saúde e a água consumida pela maioria das famílias e que, muitos acreditam estar contaminada por metais deixados pela lama.

A contaminação em seus diversos aspectos, além da água, da morte da fauna e da flora é vista pelos entrevistados como algo que incomoda. “É irreparável”, diz um dos moradores em seu depoimento, acrescentando que “a lama se foi, mas os rastros deixados por ela vão seguir deixando marcas”.

Simone afirma que os dois filhos adquiriram problemas de saúde, contaminados pelo consumo da água e a poeira da lama que a cidade de Barra Longa ainda respira. De acordo com ela, a Prefeitura fez a troca do piso e do calçamento de sua rua com materiais que foram feitos com os rejeitos da lama. A base para a pavimentação foi com terra retirada do Parque de Exposições onde foi depositado o material retirado das ruas quando da inundação pela lama.

Seus filhos fizeram exames em São Paulo para identificar qual seria a origem dos problemas de saúde e, de acordo com os resultados dos exames, eles foram contaminados por metais como arsênio, níquel e chumbo no organismo. Seu filho mais velho desenvolveu ainda um quadro “depressivo” e, segundo a mãe, não sai de casa e tem dificuldade de conviver socialmente. Já a filha de quatro anos necessita fazer acompanhamento sistemático de monitoramento para o tratamento de saúde e não há, por parte da equipe médica, uma previsão de suspensão do atendimento que feito em São Paulo.

“...principal eu acho, seria reparar os erros, pelo menos o auxílio, já tem mais de três anos, tem gente rica aí da cidade que não precisa e está recebendo do tal cartão, o obrigação, e nós com dificuldade de manter as latas cheia...” (Hermínio)

“...o problema principal é a saúde, é mais importante que uma casa, é mais que tudo que perdi...” (Vera)

“...acho que é a construção das casas, é muito sofrimento, a gente lutou muito pra ver tudo assim levado num minuto...” (Gema)

“...o assentamento é o problema mais urgente, é isso que tá pegando...” (Joel)

“...eu acho que não é nem as indenizações, acho que é reconhecer que a população está contaminada de metal pesado...” (Eder)



*Toda a família de Simone passou a apresentar problemas de saúde após a chegada da lama, mas apenas a filha mais nova pode ser tratada na rede particular Imagem: Camilla Vergas Mota/BBC Brasil. Reportagem UOL (Lama com rejeito percorreu mais de 600 km; na imagem acima, Gesteira, distrito rural de Barra Longa soterrado pela avalanche **Camilla Veras Mota Da BBC Brasil em São Paulo** 26/03/2018 13h12)*

5.4. EXPECTATIVAS POR DIAS MELHORES

Quanto às motivações e às expectativas para um futuro próximo, as famílias carregam um sentimento muito forte de esperança. Observa-se que muitos acreditam na instituição Estado como garantidor de direitos e que a justiça tão esperada virá, mesmo que à conta-gotas.

Nos depoimentos, o sentimento é de que os danos sejam reparados, dada a particularidade para cada situação, mas que todos sejam atendidos em suas demandas e necessidades. “É o sonho de uma Barra Longa melhor, uma Mariana, feliz!”, destaca Eder, quando descreve suas expectativas de dias melhores.

À espera do reassentamento, Dona Edina fala que já foi tempo demais para pouco ou nada ser solucionado e que gostaria que as informações fossem repassadas de forma mais precisa, pois muitas informações ficam subtendidas. Dona Gema fala que seu sonho é ver a entrega das casas e a comunidade reunida novamente. O mesmo sentimento tem dona Vera que vê que o reassentamento pode trazer de volta a convivência e o fortalecimento dos vínculos comunitários arrastados pela lama.

Em meio ainda a um futuro incerto, marcado por reivindicações e enfrentamentos travados junto às empresas e sua representante, a Renova, há quem não sonha com mudanças, pelo menos num curto ou médio prazo. Hermínio se diz sem expectativas e alega que já foram várias reuniões, encontros e que, com a Renova, “tudo volta a estaca zero”.

Face aos desafios postos, as famílias seguem organizadas com o apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens e com o suporte dado pela equipe de assessores da AEDAS. Eles reconhecem que ainda há um longo trajeto a ser percorrido mas é que é necessário resistir. Com tantas pendências no que se refere ao rompimento da Barragem de Fundão, a espera, desde novembro de 2015, parece , uma eternidade, tempo demais para que a vida tome seu curso.

Nesse trajeto, também acontece a tragédia no Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG e, as famílias atingidas pela barragem de Fundão em Mariana, além de solidarizar com as vítimas de Brumadinho, entendem que deve ser uma luta unificada. Que é preciso resistir contra os empreendimentos de barragens espalhadas em diversas regiões do estado de Minas Gerais e em outros estados brasileiros.

6 NOVO CRIME, AGORA EM BRUMADINHO

No dia 25 de janeiro de 2019, o episódio de devastação causada pela lama se repete em outra cidade do interior de Minas Gerais, dessa vez em Brumadinho, a 62,6 km da capital Belo Horizonte, pela BR-381. A barragem se localizava na comunidade do Córrego do Feijão, zona rural daquele município. O rompimento da barragem, contendo resíduos químicos da mineradora Vale, teve proporções ainda maiores do ocorrido em Mariana.

Entre as pessoas que perderam a vida, estavam trabalhadores e trabalhadoras da própria empresa, moradores do Córrego de Feijão e turistas que estavam hospedados em uma pousada local. A lama de rejeitos, da mesma forma como em Mariana, passou destruindo estruturas edificadas, contaminando o meio ambiente e separando para sempre pessoas umas das outras.

De acordo com a matéria do Jornal Folha de São Paulo, do dia 02 de março de 2019, o presidente da mineradora, Fábio Schvartsman, juntamente com mais três diretores, foram afastados dos cargos naquela mesma data. As alegações, ainda no início do mês março, eram de que ainda não se sabiam das causas do rompimento da barragem.

A reportagem fala que as Polícias Federal e Civil já tinham instalado inquéritos para que se pudessem apurar os crimes ambientais e os crimes cometidos contra a vida das pessoas mortas pela lama. O procedimento de instauração do inquérito tem como objetivo abrir investigação para se apurar de quem seria a autoria e a materialidade do crime. Cumpre-se ainda o recolhimento de documentos que servirão para compor os autos processuais e culminar com interrogatórios e eventuais buscas.

O curso da lama que atingiu Brumadinho passou pela Serra dos Dois Irmãos, onde se encontra um trecho de Mata Atlântica, e seguiu pelo rio Paraopeba, responsável pelo abastecimento de uma parte da região metropolitana de BH, e desaguou no rio São Francisco. Para fazer esse trajeto, a lama passou pela Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo e, esperava-se que a usina reduziria a quantidade de lama no Rio São Francisco, conforme apontou a análise feita à época pela Fundação “SOS Mata Atlântica” matéria que veiculou pela TV Integração¹⁶.

A tragédia de Brumadinho aconteceu enquanto elaborávamos este trabalho. Histórias muito parecidas com as de Mariana se repetiram e os números da tragédia vieram em proporções maiores. Ao entrarmos na fase final, o episódio de Brumadinho já se completava seis meses. A cidade que era sede de atrações turísticas continua a conviver com o luto, o medo e a incerteza sobre o número de pessoas ainda não encontradas.

Até o momento, os números indicam 248 mortos pelo rompimento da barragem. Outras 22 pessoas seguem desaparecidas e/ou não identificadas. O

¹⁶Análise feita nesta terça-feira (05) indica que os rejeitos já percorreram 150 Km. Preocupação é que resíduos cheguem até o Rio São Francisco. Ver em: <https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2019/02/06/rejeitos-de-lama-devem-chegar-a-hidreletrica-retiro-baixo-em-pompeu-ainda-esta-semana.ghtml>

Movimento de Atingidos por Barragens organizou com as famílias e a comunidade local atos que lembraram os mortos pela lama e cobranças pelos desaparecidos. Faixas e cartazes traziam frases estampadas em vários pontos da cidade, recados como o “O lucro não vale a vida”.

A reportagem do Portal do G1, de 29 de janeiro de 2019, cita que a Pousada Nova Estância desapareceu levada pela lama. O estabelecimento era até então um dos mais procurados da região e frequentado por pessoas que vinham de diversas partes do país. A vegetação no entorno também ficou completamente destruída.

Após o rompimento da barragem no Córrego do Feijão, cerca de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos vazaram e inundaram toda a região. A destruição, além das mortes, provocou também grave desastre ambiental. Segundo o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) e a Agência Nacional de Mineração (ANM) a barragem que se rompeu tinha a maior classe da legislação, ou seja, de grande potencial poluidor. No entanto, estava inativa e não recebia rejeitos desde 2015.

De acordo com a Vale, estava em desenvolvimento o projeto de retirada de todos os rejeitos contidos na barragem e a recuperação da área ambiental. Com o rompimento, três das outras seis barragens foram atingidas pelo rejeito que vazou, sendo que somente a Barragem VI sofreu impacto e está sendo monitorada em tempo real.



Bombeiros e brigadistas trabalham na escavação em busca de 2 ônibus, no 5º dia de buscas por vítimas em Brumadinho — Foto: Fábio Barros/Agência F8/Estadão Conteúdo

Para condução dos trabalhos em Brumadinho foi criado, no dia 27 de janeiro de 2019, dois dias após o rompimento da barragem, o Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apuração. Conforme divulgado pelo Jornal O Globo, em edição do dia 22 de julho de 2019, o Comitê não havia conseguido ainda apresentar resultados que indicassem, com mais exatidão, as falhas de gestão no sistema de segurança da empresa que controlava a barragem.

Desde então, a empresa tornou-se alvo de queixas e de falta de transparência por parte de representantes das famílias de vítimas. Ainda de acordo com o Jornal, a Vale também é questionada por investidores que entraram com ações nos EUA e, também no Brasil, contra a empresa, por causa do impacto financeiro.

Além do Comitê, instituído como principal responsável para atuar na apuração das causas do acidente, a empresa informa que outros grupos também foram criados com a função de propor iniciativas para reduzir danos à comunidade atingida. Uma das funções do Comitê é atuar com agilidade para solução ou encaminhamento das pendências, como o pagamento de indenizações às famílias das vítimas. Propõe ainda a colaborar na coordenação da execução dos trabalhos desenvolvidos por cerca de 400 funcionários da empresa, deslocados para a atuação em Minas Gerais, palco da segunda catástrofe ambiental e social em menos de quatro anos.

O Jornal O Globo cita que, em nota, a Vale alega que “o Comitê vem, desde sua instauração, realizando diversas atividades de investigação” e que “tem interagido com as autoridades responsáveis por outras investigações”¹⁷. Depois do rompimento da barragem em Brumadinho, a Vale acabou por promover mudanças em sua estrutura de gestão. Com a saída do então presidente Fabio Schvartsman, Eduardo Bartolomeo assumiu com o desafio de recuperar a credibilidade da empresa no mercado econômico. Uma das mudanças foi a criação da Diretoria de Reparação e Desenvolvimento para intervir na série de problemas e consequências pós-rompimento da Barragem, no Córrego do Feijão.

A matéria veiculada pelo Jornal O Globo, de 22 de julho de 2019, destaca que a Vale informou o fechamento de acordos definitivos para as indenizações individuais e trabalhistas. Os acordos envolvem cerca de mais de cem mil pessoas e, entre as etapas de serviços, as prioridades são para as obras de remoção dos

¹⁷Famíliares de vítimas da tragédia cobram mais transparência da empresa, que foi obrigada a reformular sua gestão e registrou prejuízo bilionário. Ver em: <https://oglobo.globo.com/brasil/seis-meses-depois-do-desastre-de-brumadinho-comites-internos-de-apuracao-da-vale-ainda-nao-apresentaram-resultados-23823247>

rejeitos e de recuperação ambiental na região atingida. O Jornal O Globo, em sua matéria que trata os seis meses do rompimento da barragem em Brumadinho, trazia ainda a informação de que familiares de vítimas diziam não terem tido contato com nenhum representante desses grupos até aquela data.

A empresa alega que fez repasses à Prefeitura de Brumadinho e a alguns órgãos públicos estaduais, não deixando explícito quais estariam ligados ao governo do Estado de Minas Gerais e seriam os destinatários dos repasses. Seguindo a metodologia utilizada em Mariana, com o rompimento da Barragem de Fundão, em novembro de 2015, a empresa adotou como medida inicial a colocação de cerca de 256 famílias em moradias provisórias, em sua maioria com aluguéis custeados pela empresa, enquanto se define a forma de reassentamento das mesmas que tiveram suas casas levadas pela lama.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos com este trabalho descrever e analisar alguns dos desafios que estão postos face aos problemas que surgiram, a partir do rompimento da barragem do Fundão, da Samarco, no município de Mariana/MG, em 05 de novembro de 2015.

Ao longo da dissertação, apresentamos e discutimos como a Vale, a mineradora Samarco e a sócia *BHP Billiton*, representantes de grandes corporações no ramo de mineração, são responsáveis pelo crime que causou a morte de 20 pessoas. Tantas outras ainda sofrem as consequências de um dos maiores danos ambientais e sociais do país.

Tratamos das questões de como se relacionam os atores envolvidos no processo, aspectos que ditam influência política por parte das empresas mineradoras junto a órgãos de controle e instâncias de decisão para tomadas de providências. Buscamos compreender o quanto o poder econômico das empresas

numa forte demonstração intervencionista do modelo capitalista de gestão, por meio de táticas específicas, utilizadas nas tomadas de decisões, muitas destas aplicadas pelos órgãos representativos do Estado. Tais fatos se associam diretamente à morosidade dos encaminhamentos que deveriam atender aos objetivos de minimizar o sofrimento, a espera e a angústia de pessoas que perderam literalmente tudo o que possuíam, inclusive, familiares, amigos e vizinhos, enfim, pessoas do convívio de toda uma vida.

Cabe destacar que, na fase de coleta de informações, para a composição de dados deste trabalho, houve dificuldade de se obter informações e acesso às sedes das representantes das empresas. Significativa parte de dados referentes à atuação da mineradora, junto aos atingidos e atingidas, foram retirados dos portais da empresa, em suas plataformas eletrônicas. Ressaltamos ainda que as informações compartilhadas seguiram, criteriosamente, as normas exigidas para publicação em trabalhos acadêmicos e periódicos.

Com a proposta de identificar de forma mais fidedigna a realidade vivenciada pelas famílias que tiveram suas vidas transformadas após a passagem do mar de lama, a pesquisa foi realizada em campo, conhecendo os relatos dos atingidos diretamente pelo crime ambiental. O acesso junto às famílias atingidas foi possível com a contribuição do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que realiza trabalhos de apoio e suporte junto àqueles e àquelas que resistem na busca por reconhecimentos como atingidos pela lama criminosa.

Bento Rodrigues, em Mariana e Gesteira, em Barra Longa, não existirão mais, porém, ficarão guardadas nas lembranças de mulheres e homens as imagens do lugar. Os relatos colhidos comprovam as marcas deixadas pelo crime, provocado pela lama, somadas à perda dos bens materiais e da dignidade quanto sujeitos portadores de direitos e à identidade presente em suas manifestações culturais e religiosas.

Nas leituras realizadas como fonte de informação para elaboração do presente trabalho, autores como Zucarelli (2018) avaliam que o rompimento da barragem do Fundão poderia ter sido evitado se providências tivessem sido tomadas em tempo hábil. Associadas a uma legislação fragilizada em sua aplicabilidade e, em alguns aspectos, até ultrapassada, afirmam que fica a desejar também a fiscalização por parte dos órgãos competentes.

O rompimento da barragem de Fundão, no subdistrito de Bento Rodrigues,

em Mariana, fez com que o rio de lama de rejeitos atravessasse parte do estado de Minas Gerais e construísse seu curso até o mar, no Espírito Santo. A lama passou de forma devastadora, poluindo rios e deixando comunidades inteiras contaminadas no pós-lama.

A trajetória da lama até o mar do Espírito Santo dizimou todo um ecossistema. Tirou vidas humanas, passou por cima de centenas de nascentes ao longo do seu percurso e seus metais contaminaram importantes rios como o Gualaxo do Norte, do Carmo e Doce, dizimando fauna e flora e destruindo, por inteiro, áreas de preservação.

Com a contaminação da bacia hidrográfica do rio Doce pelos rejeitos da lama, a água ficou naquele período de novembro de 2015, imprópria para o consumo humano, sendo impossível também sua destinação para agricultura e pecuária. Os danos e impactos causaram a morte de várias espécies de peixes e provocou o desequilíbrio ambiental, interferindo diretamente na economia dos municípios atingidos.

Neste sentido, destacam-se ainda outras modalidades de trabalho informal como os garimpeiros e faiscadores, que tinham nas águas dos rios, agora contaminados, a principal fonte de subsistência. Conforme relato das famílias entrevistadas, há de se pontuar que, algumas cidades, tinham áreas destinadas a práticas do turismo, que era explorado por comunidades atingidas, que passaram a contabilizar amargos prejuízos.

Tempos após o rompimento da barragem do Fundão, deram-se inícios aos procedimentos de investigação e apuração dos fatos com vistas a identificar as causas que ocasionaram o fato e responsabilizar a empresa. Ao passo que caminham os trabalhos de atuação dos órgãos envolvidos na busca por respostas ao crime, observa-se que poucas decisões foram tomadas e que não há uma definição da conclusão dos autos.

É grande a expectativa de respostas por parte das famílias atingidas, como da sociedade num todo. Para além da aplicação das medidas cabíveis, há o anseio por mudanças na legislação e no formato das concessões de licenças, aliadas a uma fiscalização efetiva e eficiente por parte dos órgãos governamentais competentes.

Das últimas informações colhidas, conforme divulgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), no dia 27 de julho de 2019, em seu site, a Fundação Renova tem que concluir a construção das casas para abrigar as

famílias atingidas até 2020. Serão reassentadas 900 famílias que aguardam tal decisão desde 2015. O reassentamento é uma das conquistas das vítimas da lama, provocada pela Samarco e suas acionistas, Vale e *BHP Billiton*.

Conforme a Justiça do Estado de Minas Gerais, o prazo é fruto da discussão de parte do acordo geral homologado, em outubro de 2018, em audiência conduzida pela juíza Marcela Oliveira Decat de Moura, coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) e titular da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca que tem como sede o município de Mariana.

A desembargadora Mariângela Meyer, 3ª vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e coordenadora dos Cejuscs, informou também que, pelo acordo firmado entre a Fundação Renova e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, houve por parte das empresas o compromisso de indenizar todos os atingidos de Mariana e em construir, até meados de 2020, dois tipos de reassentamentos, o individual e coletivo.

No dia 24 de julho de 2019, a Justiça homologou 83 acordos pré-processuais. De acordo com TJMG, o valor a ser repassado pelas empresas para honrar as conciliações chega a ser de R\$ 65 milhões de reais. Segundo a Fundação Renova, 255 moradias serão construídas em uma área de 98 hectares, conhecida como Lavoura, localizada a 12 quilômetros de Mariana. Ainda como forma de compensação, o projeto prevê construções de equipamentos públicos como escola e unidades básicas de saúde, igrejas, praça, campo de futebol, sede para ser utilizada pela associação de moradores e quadra poliesportiva.

Prestes a completar cinco anos, os atingidos seguem em busca de respostas e a empresa e os órgãos dos poderes constituídos não atendem às expectativas das famílias. Casas que, até então não foram erguidas, pescadores e ribeirinhos que não podem mais ter contato com as águas dos rios e terras cobertas por rejeitos que as tornaram impróprias para o cultivo.

Face o exposto, entendemos que ainda há um longo percurso a ser percorrido pelas famílias atingidas pela lama de rejeitos que ganhou destaque no noticiário internacional. A lama seguiu seu curso e tomou o caminho do mar. O rastro deixado modificou a história de famílias inteiras. O cotidiano no interior mineiro, a vida simples em Bento Rodrigues, Gesteira, Paracatu de Baixo e, tantas outras comunidades, não existem mais. Ficaram as lembranças, a saudade do lugar e das pessoas mortas pelo crime cometido pela Samarco, Vale e *BHP Billiton*.

Referências Bibliográficas

A VALE: vender ou não. Brasil Mais, Rio de Janeiro: Ed. Europa, n. 1, jan. 1997.
_____. O Supremo Tribunal Federal e a instabilidade político-institucional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 207 p.

ABRANCHES, Sergio. **Empresa estatal e capitalismo, uma análise comparada.** In: MARTINS, C. E. Estado e capitalismo no Brasil. São Paulo: Hucitec/Cebrap, 1977.

AEDAS (ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL). Disponível em <<https://www.aedasmg.org/>> acesso em 30 out. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce: rompimento da Barragem em Mariana/MG. Brasília: Superintendência de Recursos Hídricos, 2016.

ALVES, Selma de Fátima Singulano. **Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB: Perspectivas Teóricas de Lutas Práticas**. Revista Café com Sociologia, v. 4, p. 221-230, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 7 ed. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Bomtempo, 2006.

ARBEX, Thais, CUNHA, Joana, KASTNER, Tássia. **TRAGÉDIA EM BRUMADINHO**. Presidente da Vale se afasta temporariamente após pressão da Procuradoria e da PF. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo (SP), 2.mar.2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Comissão Extraordinária de Barragens (Relatório Final). Belo Horizonte, 2016.

BENJAMIN, César, BUENO, Ricardo. **Companhia Vale do Rio Doce:** o negócio do século. Atenção, São Paulo, v. 3, n. 10, p. 20 – 25, 1997.

BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar:** como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>, acesso: em 25 jan. 2019.

BRASIL. **Laudo Técnico Preliminar:** Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da Barragem de Fundão, em MG. In: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA/ 2015. Disponível:

http://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/laudo_tecnico_preliminar.pdf.

Acesso em 17 de jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm.

Acesso em 13 de jan. 2020.

BRASIL. Leis nº 7.990/1990 de 29 de dezembro de 1989. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7990.htm. Acesso em 14 de jan. 2020.

Brasil. Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990. Conversão da Medida Provisória nº 130, de 1990. Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8001.htm. Acesso em 14 de jan. 2020.

CAMARGO, Cyrene Oliveira Santos Ferraz de Arruda. **Vozes e Silenciamentos em Mariana**. Crime ou desastre ambiental? Jornal da Unicamp Edição Web, São Paulo, 18 de janeiro de 2018.

CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em < <http://caritas.org.br/> > acesso em 15 out. 2019.

CHEQUER, Julia. **Crime ambiental de Mariana é o primeiro definido como "violação de direitos humanos"**. Jornal Brasil de Fato, Especial para o Brasil de Fato Belo Horizonte (MG), 17 de dezembro de 2019.

CILO, Hugo. **A Samarco merece uma segunda chance?**, Revista Isto É Dinheiro, Edição nº 1157 07.02, MG, julho, 2017.

COELHO, Polyana. DIAS, Adelaide. PASSOS, Flora Lopes. **(Des)territórios da mineração**: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MGCad. Metrop., São Paulo, v. 19, n. 38, pp. 269-297, jan/abr 2017.

COELHO, Tádzio Peters. **Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero**. INTRATEXTOS, Rio de Janeiro, Número Especial 03, pp.128-146, 2012.

COMITÊ INTERFEDERATIVO. Deliberação nº 67, de 9 de maio de 2017. Aprova o desmembramento da Câmara Técnica de Saúde, Educação, Cultura e Lazer, criada pela Deliberação nº 07/2016. Brasília, 2017. Disponível em: <http://ibama.gov.br/cif/deliberacoes>. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____ Deliberação nº 7, de 11 de julho de 2016. Institui as Câmaras Técnicas Permanentes do Comitê Interfederativo – CT/CIF e dispõe sobre sua competência, coordenação, programas afetos e a forma de funcionamento. Brasília, 2016. Disponível em: <http://ibama.gov.br/cif/deliberacoes>. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____; Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial. Nota técnica nº 29/2018/CTOS-CIF. Brasília, 2018. Disponível em: <http://ibama.gov.br/cif/notas-tecnicas/ct-os>. Acesso em: 13 mar. 2019.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. Companhia Vale do Rio Doce: 50 anos de história. Rio de Janeiro, 1992. 297 p.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE (CVRD) - Portal FGV www.fgv.br › acervo › dicionários › verbete-temático. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

DE SOUZA, Davisson C. C.. Lutas **sociais e tradições de luta no Brasil nos anos 2000**. Lutas Sociais, [S.l.], n. 25-26, p. 191-205, jun. 2011. ISSN 2526-3706. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18590>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

DEPENDENTE da mineração, Minas vive paradoxo após tragédia ambiental em Mariana. Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, em 20/11/2015 14:49 Caderno Economia. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/11/20/internas_economia.710096/dependente-da-mineracao-mg-vive-paradoxo-apos-tragedia-ambiental-em-m.shtml. Acesso em: 17 jan. 2020.

ESPÍNDOLA, HarufSalmen. GUERRA, Cláudio Bueno. **Desastre da Samarco/Vale/BHP: uma tragédia em diferentes atos** Revista do Lhiste, Porto Alegre, num.6, vol.4, jan/dez. 2017|223

FERNANDES, F.R.C., ARAUJO, E.R.. **Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais**. In: Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica. Rio de Janeiro: CETEM/CICP, 2016, p.65-88.

FERREIRA, DreisseDrielle. **Mariana ocupa 4º lugar na lista das cidades que mais recebem royalties de minério**. Tecer Desenvolvido na disciplina de Técnicas de Reportagem e Entrevista Curso de Jornalismo, Universidade Federal de Ouro Preto/ MG, agosto, 2013.

FILHO, Ananias Noronha; LACERDA, Maria Lúcia Brasileiro. **Movimentos Sociais e “Novos Movimentos Sociais”**: possibilidades de superação. Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração a dominação e a humilhação; 20 a 23 de agosto de 2013; São Luís do Maranhão (MA) Brasil: Universidade Federal do Maranhão; 2013.

FUNDAÇÃO Renova - Relatório Anual de Atividades Belo Horizonte. MG. 2015.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34º Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. - São Paulo: Atlas, 1999.

GUEDES, André Dumans. **Discurso e resistência**: a construção da questão do neoliberalismo pelo Movimento dos Atingidos por Barragens. América Latina y el Caribe, CLACSO, 2005.

_____. **Cursos de Formação de Militantes**. Pedagogia e Organização Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens. Anais do Encontro da Associação Nacional de Antropologia (ABA). Bahia, 2008.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo**, Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 721-745, out./dez. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital e Fetichismo**: Capital financeiro, trabalho e questão social. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

IBAMA. Laudo Técnico Preliminar. Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem do Fundão em Mariana. Minas Gerais, 2015.

_____. Nota técnica n. 1/2016-PRESID/IBAMA: Termo de Transação de Ajustamento de Conduta Relativo ao Rompimento da Barragem do Fundão em Mariana/MG. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/nota_tecnica_001-2016.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios 2013. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=314000&idtema=152&search=minas-gerais|mariana|produto-interno-bruto-dos-municipios-2013>. Acesso em: fev. 2019.

_____. - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. [online] Disponível na internet via WWW URL: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barra-longa/historico>. Arquivo consultado em 11 de Abril de 2019.

_____. (2015). «Produto Interno Bruto dos Municípios - 2015». Acesso em 07 nov. 2019.

_____ (2017). «Base de dados por municípios das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do Brasil». Acesso em 07 nov. 2019.

GERAIS, Minas. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Reconstrução de Bento Rodrigues será concluída até meados de 2020. Prazo faz parte de acordo judicial; obras estão em fase de terraplanagem. Belo Horizonte, 25/07/2019 16h15 - Atualizado em 26/07/2019 11h33. Disponível em: <http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/novo-bento-rodrigues-ficara-pronto-ate-meios-2020-1.htm#.XUXa7uhKhPa> Acesso em: 02 ago. 2019.

LOPES, Raíssa. **Crime da Samarco em Mariana pode piorar o surto de febre amarela**: Surto é comum em regiões florestais, mas pode chegar às cidades devido ao desequilíbrio ambiental. Jornal Brasil de Fato, Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2017.

LOSEKANN, Cristiana. **Desastre na bacia do Rio Doce**: desafios para a universidade e para instituições estatais / Cristiana Losekann, Claudia Mayorga. - Rio de Janeiro Folio Digital : Letra e Imagem, 2018.

_____ e MILANEZ, Bruno. **A emenda e o soneto**: notas sobre os sentidos da participação no TAC de Governança. Versos, Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. 2018, v.2, n. 1, p. 26-45.

MAB. Edição Especial do Informativo do Movimento dos Atingidos por Barragens, 2004.

MACIEL, Alice. **Mercado x Democracia. Mariana, tragédia e escárnio**: Para os atingidos, Fundação Renova, que deveria fazer a “reparação” é o braço das mineradoras e atua sem transparência nem diálogo. Quase três anos depois, moradores continuam sem suas casas. Blog Outras Mídias. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/mariana-tragedia-e-escarnio/>. Acesso em: 15 de ago. 2019.

MAM (Movimento pela Soberania Popular na Mineração) Disponível em <https://mamnacional.org.br/> acesso em 12 nov. 2019.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista Semi-estruturada**: Análise de Objetivos e de Roteiros. Departamento de Educação Especial do Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual São Paulo (UNESP), Marília, SP. 2004. Disponível em: acesso em 21 mai.2017.

MELO, Mariana. Corrida do ouro. Site Infoescola. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/brasil-colonia/corrida-do-ouro/>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Revista de Cultura e Política, Lua Nova nº 17, São Paulo, jun, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

_____. O desafio do Conhecimento: **Pesquisa qualitativa em saúde**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec; 2004.

Ministério Público Federal (MPF). Tragédia de Mariana: **acordo muda governança da Fundação Renova visando à participação efetiva dos atingidos**. ago. 2018, de: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-deimprensa/noticias-mg/tragedia-de-mariana-acordo-muda-governanca-dafundacao-renova-visando-a-participacao-efetiva-dos-atingidos>.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Fortalecendo a Organização e a Luta dos Atingidos por Barragens no Brasil. Brasília, 2005.

MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). Disponível em <<https://mtst.org/>> acesso em 10 nov. 2019.

NETTO, José Paulo. **Transformações Societárias e Serviço Social**: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade,

São Paulo, Cortez, n 50, p. 87-132, 1996.

Prefeitura de Mariana. Histórico». pmmariana.com.br. Acesso em 07 nov. 2019

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Marlene. **O caráter pedagógico dos movimentos sociais. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 58, p. 41-71, dez. 1998.

RIZZO, Ernandes Marcos da Silveira. Processo de Fabricação do Ferro Gusa em Alto Forno. 1ª Edição 2009. Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais.

ROLAND, Manoela Carneiro. et al. **Negociação em contextos de violações de Direitos Humanos por empresas**: Uma breve análise dos mecanismos de solução negociada à luz do caso do rompimento da barragem de Fundão. Versos, Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. 2018, v.2, n. 1, p. 3-25.

ROSA, Bruno. **Seis meses depois do desastre de Brumadinho, comitês internos de apuração da Vale ainda não apresentaram resultados**: Familiares de vítimas da tragédia cobram mais transparência da empresa, que foi obrigada a reformular sua gestão e registrou prejuízo bilionário. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 22/06/2019.

ROSA FORTINI Centro Alternativo de Formação Popular. Disponível em <http://www.centrorosafortini.com.br/> acesso em 20 out. 2019.

ROSSI, Amanda. **Tragédia em Brumadinho**: a impressionante fuga de casal de idosos sob 'som assustador' de enxurrada de lama. Jornal O Globo, Minas Gerais, 29/01/2019 11h00.

SILVEIRA, Daniel. Presidente da Vale diz que Samarco deve voltar a operar em 2020. Site G1. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2018. Caderno de Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/16/presidente-da-vale-diz-que-samarco-deve-voltar-a-operar-em-2020.ghtml>. Arquivo consultado em

16 de abril de 2019.

_____. **Seminário Legislativo Minas de Minas:** Em busca de uma Política Minerária – As discussões e propostas de todos os seguimentos envolvidos. Revista do Legislativo, n 41, p. 27-32, jan./dez. 2008.

TAVARES, Joana. **No TAC sobre tragédia de Mariana, juiz aprova mudanças que não estavam previstas.** Jornal Brasil de Fato, Especial para o Brasil de Fato Belo Horizonte (MG), 9 de agosto de 2018.

TERMO de Transação e de Ajustamento de Conduta. 2 mar. 2016. Dispõem sobre acordo entre o Governo Federal, Governo do estado de Minas Gerais, Governo do estado Espírito Santo e as mineradoras Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. Brasília, 2016. Disponível em: <http://ibama.gov.br/cif/cif-comite-interfederativo>. Acesso em: 22 nov. 2016.

União Nacional por Moradia Popular (UNMP) Disponível em <https://hic-al.org/2019/02/26/a-uniao-nacional-por-moradia-popular-e-a-luta-pelo-direito-a-habitacao-no-brasil/> acesso em 12 nov. 2019.

VIMIEIRO, Nelson Martins. **Ensino de Física Térmica a partir do Estudo do Alto-Forno.** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática. Belo Horizonte, 2013, p 90-91.

WANDERLEY, Luiz Jardim. et al. **Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce:** aspectos econômicos, políticos e sócio ambientais. Cienc. Cult. vol.68 nº 3 São Paulo, Jul/Set. 2016.

_____, J. M. GONÇALVES, R. J. A.; MILANEZ, B. **Pedras de sangue e choro maculam a vertente:** algumas percepções de campo no contexto do desastre da mineração sobre o rio Doce. Élisée, Rev. Geo. UEG – Anápolis, v.5, n.1, p.30-56, jan. /jun. 2016

ZHOURI, Andréa (org.) **Mineração:** violências e resistências [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. / Andréa Zhouri (Org.); R.

Oliveira et all.- 1.ed.- Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 2018.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **A matemática da gestão e a alma lameada**: Os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco. Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFMG, Belo Horizonte, 2018.

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/presidente-da-vale-fabio-schvartsman-deve-deixar-o-comando-da-mineradora.shtml>

<https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2019/02/06/rejeitos-de-lama-devem-chegar-a-hidreletrica-retiro-baixo-em-pompeu-ainda-esta-semana.gh>

<https://oglobo.globo.com/brasil/seis-meses-depois-do-desastre-de-brumadinho-comites-internos-de-apuracao-da-vale-ainda-nao-apresentaram-resultados-23823247>

<https://mariana.portaldacidade.com/historia-de-mariana-mg>

<<http://www.vale.com/Documents/nossahistoria2.pdf>. A Criação da Companhia Vale do Rio Doce> Acesso em: 26 de jun. de 2019.

ANEXOS



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: FAMILIAS ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO, VALE e PBHP BILLITON: no curso da lama histórias de luta e resistência.

Pesquisador responsável: Hermano Luís dos Santos

Você está sendo convidado a participar como voluntário(a) de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado, em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

O objetivo da pesquisa é Identificar causas que levaram ao rompimento da barragem em Bento Rodrigues, Mariana/MG. Buscar compreender as mudanças que aconteceram a partir de então, com os(as) moradores(as) atingidos pela lama, os conflitos nas relações das famílias com as empresas responsáveis pela mineradora. E dentro deste contexto associar o papel do Estado quanto principal responsável pelo restabelecimento da ordem e garantidor de direitos.

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidado a responder a um questionário com cerca de 20 perguntas, elaboradas pelo pesquisador. O que pode durar aproximadamente em média 30 minutos para ser respondido.

O banco de dados produzido não é público e só será acessado pelo pesquisador, professor orientador e pessoas envolvidas na pesquisa. Os dados ficarão armazenados em arquivo digital e ficarão sob a responsabilidade dos pesquisadores por um período de cinco anos.

Desconfortos e riscos:

A pesquisa não apresenta riscos previsíveis. Se, por alguma razão, você se sentir desconfortável em responder a alguma pergunta do questionário, não está obrigado a dar continuidade a ele.

Benefícios:

A pesquisa não oferece benefícios diretos aos/às participantes. Ela tem uma natureza acadêmica e auxilia na compreensão das condições de organização e atuação da Flacso Brasil.

Acompanhamento e assistência:

Caso se sinta desconfortável com as perguntas do questionário, você pode interromper as respostas a qualquer momento sem que isso lhe cause qualquer prejuízo. Basta comunicar sua decisão ao entrevistador.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e Indenização:

A pesquisa não lhe trará ônus ou gastos de deslocamento, terá a garantia ao direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador:

Hermano Luís dos Santos – hermanopj2005@yahoo.com.br – (31) 98883 6611.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas:

Nome do (a) participante: _____

Contato telefônico: _____ e-mail (opcional):

Data: ____/____/_____

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Data: ____/____/_____

(Assinatura do pesquisador)

Questionário – Famílias

- 1 – Como era a vida em Bento Rodrigues/Barra Longa antes do rompimento da Barragem de Fundão?
- 2 – Como era sua casa, seu terreno, seu cotidiano antes de ser afetado pela lama de resíduos?
- 3 - Qual atividade de trabalho, ocupação exerce ou exercia antes da tragédia?
- 4 - Na sua opinião houve mudança na economia local após o ocorrido?
- 5 – O rompimento da barragem obrigou o(a) entrevistado(a) ou outro membro da família a mudar suas atividades até então desenvolvidas?

- 6 – Qual é a imagem que você entrevistado(a) guarda do antigo Bento Rodrigues?
- 7 - Algum membro da família se viu obrigado a mudar de cidade em consequência da tragédia?
- 8 –Em sua opinião como lidar com perdas como a relação com a escola onde estudou, o local onde foram sepultados seus entes queridos, a casa que morou toda família, dentre outras perdas?
- 9 – O(a) entrevistado(a) professa sua fé por meio de alguma religião?
- 10 – Você se recorda de algum tipo de festa religiosa, manifestação cultural que tradicionalmente a comunidade realizava?
- 11 – Em caso afirmativo, você alguma forma de se dar continuidade a estas tradições?
- 12 –No seu ponto de vista houve algum tipo de desrespeito às famílias na busca por reconhecimentos de direitos? Caso afirmativo, mencione.
- 13– Como você avalia a instalação da mineradora no município de Mariana? A geração de empregos justifica a exploração mineral?
- 14–Você acredita que após três anos do rompimento da barragem, a justiça está sendo aplicada às pessoas atingidas pela lama?
- 15 - Hoje, quais são os principais problemas a serem enfrentados pelos atingidos?
- 16 - Quais são suas expectativas para um futuro próximo no que tange às necessidades mais urgentes das famílias atingidas?

Questionário sobre o MAB

- 1 - Como você avalia o trabalho desenvolvido pelo MAB no apoio às famílias na forma de organização na busca por respostas aos danos causados?
- 2 –Como se concretiza esse apoio, essa organização? Dê exemplos claros e com objetivos.
- 2 -Algum membro da família passou a integrar o Movimento após o convívio dada as circunstâncias dos fatos?

3 –Quais foram as atividades desenvolvidas pelo MAB que você avalia como importante para a luta travada com as famílias contra os ditames da empresa?

4 –Como você avalia os serviços prestados pela Renova junto aos atingidos pela lama?

5 – Os problemas relacionados a saúde, você acha que muitos desses casos aumentaram após a lama tomar o curso das águas?

A SIRENE

PARA NÃO ESQUECER | Ano 3 - Edição nº 33 - Dezembro de 2018 | Distribuição gratuita



Gesteira e Rio Doce recebem Oficina de Repórteres

POR CAROLINA COELHO, LUISA CAMPOS E MATHEUS EFFGEN
 COM O APOIO DE KELLY CRISTINA DOS SANTOS (MORADORA DE GESTEIRA, DISTRITO DE BARRA LONGA)

A Oficina de Repórteres Populares, organizada pelo Jornal A SIRENE, foi realizada em mais duas cidades atingidas. Nos dias 15 e 16 de setembro, os moradores da comunidade de Gesteira, em Barra Longa, receberam a formação. Já em Rio Doce, nos dias 29 e 30 de setembro, alunos e funcionários da Escola Estadual Maria Amélia puderam participar da oficina. O projeto é realizado em parceria com o coletivo MICA e a Brazil Foundation, e tem o objetivo de ampliar o direito à comunicação nos territórios atingidos ao incentivar os participantes a conhecerem e executarem técnicas do jornalismo.

"Achei a oficina muito legal, aprendi várias coisas diferentes. Aprendi a tirar foto, a olhar e a pensar o que posso falar sobre ela. Me ajudou a entender que, quando eu estiver lendo o jornal, devo não só olhar as imagens, mas também o que está escrito."

Cleiton Silva, 15 anos, morador da comunidade de Gesteira

"Aqui, na oficina, nós aprendemos que o jornalismo não é uma coisa que está lá para retratar apenas acidentes e política. Está também para mostrar que existem muitas histórias legais no mundo. Às vezes, até mesmo os problemas podem ser retratados de formas interessantes e cativar as pessoas."

Amanda Barlini, 14 anos, moradora de Rio Doce

"Eu gostei muito das oficinas porque mostrou que o jornalismo não fala apenas sobre coisas ruins. O jornalismo também é uma maneira de expor diversas opiniões e de contar o que está acontecendo de uma forma bem legal e diferente."

Marcos Junior, 14 anos, morador de Rio Doce



Foto: CAROLINA COELHO



ATENÇÃO!

Não assine nada

Em caso de dúvidas sobre o conteúdo, conte com a ajuda de um advogado ou qualquer outro especialista.

Se te pedirem para assinar qualquer documento, procure o Ministério Público ou a Comissão dos Atingidos.

Escreva para:
jornal@sirene@gmail.com

Acesse:
www.jornal@sirene.com.br
www.facebook.com/jornalSirene

Para reproduzir qualquer conteúdo deste jornal, entre em contato e faça uma solicitação.

EXPEDIENTE

Realização: Atingidos(as) pela Barragem de Fundão, Arquidiocese de Mariana e Um Minuto de Sirene | Conselho Editorial: Expedito Lucas da Silva (Kaê), Genival Pascoal, Leticia Oliveira, Juçara Brittes, Lucimar Aparecida Mianix dos Santos, Manoel Marcos Muniz, Pe. Geraldo Martins, Rafael Drumond, Sérgio Fábio do Carmo (Papagaio), Simone Maria da Silva | Editores-chefe: Genival Pascoal e Sérgio Fábio do Carmo (Papagaio) | Jornalista responsável: Silmara Filgueiras | Editor Multimídia: Flávio Ribeiro | Editora de Textos: Francielle de Souza | Editora Audiovisual: Larissa Pinto | Diagramação: Daniela Ebner | Reportagem e Fotografia: Genival Pascoal, Sérgio Fábio do Carmo

Direito de entender

O acordo de indenização:

Dinheiro suado é dinheiro abençoadoPOR GUILHERME DE SÁ MENEGHIN,
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Segundo o artigo 927 do Código Civil, "aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo". Isso significa que todos que sofrem prejuízos provocados por outras pessoas têm direito a uma reparação que, em regra, corresponde a uma soma em dinheiro e se chama indenização.

Os atingidos e as atingidas do desastre da Barragem de Fundão, da mineradora Samarco, sofreram muitos danos, destacando-se a perda da moradia, a redução da fonte de renda, o abalo psicológico e a supressão das atividades socioculturais.

Nesse contexto, o Ministério Público de Minas Gerais ajuizou a Ação Civil Pública nº 0400.15.004335-6 visando, dentre outras medidas, proporcionar indenizações justas para as vítimas de Mariana. Essa ação foi ajuizada no dia 10 de dezembro de 2015 e, no curso do processo, exigiu muito trabalho por parte do Ministério Público, com a participação da comunidade atingida, para efetivar diversos direitos, especialmente no aspecto financeiro.

Fruto desse esforço, no dia 2 de outubro de 2018, o Ministério Público, com a participação das Comissões dos(as) Atingidos(as), da assessoria técnica da Cáritas, do município de Mariana e da Defensoria Pública, celebrou um acordo com as empresas Samarco, Vale e BHP, que foi homologado pela Justiça, concretizando o direito à indenização.

O acordo prevê que as empresas Samarco, Vale e BHP, por meio da Fundação Renova, devem promover a reparação integral dos danos sofridos pelos(as) atingidos(as), de maneira que englobe danos materiais diretos, lucros cessantes, danos morais e outras modalidades de lesões.

Além disso, o acordo estabelece os seguintes direitos aos(as) atingidos(as): (1) o cálculo das indenizações deve se basear nas informações coletadas no processo de cadastramento; (2) após a entrega dos cadastros, a Fundação Renova tem o prazo máximo de 90 dias para oferecer a proposta de indenização, iniciando-se a fase de negociações extrajudiciais; (3) o(a) atingido(a) não é obrigado a aceitar a proposta e tem um prazo de dez dias úteis para arrependimento; (4) os(as) atingidos(as) terão direito à assistência jurídica na fase de negociações extrajudiciais, a ser prestada por advogados contratados pela assessoria técnica (os advogados não poderão cobrar honorários). Tal direito não impede o(a) atingido(a) de contratar advogado particular, se assim desejar, mas ele(a) deverá combinar com o advogado a retribuição por esse serviço; (5) o(a) atingido(a) que não concordar com a proposta da Fundação Renova poderá ajuizar uma ação especial denominada "liquidação e cumprimento de sentença", com auxílio da Defensoria Pública. Assim, a Justiça determinará o valor da indenização; (6) para facilitar a defesa dos direitos dos(as) atingidos(as), o acordo garante o direito à inversão do ônus da prova. Em outras palavras, em caso de dúvida, a Justiça deverá fazer prevalecer os direitos da parte vulnerável.

No entanto, os(as) atingidos(as) devem ser prudentes e batalhar em mais uma etapa para receber sua indenização: **aguardar a conclusão dos cadastros e a disponibilização dos advogados pela assessoria técnica**. Com esses dois instrumentos, o(a) atingido(a) terá condições de fazer uma negociação informada e justa em relação à sua indenização.

Por outro lado, se o(a) atingido(a) encurtar essa fase, procurar espontaneamente a Fundação Renova, aceitar receber o valor proposto e assinar o termo de quitação antes do término do cadastro e sem auxílio de advogado, não poderá mais reclamar na Justiça sua indenização, ainda que, posteriormente, identifique algum erro. Nesse caso, vale o velho ditado português: "Agora, Inês é morta".

Uma caminhada difícil nos levou até aqui, com diversos direitos assegurados aos(as) atingidos(as) e, para que não sejam enganados nessa derradeira fase, devem iniciar a negociação sobre suas indenizações somente após a conclusão do cadastro e o fornecimento dos advogados. Afinal, a luta continua e "dinheiro suado é dinheiro abençoado".

Nossa saúde não pode esperar

Anos após o rompimento da barragem, a Fundação Renova insiste em utilizar o nexo causal como critério para a conquista de assistência médica. Ou seja, para as empresas, os(as) atingidos(as), primeiro, devem provar que a doença tem relação com a lama para, só então, receberem o auxílio. A comunidade de Barra Longa, porém, percebe alterações na saúde da população, crítica a postura das empresas em relação ao tema e pede atendimento médico imediato, além do fortalecimento do sistema de saúde local.

POR ANTÔNIO ALBERGARIA E SÉRGIO PAPAGAIO
COM O APOIO DE ALINE PACHECO, FRANCIELLE DE SOUZA, KLEBER RANGEL
SILVA E RAFAEL FRANCISCO

Há um projeto de saúde de trás pra frente. Vejam bem, minha gente: primeiro, tem que se provar o nexo causal e, se der tempo, curar o mal. É um projeto eloquente: desgraçando a vida, plantando morte no ambiente, fazendo ponte, matando gente. Há três anos de um mal gigante, nos defrontamos com um crescente: este mal que matou é o mesmo mal que ainda mata a gente. Pobres doentes, esperam um nexo causal. E se não der tempo de provar esse nexo? Se a morte chegar primeiro, ceifando vidas o tempo inteiro? O que fazer com os que ainda respiram esperança? Desde o velho à criança, será possível tanta demora? Pois eu aviso: a morte é louca e não tem hora. Tratar agora, minha senhora; provar, outrora. O que falar para a Fundação? Vamos partir da prevenção. Este é o princípio da salvação.

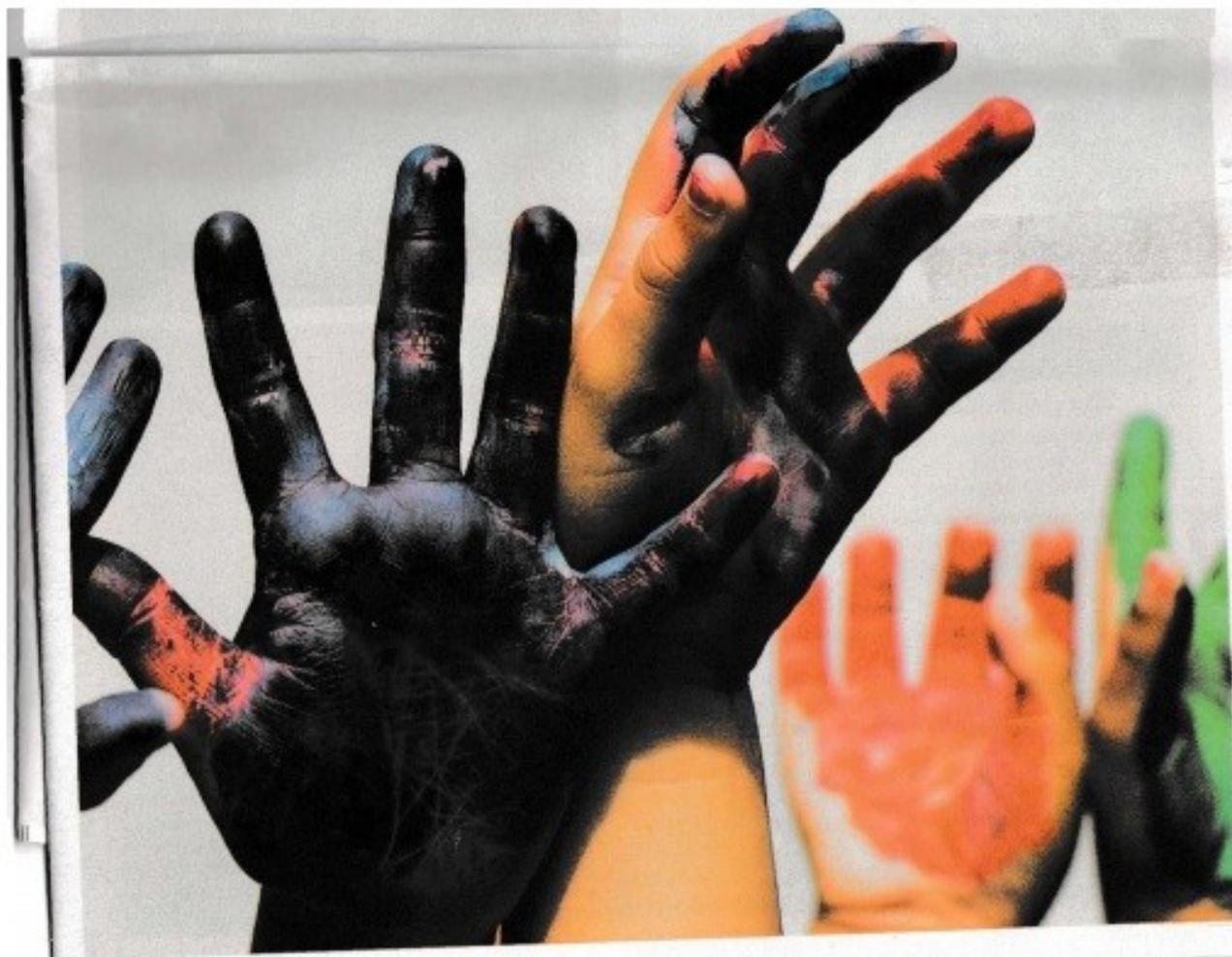
Não querem não, empurram a vida com duas mãos. E se a morte chegar de um jeito sorrateiro? Levando homens dos campos, mulheres das cidades e garimpeiros? Me dê uma luz, ó, meu Jesus. Como a Fundação poderá fazer reparação, se a morte antes, de nossas vidas, lançar as mãos? Será possível reconstruir os homens e as mulheres, tomando da morte seus esqueletos, pedindo licença ao Criador, apresentando sem o menor pudor um projeto superior, devolvendo vida a quem morreu, tirando da morte a autoridade, conforme fazem nestas cidades. Reconstruir o homem através de seu esqueleto: esse seria o único jeito.

Minha cara Fundação, de fazer a quem faz reparação, com a licença do céu num projeto arrojado, tomando todo cuidado para que, desta vez, nada saia errado, apurando seu DNA pra nada sobrar nem nada faltar, limpando vícios e malquerenças, metais pesados e outras doenças, arrumando um jeito, com grande respeito, de dispensar ajuda de Quem fez mulheres e homens com tantos defeitos, reconstruindo, neste projeto perfeito, mulheres, homens e seus direitos, acabando com toda maldade, criando um mundo sem barragem, sem exploração. Por isso, não será preciso mineração. É o projeto da perfeição, deixando-nos livres da Fundação que representa, hoje, o mal e sua renovação.

Sérgio Papagaio, morador de Barra Longa

A SIRENE

EDIÇÃO ESPECIAL PARA NÃO ESQUECER
Ano 3 - Edição nº 31 - Outubro de 2018 | Distribuição gratuita



“Todo poder emana do povo”

DEMOCRACIA É SAÚDE

(...) saúde não é simplesmente ausência de doença: “é um bem-estar físico, social, afetivo e que pode significar que as pessoas tenham mais alguma coisa do que simplesmente não estar doentes: que tenham direito à casa, ao trabalho, ao salário condigno, à água, à vestimenta, à educação, às informações sobre como dominar o mundo e transformá-lo. Que tenham direito ao meio ambiente que não os seja agressivo, e que, pelo contrário, permita uma vida digna e decente. Direito a um sistema político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização e autodeterminação de um povo, e que não esteja todo tempo submetido ao medo da violência, daquela violência resultante da miséria, e que resulta no roubo, no ataque. Que não esteja também submetido ao medo da violência de um governo contra o seu próprio povo, para que sejam mantidos interesses que não são do povo (...)”. Sérgio Arouca, 1986.

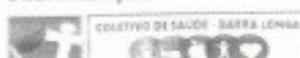
- 1948: Estabeleceu-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, entre os quais, destaca-se aqui, o Direito Humano à Saúde e da proteção da vida.
- 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986: Eleva a saúde a condição de direito.
- Constituição Federal de 1988: Consagrou, dos artigos 196 a 200, o conceito ampliado da saúde, bem como responsabilizou o Estado pela sua garantia e pela criação do Sistema Único de Saúde. “Saúde como Direito de todos e Dever do Estado”.
- Lei 8080/90 - Lei Orgânica da Saúde - dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Lei 8142/90, que deu materialidade ao princípio do SUS, da participação da comunidade na gestão da saúde, dando caráter legal às Conferências e aos Conselhos, sendo fundamental para os defensores dos avanços do SUS, permitindo que o caráter deliberativo da gestão participativa tivesse “força de lei”, consagrando o papel do Controle Social em relação a saúde, permitindo a formulação, fiscalização e mobilização da sociedade.

Ataques: A Constituição Federal de 1988 vem sendo atacada desde sua promulgação, o que impôs barreiras para efetivação de políticas públicas que dessem materialidade aos seus apontamentos, como o Direito à Saúde e ao Bem-Estar Social.

- Emenda Constitucional nº 95 de 2016 - congela os gastos públicos por 20 anos
- Redução dos investimentos em saúde
- Disputas e escolhas; defesa da vida
 - Todos têm Direito à Vida?
 - Alguns podem ser elimináveis?
 - Como os seres humanos tem se relacionado? Crianças sendo maltratadas; xenofobia e a intolerância ganhando força no Brasil e no mundo; violência como solução de conflitos; brutal e cruel concentração de riqueza no mundo.

DEMOCRACIA É SAÚDE

ORGANIZAÇÃO:



APOIO:



EIXO TEMÁTICO I - SAÚDE COMO DIREITO

Direito à saúde: universal, indivisível e interdependente.

Universal → Compreender que se trata de uma condição que deve ser acessível para todos: pobres, ricos, brancos, negros, índios, mulheres, homens, crianças, idosos, trabalhadores formais e informais, quilombolas, populações ribeirinhas, população em situação de rua, não devendo haver privilégio de uns em detrimento de outros. No entanto, precisamos respeitar as especificidades de cada um, garantindo o acesso de acordo com as necessidades específicas, significando, assim, equidade. Essa condição está associada ao reconhecimento que as pessoas são expostas a fatores e condições que fragilizam e vulnerabilizam a sua saúde.

Indivisível → Os outros direitos como educação, moradia, alimentação, emprego e renda são também fundamentais para que as pessoas possam ter saúde (conceito ampliado de saúde)

Interdependente → Colocar a saúde como um direito humano significa considerar que a saúde é uma prerrogativa de todo cidadão, ou seja, o direito à saúde é indissociável do direito à vida.

O controle social na garantia do direito à saúde

A Lei no 8142/90 regula a participação social, por meio de instâncias oficiais de Controle Social, quais sejam: Conselhos de Saúde e Conferências de Saúde. Busca-se, desta maneira, a participação de atores sociais historicamente não incluídos nos processos decisórios do país com o objetivo de influenciarem a definição e a execução da política de saúde.

Conselhos de Saúde: órgãos deliberativos que atuam como espaços participativos estratégicos na reivindicação, formulação, controle e avaliação da execução das políticas públicas de saúde.

Conferências de Saúde: Fóruns públicos que acontecem de quatro em quatro anos, por meio de discussões realizadas em etapas locais, estaduais e nacional, com a participação de segmentos sociais representativos do SUS (prestadores, gestores, trabalhadores e usuários), para avaliar e propor diretrizes para a formulação da política de saúde.

PERGUNTAS ESTIMULADORAS PARA O DEBATE

1. *Quais obstáculos/dificuldades são percebidos no seu território para que as pessoas tenham o direito à saúde?*
2. *Os condicionantes da saúde (trabalho, educação, transporte, moradia, lazer, alimentação) estão acessíveis a todas as pessoas?*
3. *As especificidades dos atingidos e suas condições de vulnerabilidade são respeitadas? O que podemos propor para modificar esta situação?*
4. *Como tem sido a sua participação e dos outros atingidos na garantia do direito a saúde no seu território?*

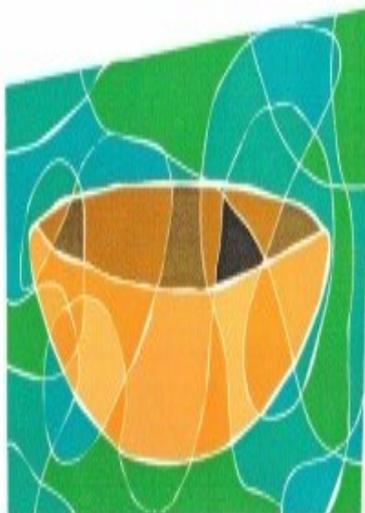
ORGANIZAÇÃO:



APOIO:



CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO



Programa

Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais: Visibilização e Inclusão Sociopolítica

Certificamos que Fluermano Luís dos Santos
participou da Oficina de Formação em Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, realizada em Ponte Nova - MG, entre os dias 09 e 11 de fevereiro de 2019, totalizando 30 horas de curso.

Ponte Nova, 11 de fevereiro de 2019.

Prof. Dr. Aderval Costa Filho

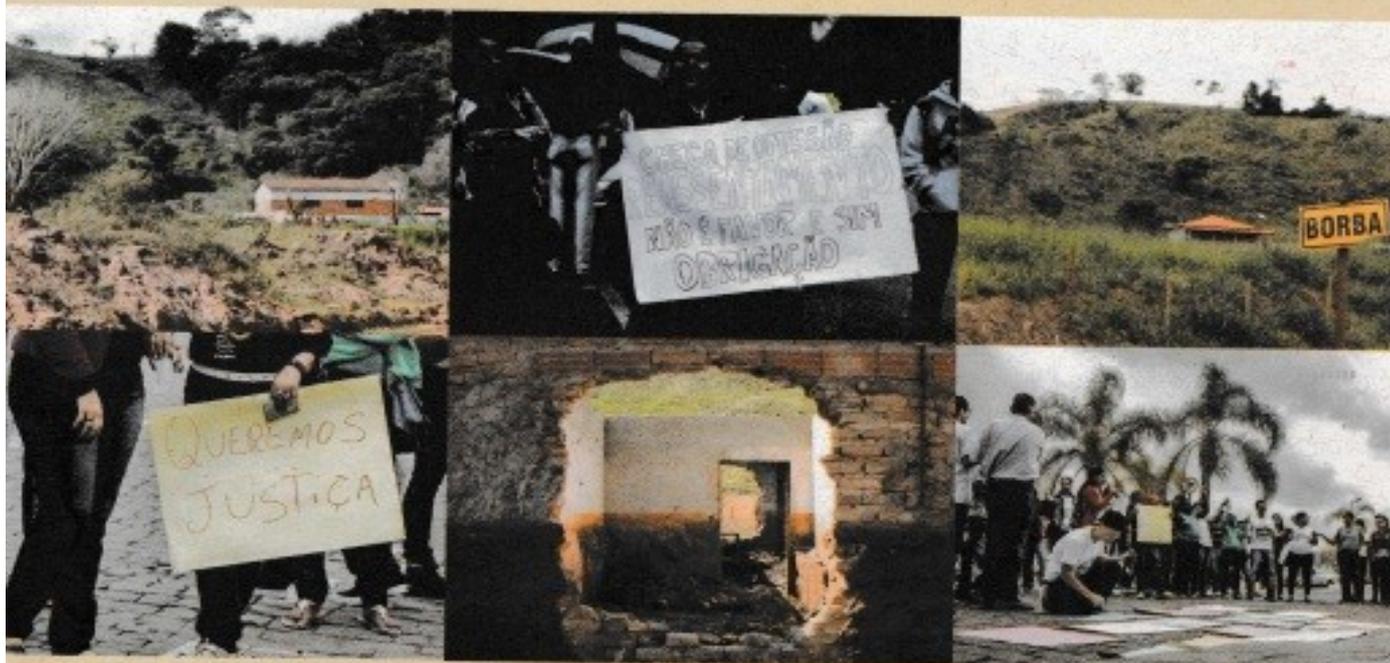
Departamento de Antropologia e Arqueologia/UFMG

Coordenador do Programa "Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais: Visibilização e Inclusão Sociopolítica"



Boletim informativo UAI - Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais - Edição Especial
Assessoria Técnica dos atingidos de Mariana pelo rompimento da barragem de Fundão - Novembro/2018

VOZES QUE NÃO SE CALAM



O rompimento criminoso da Barragem de Fundão não pode ser esquecido. Dentro do possível, precisa ser resolvido. A lama não pode, mais de três anos após o desastre, seguir invadindo a vida de pessoas que estão à espera de casa, indenização e justiça.

Somada à responsabilização dos agentes criminosos - as mineradoras Vale, Samarco e BHP Billiton - é preciso garantir os direitos dos atingidos e atingidas: terra, moradia digna, saúde,

patrimônio cultural...

Para atuar nessa luta pós-rompimento, a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais assumiu o desafio de acompanhar e assessorar as vítimas de Mariana.

Nesta publicação, você vai conhecer mais sobre o trabalho da Assessoria Técnica, como andam o reassentamento e as indenizações no município. Trazemos, ainda, diferentes olhares sobre o complexo processo de reparação suscitado pelo desastre.

COMO INDENIZAR OS ATINGIDOS E ATINGIDAS?

Em Mariana, o levantamento das perdas e danos dos atingidos e atingidas pelo crime de Fundão - processo conhecido como Cadastro - é conduzido pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, que assumiu o trabalho após a Justiça suspender o levantamento realizado pela Fundação Renova.

Imagine o desafio: indenizar cada atingido e atingida pelas perdas e danos decorrentes do crime da Samarco, Vale e BHP Billiton.

Se, por um lado, os valores de uma casa e objetos ou da suspensão de atividades produtivas podem, com algum esforço, serem calculados, por outro, há perdas impossíveis de serem precificadas. Como valorar as vidas levadas pela lama, a perda da fotografia que eternizava a infância dos filhos, a contaminação da cachoeira de uso diário? Qual matriz de danos poderávamos dizer quanto valem a dor e o sofrimento gerados pelos anos,

não sabemos quantos, necessários à reparação?

Imagine agora essa tarefa complexa e delicada sendo conduzida por agentes ligados às mineradoras responsáveis pelo crime. Coloque na régua todos os interesses destas empresas em não reconhecer aos atingidos e atingidas seus devidos direitos. O resultado não é de espantar ninguém: a condução de um levantamento unilateral e insuficiente, conduzido sem a participação de atingidos e atingidas e pouco levando em conta os modos de vida das comunidades afetadas pela lama.

Infelizmente, essa é a realidade da maior parte dos municípios da bacia do Rio Doce, onde a Fundação Renova e suas terceirizadas conduziram, sem acompanhamento externo, o cadastramento dos atingidos e atingidas. Após esse processo, os valores indenizatórios a serem pagos serão decididos pelas

mineradoras – Samarco, Vale e BHP Billiton. Por mais absurdo que pareça, são as empresas réis que determinarão suas sentenças, o quanto valem as perdas e os danos que elas próprias provocaram.

Por uma reparação justa, um cadastro nosso

Em Mariana, contudo, o processo de cadastramento ganhou um curso diferente. Após pareceres técnicos críticos ao trabalho conduzido pela Renova, a Assessoria Técnica da Cáritas, junto com a Comissão dos Atingidos e o Ministério Público Estadual, empenhou-se na contestação judicial da metodologia empregada pela Fundação - garantindo o direito à reformulação dos instrumentos. Em audiência judicial realizada no dia 18 de outubro do ano passado, ficou decidido que a própria Cáritas aplicaria o Cadastro na cidade. (ver linha do tempo)

Desde então, a Assessoria Técnica



Foto: Jamal A. Sereia

LINHA DO TEMPO

5 DE NOVEMBRO DE 2015

Data de ocorrência do crime

SETEMBRO DE 2016

Parecer crítico sobre o PLCI - Ministério Público Federal

NOVEMBRO DE 2016

Parecer crítico do PLCI - Gesta / UFMG - Grupo de estudos em temáticas ambientais

17 DE MARÇO DE 2017

Início do trabalho de reformulação do Cadastro Integrado. Integraram o GT: atingidos de Mariana, membros da Comissão dos Atingidos, Assessoria Técnica da Cáritas, Fundação Renova e Synergia Socioambiental, sob mediação do Ministério Público Estadual.

JUNHO DE 2016

Início da implementação do PLCI (Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados), conduzido pela Fundação Renova.

OUTUBRO DE 2016

Início das atividades da Assessoria Técnica da Cáritas no território de Mariana.

13 DE FEVEREIRO DE 2017

Audiência extrajudicial, com a presença de mais de 150 atingidos, na qual o promotor da Comarca de Mariana, Guilherme Meneguim, apresentou os pontos que necessitam de reformulação do Cadastro, na perspectiva dos atingidos e da Assessoria Técnica. Foi criado, neste dia, um GT para reformulação do Cadastro.

coordena uma força-tarefa para empreender um levantamento mais completo das perdas e danos. Além da aplicação do formulário refeito, novos instrumentos foram integrados, tendo em vista a adoção de metodologias mais participativas e sensíveis às vidas das comunidades atingidas.

Dentre todos os desafios colocados pelos processos de reparação, talvez a reformulação do Cadastro seja o mais significativo em termos de luta dos atingidos e atingidas de Mariana. Foi a partir das discussões sobre os instrumentos que as vítimas puderam se identificar como atingidos e atingidas pelo rompimento de Fundão, e não "impactados" - termo reducionista pelo qual a Fundação insiste em chamá-lôs.

Foi pela mobilização em torno do Cadastro que os atingidos gritaram "não" à proposta de permuta (foto) - onde, para serem reassentadas, as vítimas deveriam abrir mão de suas propriedades originais. "As empresas não vão comprar nossas terras com lama", responderam. Apesar das vitórias do Cadastro, muito chão se anuncia ao horizonte de luta. Hoje, todo esforço da equipe responsável pelo cadastramento está em levantar as perdas e danos, mas as propostas indenizatórias ainda dependem do juízo das mineradoras e da definição de diretrizes de reparação. Até a homologação de valores justos, espera-se um caminho de disputas, marcado pela cansativa e desumana negociação que, até o momento, caracteriza o processo reparatório.

CONQUISTAS

- 1 Direito à reformulação do PLCI/Cadastro com participação dos atingidos e atingidas.
- 2 Lista de bens compatível aos modos de vida das comunidades.
- 3 Simplificação da linguagem dos questionários.
- 4 Cadastro aberto e amplo: quem se sentir lesado pelo desastre pode preencher
- 5 Aplicação de acordo com núcleos familiares e não residenciais.
- 6 Levantamento qualitativo sobre as perdas e os danos.
- 7 Reconhecimento de danos morais, não só patrimoniais.
- 8 Impossibilidade de realização da permuta de terrenos.
- 9 Condução do Cadastro pela Assessoria Técnica dos atingidos.

CADASTRO EM NÚMEROS

Cerca de **206** atividades em 2017:



NÚMEROS DA APLICAÇÃO

- 900** Nfs - constam em nosso banco de dados e que devem participar do cadastro.
- 874** Formulários respondidos até agora pelos núcleos familiares na 1ª etapa do processo de cadastramento.
- 624** número de famílias que já desenharam os seus terrenos atingidos nas oficinas de cartografia familiar.
- 315** número de vistorias realizadas nos lotes/terrenos atingidos.
- 1900** número de entrevistas individuais sobre danos morais e perdas imateriais já concluídas.

* Contabilizados até 18/10/2018

PERDAS E DANOS LEVANTADOS PELO CADASTRO

- Eixo 1 - Bens materiais
- Eixo 2 - Atividades econômicas
- Eixo 3 - Bens Coletivos
- Eixo 4 - Bens Imateriais



5 DE OUTUBRO DE 2017

Manifestação dos atingidos em frente ao Fórum: "Não vai ter permuta!"

MARÇO A AGOSTO DE 2017

Reuniões que subsidiaram a reformulação do Cadastro. Discussão no GT e escuta ativa dos atingidos em mais de 20 grupos de base.

DEZEMBRO DE 2017 E JANEIRO DE 2018

Organização interna da Cárta para aplicação do Cadastro: contratação de equipe (edital e seleção), montagem de infraestrutura, discussão da condução das etapas, atividades de formação da equipe.

1º DE FEVEREIRO DE 2018

Início da aplicação do cadastro.

JANEIRO E FEVEREIRO DE 2018

Assembleias de preparação com os atingidos.

18 DE OUTUBRO DE 2017

Em audiência judicial, ficou acordado que o trabalho de aplicação do Cadastro seria desenvolvido pela Cárta, sob acompanhamento da Fundação Renova ou terceirizada por ela designada.

